

# GESTÃO ESTRATÉGICA

## REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Junho 2003

Relatório **1**



Portugal em Acção



MINISTÉRIO DAS CIDADES  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE



Comissão de Coordenação  
da Região de Lisboa e Vale do Tejo



Programa Operacional  
da Região de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia  
Fundos Estruturais



**GESTÃO ESTRATÉGICA**  
**DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO**

**Relatório 1**

Junho 2003

## Ficha Técnica

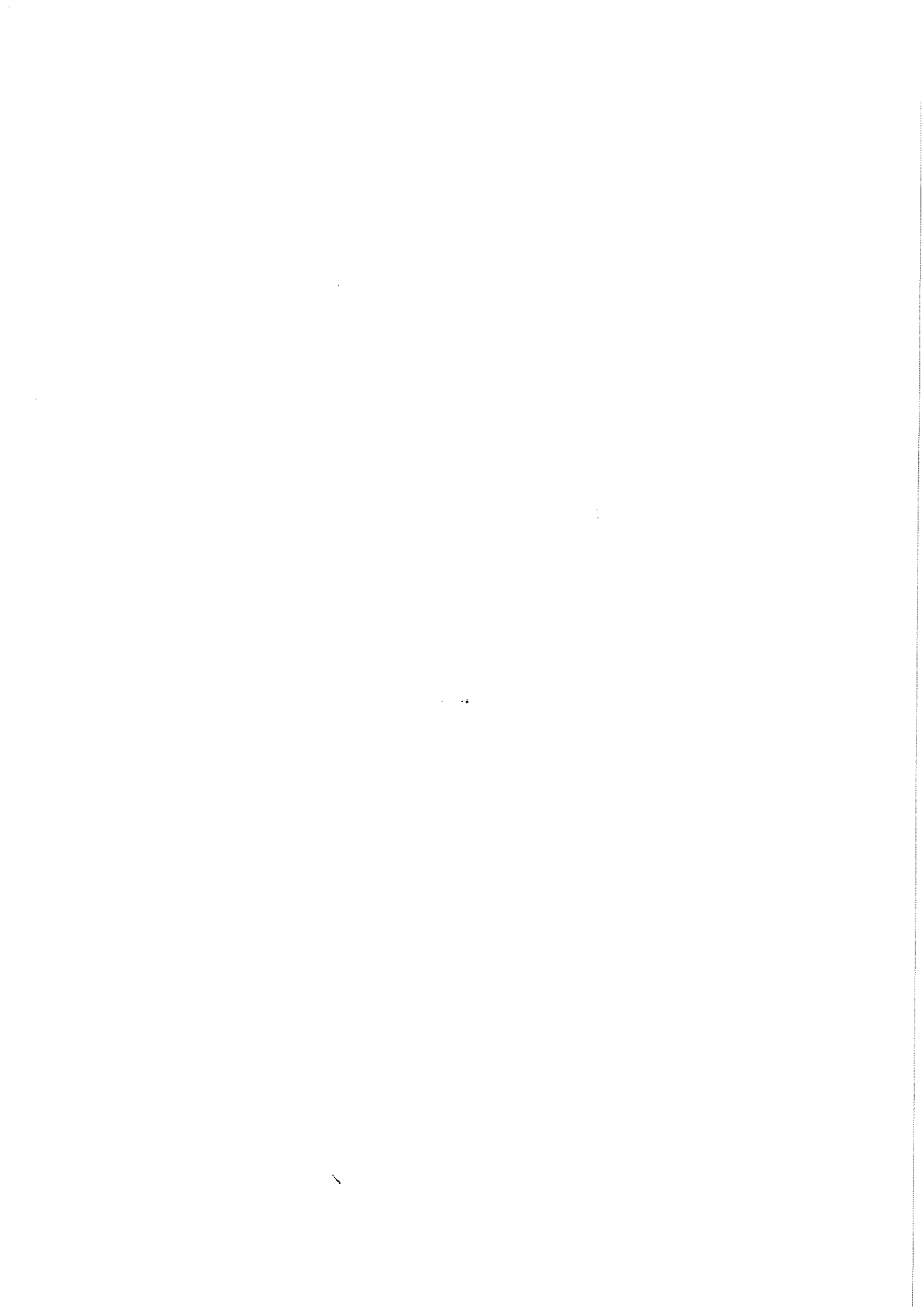
Título	Gestão Estratégica da RLVT - Relatório 1
Edição	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Coordenação	António Fonseca Ferreira
Coordenação Operacional	Isabel Sousa Lobo João Afonso
Equipa Interna	António Marques Isabel Carvalho Moura de Campos
Equipa Externa / Peritos	Augusto Mateus Cátia Fernandes Isabel Guerra João Ferrão João Paulo Bessa Manuel Laranja Paulo Madruga Vanessa de Sousa
Design e Paginação	Ana Garcia
Apoio à Edição	Gabinete de Apoio à Presidência

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Morada	Rua Artilharia Um, 33 . 1269-145 Lisboa
Telefone	21 383 71 00
Fax	21 383 12 92
Endereço Internet	<a href="http://www.ccr-lvt.pt">www.ccr-lvt.pt</a>
Impressão	Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Tiragem	100 exemplares
Data	Junho de 2003

# ÍNDICE

<b>A</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>B</b>	<b>DOMÍNIO TERRITÓRIO</b>	11
	<b>B.1 Síntese</b>	13
	<b>B.2 Ordenamento do Território</b>	25
	<b>B.2.1</b> Conservação e Preservação Ambiental	25
	<b>B.2.2</b> Organização do Território	26
	<b>B.3 Qualidade de Vida</b>	28
	<b>B.3.1</b> Qualidade Ambiental Geral	28
	<b>B.4 Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção</b>	43
	<b>B.4.1</b> Atractividade	43
	<b>B.4.2</b> Conectividade	48
	<b>Índice de Gráficos</b>	51
<b>C</b>	<b>DOMÍNIO PESSOAS</b>	53
	<b>C.1 Síntese</b>	55
	<b>C.2 Recursos Humanos</b>	61
	<b>C.2.1</b> Educação e Formação	61
	<b>C.2.2</b> Emprego e Desemprego	66
	<b>C.2.3</b> Monitorização por Sub-região	69
	<b>C.3 Ordenamento do Território</b>	79
	<b>C.3.1</b> Cultura	79
	<b>C.3.2</b> Monitorização por Sub-região	80
	<b>C.4 Qualidade de Vida</b>	85
	<b>C.4.1</b> Bem-estar Físico	85
	<b>C.4.2</b> Acesso a Equipamentos Básicos	88
	<b>C.4.3</b> Monitorização por Sub-região	90
	<b>C.5 Coesão Social</b>	100
	<b>C.5.1</b> Polarização dos Rendimentos	100
	<b>C.5.2</b> Pobreza	101
	<b>C.5.3</b> Monitorização por Sub-Região	105
	<b>Índice de Gráficos</b>	110
<b>D</b>	<b>DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES</b>	113
	<b>D.1 SUB-DOMÍNIO COMPETITIVIDADE E DINÂMICA EMPRESARIAL</b>	115
	<b>D.1.1 Síntese</b>	117
	<b>D.1.2 Dinâmica Económica</b>	121
	<b>D.1.2.1</b> Dinâmicas de Desenvolvimento e Produtividade	121
	<b>D.1.2.2</b> Dinâmica Empresarial e de Emprego	124
	<b>D.1.2.3</b> Monitorização por Sub-Região	126
	<b>Índice de Gráficos</b>	136
	<b>D.2 SUB-DOMÍNIO INOVAÇÃO</b>	137
	<b>D.2.1 Síntese</b>	139
	<b>D.2.2 Actividades de I&amp;D</b>	141
	<b>Índice de Gráficos</b>	144



INTRODUÇÃO

A



### ■ Introdução

O projecto “Gestão Estratégica da RLVT”, implementado pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, constitui uma experiência inovadora no campo da aplicação prática da monitorização da gestão estratégica de uma região. Com dois documentos de relevo para a Região já editados, o “Guia para a Gestão Estratégica da RLVT” e o “Relatório 0”, apresenta-se agora o “Relatório 1”.

O “Relatório 0” deu início ao processo de monitorização da gestão estratégica da RLVT, constituindo um diagnóstico de partida que serve de referencial para a avaliação a desenvolver. O relatório, que aqui apresentamos, deve ser entendido como um *“tableau de bord”*, dando conta das evoluções recentes registadas na Região. Por isso, segue a lógica do “Relatório 0”, no sentido em que se baseia num levantamento estatístico dos indicadores que sustentam as principais dimensões de análise seleccionadas em cada um dos domínios de monitorização então definidos – Território, Pessoas e Organizações.

A observação das alterações e dinâmicas sociais, urbanísticas e económicas que se registaram na RLVT entre as duas datas consideradas permitiu realizar neste relatório uma reflexão crítica preliminar, sem a preocupação de avaliar em profundidade as mudanças ocorridas, dado o curto período temporal contemplado.

Este relatório foi também afectado pela debilidade e fragilidade de alguns dos suportes de informação existentes. Com efeito, não se tornou possível contar com os indicadores mais adequados para várias das dimensões de análise, quer por ausência de informação, quer pela periodicidade insuficiente com que esta é disponibilizada, uma vez que nem todos os indicadores têm uma base anual.

A estrutura do “Relatório 1” reproduz a lógica do anterior, encontrando-se organizado por domínios de monitorização (Território, Pessoas e Organizações).

Para cada domínio de monitorização é apresentada uma reflexão crítica por dimensão de análise, tanto para a totalidade da Região (RLVT) como para cada uma das sub-regiões (Grande Lisboa; Península de Setúbal; Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo). No domínio Território, dada a sua natureza particular, a informação é tratada, sempre que possível, ao nível dos concelhos. Cada domínio de monitorização inclui uma síntese geral, onde são referidas as alterações e evoluções registadas no período considerado.

## A - INTRODUÇÃO

Dentro desta configuração geral, a apresentação dos dados por diferentes níveis (concelhos, distritos, NUTS III e NUTS II) varia ao longo do documento, em função do nível de desagregação espacial a que a informação estatística se encontra disponível.

DOMÍNIO TERRITÓRIO

B



### ▪ **Apreciação geral**

A evolução ocorrida no âmbito do domínio de monitorização “Território” entre 1999 e 2000 (ou 2001, em casos muito pontuais) caracteriza-se essencialmente pelos seguintes aspectos:

- 1- Os *indicadores de cobertura de sistemas básicos* (abastecimento e drenagem de água, recolha de resíduos sólidos) registaram evoluções positivas mas muito baixas (inferiores a 1%), resultado compreensível se levar em conta que a % de população servida por esses sistemas era já de 100%, num número significativo de municípios, em 1999;
- 2- Os *indicadores de qualidade desses sistemas* (tratamento de águas, recolha selectiva e reciclagem de resíduos sólidos) revelam comportamentos mais positivos, com claro destaque para a área dos RSU, onde, no entanto, os progressos assinaláveis que se observaram (acréscimos da ordem dos 40%) não foram suficientes para que se tenham atingido valores próximos dos que se verificam nos países mais desenvolvidos da União Europeia;
- 3- Os *indicadores de consumo doméstico* tiveram uma evolução ligeira (rondando 1%), negativa no caso da energia eléctrica e positiva no que se refere à água;
- 4- Os *indicadores de pressão ambiental associados ao consumo das famílias* revelam uma crescente intensificação, bastante moderada no que concerne à produção de resíduos sólidos por habitante mas significativa em relação ao volume de água residual por habitante (acréscimo de 21%);
- 5- Os *indicadores relativos às despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção de vários tipos de recursos ambientais* evidenciam evoluções muito contrastadas: ligeira quebra no domínio da protecção da biodiversidade e das paisagens (quase 3%), aumento moderado no que se refere à recolha e tratamento de resíduos (5,4%) e à água (7,5%);
- 6- Os *indicadores de dinâmica do mercado imobiliário* registaram quebras significativas em termos do valor dos prédios transaccionados (cerca de 6%) e, sobretudo, do montante de crédito concedido à habitação (quase 25%);

7- Pelo contrário, os *indicadores de conectividade* apresentam as taxas de crescimento mais elevadas (entre os 7 e os 19%), tanto no domínio dos tele-serviços (caixas multibanco, televisão por cabo) como em termos de inserção internacional (comércio extra e intra comunitário).

O desempenho da Região melhorou globalmente entre 1999 e 2000, ainda que a ritmos distintos nos vários domínios de análise considerados. Simultaneamente, as assimetrias internas (inter-concelhias) diminuíram para quase todos os indicadores, o que constitui um factor positivo adicional.

### ▪ **Apreciação específica**

As observações e as figuras que se seguem, organizadas por dimensão de análise, permitem uma leitura de maior pormenor acerca da evolução de cada um dos indicadores para os quais foi possível dispor de informação actualizada face ao Relatório 0.

## **B.2 - Ordenamento do Território**

### **B.2.1- Conservação e Preservação Ambiental**

#### **a) Conservação da natureza e paisagem**

*- Despesas correntes da Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens*

Foi muito ligeiro o aumento das despesas correntes dos municípios da Região com protecção da biodiversidade e das paisagens: menos de 3%, passando de 5,06 euros por habitante em 1999 para 5,21 euros em 2001. Ainda assim, esta evolução pouco marcada contrasta positivamente com a tendência de recuo verificada ao nível nacional (-9,1%). Dados os montantes relativamente pequenos envolvidos neste domínio, é natural que se verifiquem oscilações significativas, em alguns municípios, entre dois anos consecutivos. As capitações mais elevadas continuam, no entanto, a ocorrer nas duas sub-regiões do vale do Tejo (7 dos 10 concelhos com valores superiores a 10 euros *per capita*), resultado que não deixa de traduzir a forte presença de áreas florestadas nesta parte da Região, induzindo um particular empenho no combate aos fogos. É o indicador que revela uma distribuição espacial mais heterogénea no interior da Região, tendo-se mesmo verificado um agravamento das assimetrias inter-concelhias entre 1999 e 2000.

### B.2.2- Organização do território

#### a) Dinâmica do mercado imobiliário

##### *- Valor dos prédios transaccionados*

A evolução do valor dos prédios transaccionados na Região em 2000 (2.500 euros por habitante) foi inferior em quase 6% ao resultado do ano anterior (2.656), acompanhando a tendência verificada ao nível nacional. Face a este panorama de retracção geral, e que afectou sobretudo o sul da sub-região Oeste/norte da AML (Alenquer, Bombarral, Cadaval, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira) e alguns concelhos de ambas as margens da área metropolitana (Cascais, Sintra, Seixal, Sesimbra), destacam-se diversos núcleos com dinâmicas positivas neste domínio: Nazaré, Alcobaça e Óbidos, no litoral; Ourém, Sardoal e Tomar, no Médio Tejo; Alpiarça, Almeirim, Coruche, Benavente e Azambuja, a sul da Lezíria; e ainda alguns concelhos metropolitanos, como Oeiras e Moita. Os valores mais elevados continuam a ocorrer na AML (10 dos 12 concelhos com valores médios superiores a 3.000 euros localizam-se aqui), e os dois restantes casos, Mafra e Benavente, são-lhe geograficamente adjacentes. Este indicador apresenta um nível médio de assimetrias inter-concelhias, embora a situação tenha melhorado entre 1999 e 2000.

##### *- Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados no concelho*

Este é o indicador que revela uma quebra mais acentuada para o conjunto da Região, quase 25%, entre 1999 (2.553,5 euros por habitante) e 2000 (1.928,2), ultrapassando em muito a tendência igualmente negativa verificada para o conjunto do país (- 6,5%). A média regional é, no entanto, bastante influenciada pelo forte decréscimo ocorrido em Lisboa. Na verdade, na maior parte dos concelhos o valor de crédito à habitação por habitante prosseguiu a tendência anterior para aumentar, nomeadamente no Oeste e na Lezíria, onde os valores eram relativamente baixos. Os resultados mais elevados (superiores a 2000 euros por habitante) continuam concentrados na área metropolitana de Lisboa. O nível das assimetrias inter-concelhias pode considerar-se moderado, tendo-se verificado uma acentuada tendência de convergência entre 1999 e 2000.

### B.3 – Qualidade de Vida

#### B.3.1 - Qualidade Ambiental Geral

##### a) Abastecimento de água

*- Cobertura: % população com acesso domiciliário a água*

A taxa de cobertura de abastecimento domiciliário de água na Região, que já era elevada em 1999 (98,3%), aumentou ligeiramente para 98,6%. 15 concelhos referiram garantir o abastecimento à totalidade das respectivas populações. Alguns municípios, como o Cartaxo e o Montijo, tiveram uma melhoria muito significativa, embora neste último permaneça uma situação relativamente deficitária, já que apenas 85% da população tem acesso domiciliário a água. As assimetrias internas à região são bastante reduzidas e diminuíram entre 1999 e 2000.

*- Consumo: consumo doméstico total de água por habitante servido*

O consumo domiciliário de água na Região decresceu muito ligeiramente entre 1999 (116 m<sup>3</sup> por habitante servido) e 2000 (115). Esta situação de relativa estabilidade detectada para o conjunto da Região oculta, no entanto, comportamentos diversificados. Em termos de sub-regiões, o consumo de água *per capita* decresce bastante no Oeste, diminui ligeiramente no Médio Tejo e na Península de Setúbal, mantém-se na Grande Lisboa e aumenta na Lezíria. Mas mesmo no interior de cada sub-região se verificam evoluções contrastadas. No conjunto da Região, Rio Maior apresenta um aumento percentual muito elevado, enquanto Óbidos, Alenquer e Alcanena revelam decréscimos bastante marcados. Lisboa continua a destacar-se pela elevada capitação que alcança (208 m<sup>3</sup>). As assimetrias inter-concelhias são de nível médio, mas decresceram entre os dois anos em análise.

*- Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por habitante servido*

Este indicador, pela sua natureza, pode apresentar oscilações relevantes entre anos sucessivos. A sua utilização para comparar apenas dois anos deve, por isso, ser prudente.

Registe-se, no entanto, que pelo segundo ano consecutivo se verificou um decréscimo da despesa média efectuada pelo conjunto dos municípios da Região, invertendo a tendência de melhoria sustentada que se fez sentir ao longo da década. O valor de 2000 (19,3 euros por habitante) é mesmo inferior ao de 1994 e, ao contrário do que sucedeu em anos anteriores, aproximou-se da média nacional (19,0). Apesar do predomínio de uma tendência de desinvestimento relativo, alguns municípios tiveram acréscimos elevados face ao ano anterior: Lourinhã, Óbidos, Alcochete, Golegã e, sobretudo, Ferreira do Zêzere, Setúbal e Torres Novas. As sub-regiões do vale do Tejo são as que apresentam capitações mais significativas. As disparidades inter-municipais são elevadas e agravaram-se entre 1999 e 2000.

*- Tratamento: % caudal captado sujeito a tratamento*

Melhorou ligeiramente, entre 1999 e 2000, a percentagem de caudal captado que é sujeito a tratamento na Região: 88,3% e 89,2%, respectivamente. São poucos, aliás, os municípios que não garantem o tratamento total das águas captadas. Destacam-se, pela negativa, Peniche, Alcanena e sobretudo Torres Novas, apesar de os dois últimos (e em particular Alcanena) terem melhorado entre as duas datas em análise. As assimetrias inter-municipais são globalmente reduzidas e recuaram entre 1999 e 2000.

### **b) Drenagem e tratamento de águas residuais**

*- Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais*

Foi bastante marginal a melhoria da percentagem de população servida com drenagem de águas residuais: 90,1% em 1999, 91,0% em 2000, valores, aliás, bastante superiores ao que se verificam ao nível do país. As assimetrias no interior da Região mantêm-se, no entanto, com algum significado. Enquanto a Grande Lisboa e um número relevante de concelhos da Península de Setúbal mostram resultados bastante positivos, próximos dos 100%, persiste um total significativo de casos menos favoráveis ao longo do vale do Tejo, onde sete municípios alcançam coberturas entre os 20% e os 65% (registre-se que apenas dois concelhos das três restantes sub-regiões possuem valores equivalentes: Montijo, com 56% de população servida, e Sobral de Monte Agraço, com 60%). Este indicador constitui um dos poucos casos em que a assimetrias inter-concelhias se agravaram entre 1999 e 2000.

## B.1- SÍNTESE

### *- Produção: água residual produzida por habitante servido*

Aumentou substancialmente (21%), no conjunto da Região, o total de água residual produzida por habitante servido: 59 m<sup>3</sup> em 1999, 71 no ano seguinte. Esta tendência para uma crescente pressão é geral a todas as sub-regiões e à maior parte dos municípios, embora 6 apresentem decréscimos superiores a 10%. As capitações mais elevadas continuam a ocorrer em concelhos onde as actividades industriais e agro-industriais têm grande expressão: Alcanena (com 249 m<sup>3</sup>), Vila Franca de Xira, Sesimbra, Caldas da Rainha, Chamusca, Lourinhã e Oeiras alcançam valores superiores a 100 m<sup>3</sup> *per capita*. As assimetrias inter-concelhias são moderadas e diminuíram.

### *- Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais*

A percentagem de população da Região servida com tratamento de águas residuais melhorou moderadamente entre 1999 (58,5%) e 2000 (60,5%), embora a um ritmo menos acentuado do que aquele que se verificou para o conjunto do país. Os resultados deste indicador não se distinguem muito, como é natural, do anterior. As diferenças detectadas relacionam-se, em boa medida, com a existência de diferentes tipos de povoamento, já que uma distribuição mais difusa da população dificulta a satisfação generalizada deste serviço.

### *- Tratamento: % água residual doméstica sujeita a tratamento*

Em 2000 apenas 57,4% da água residual drenada na Região foi sujeita a tratamento, um valor que reflecte uma melhoria significativa (cerca de 10%) em relação ao ano anterior (52,2%) mas que permanece abaixo da média nacional (64,7% em 2000). As disparidades no interior da Região são bastante acentuadas, embora tenham diminuído entre 1999 e 2000. Ao nível das sub-regiões, o Médio Tejo demarca-se positivamente (85,9%) e, pelo contrário, a Península de Setúbal destaca-se pelo resultado negativo que evidencia (35,5%). Os contrastes são ainda mais gritantes ao nível dos municípios: 15 garantem o tratamento integral das águas residuais drenadas enquanto 9 não cobrem sequer 15%.

### c) Recolha e reciclagem de resíduos sólidos

*- Cobertura: % população servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos*

Em 2000 é quase total a cobertura de recolha de resíduos sólidos na Região, já que 99,6% da população (99,5% em 1999) tem acesso a este serviço. A esmagadora maioria dos municípios declarou garantir a cobertura integral das respectivas populações. Face a este contexto bastante positivo, destacam-se negativamente dois concelhos do Médio Tejo, Ferreira do Zêzere e Tomar, com graus de cobertura que rondam os 95%, embora no primeiro caso se tenha verificado uma assinalável melhoria entre 1999 e 2000. É muitíssimo reduzido, e ainda assim em declínio, o grau de assimetrias inter-concelhias no interior da Região.

*- Recolha: RSU recolhidos por habitante servido*

540 kg. foi o total de RSU produzidos na Região por habitante servido durante 2000, um valor praticamente igual ao do ano anterior (530) mas que acentua a sua distância em relação à média do país (460). Esta tendência de relativa estabilidade oculta, no entanto, a existência de comportamentos diversificados nas várias sub-regiões - aumentos moderados na área metropolitana de Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal) e decréscimo ligeiro (Oeste) ou acentuado (vale do Tejo) nas restantes - e também dentro de cada sub-região. Com uma única excepção (Nazaré), as capitações mais elevadas ocorrem na área metropolitana de Lisboa, tanto na margem Norte (Lisboa, Cascais) como na margem Sul (Almada, Sesimbra, Seixal). Os valores mais baixos localizam-se sobretudo no Médio Tejo. No conjunto, as assimetrias inter-municipais são moderadas e diminuíram de forma significativa entre 1999 e 2000.

*- Recolha: % RSU com recolha selectiva*

Permanece diminuta na Região a percentagem de resíduos urbanos com recolha selectiva (3,3%), embora, em termos relativos, se tenha verificado um aumento substancial (37,8%) em relação ao ano anterior (a percentagem era então de 2,4%). Esta melhoria foi generalizada, envolvendo a quase totalidade dos municípios da Região. Os resultados mais favoráveis continuam, no entanto, a observar-se na área metropolitana de Lisboa, com relevo para Oeiras (6,4%), Lisboa (4,9%), Seixal (4,0%) e Alcochete (3,9%). No exterior da AML sobressaem pela positiva dois concelhos, Santarém (3,9%) e Alcanena (3,8%). Pelo contrário, uma elevada percentagem dos municípios do Oeste e da Lezíria

alcançam percentagens inferiores a 1,5%, um valor manifestamente insuficiente. As assimetrias inter-municipais mantêm-se significativas, embora tenham melhorado substancialmente entre 1999 e 2000.

*- Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento)*

24,3 euros por habitante foi o valor médio das despesas correntes realizadas pelas autarquias da Região em gestão de resíduos durante 2000. Este valor é moderadamente superior ao do ano anterior (23,1, representando um acréscimo de 5,4%) e, ao contrário da tendência predominante ao longo da década de 90, inferior à média nacional (24,7 euros). Como sucede com outros indicadores, o valor médio da Região esconde comportamentos diversificados tanto ao nível das sub-regiões como dos municípios. O reforço das despesas neste domínio foi particularmente marcado na Lezíria e, de forma secundária, na área metropolitana. Pelo contrário, no Oeste nove dos 13 municípios declararam em 2000 valores inferiores ao do ano transacto. A Península de Setúbal concentra três dos quatro casos da Região com mais de 50 euros por habitante e a Lezíria três dos sete municípios com valores compreendidos entre 30 e 40 euros. As assimetrias inter-concelhias mantêm-se significativas, embora com tendência para diminuir.

*- Reciclagem: materiais reciclados vendidos por habitante servido*

Foi também bastante acentuada a melhoria verificada entre 1999 e 2000 no que se refere à importância relativa do material reciclado vendido: 15 e 22 kg por habitante servido, ou seja, um aumento de cerca de 42,7%. Embora generalizada, esta melhoria teve ritmos diferentes nas várias sub-regiões, sendo bastante mais modesta no Oeste. Os valores mais elevados concentram-se na área metropolitana, com destaque para Setúbal (67), Cascais (57), Lisboa (35) e Oeiras (34). Dos doze concelhos com permitagens iguais ou inferiores a 5 toneladas, cinco localizam-se no Oeste e seis na Lezíria. As assimetrias inter-municipais mantêm-se elevadas, ainda que em desaceleração.

### **d) Electricidade**

*- Consumo: total de consumo doméstico de energia por habitante servido*

O consumo doméstico de electricidade na Região estagnou entre 1999 e 2000 em torno dos 97 Kw/h *per capita*, um valor igual à média nacional. A sub-região com uma evolução mais positiva, o Médio Tejo, era a que apresentava a capitação mais baixa em 1999, pelo que as assimetrias internas à Região são agora

menores. Os valores mais elevados continuam a associar-se a duas realidades completamente distintas: elevado poder de compra (Cascais, que alcança a capitação mais elevada: 141) e presença expressiva de actividades agrícolas, artesanais e outras desenvolvidas ao domicílio e que recorrem ao consumo doméstico de electricidade (vários concelhos da Lezíria e do Oeste, por exemplo). As disparidades inter-municipais são reduzidas e diminuíram entre 1999 e 2000.

### **B.4 - Melhoria das Condições de Mobilidade e Atractão**

#### **B.4.1- Atractividade**

##### **a) Nível nacional**

*- Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes*

Verificou-se um ligeiro acréscimo (3%) do total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes no conjunto da Região, que passou de 674, em 1999, para 694 em 2000. As evoluções mais marcadas ocorreram no interior da AML (Sesimbra, Cascais e Sintra), no litoral Oeste (Caldas da Rainha, Torres Vedras) e em Ourém, contribuindo para diversificar os principais pólos de destino da Região para turistas e visitantes para além de Lisboa, que continua a revelar os valores mais elevados (2.308 dormidas por 1000 habitantes, isto é, mais do triplo da média da Região) apesar da ligeira quebra ocorrida em relação ao ano anterior (2.397).

*- Número médio de dormidas por hóspede nacional*

Não se verificaram alterações significativas entre 1999 e 2000 no que se refere à incidência do total de dormidas de hóspedes nacionais ao nível da Região, das suas sub-regiões ou dos vários municípios. O valor médio regional aumentou muito ligeiramente (1,88 vs.1,86 dormidas por hóspede) e a distribuição geográfica no seu interior concentrou-se um pouco em virtude do desempenho relativo mais positivo evidenciado por alguns dos concelhos do Oeste, localizados no litoral.

##### **b) Nível internacional**

*- Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes*

1.561 dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes foi o valor médio da Região em 2000 (1.512 em 1999), representando um pequeno acréscimo (3,3%) face ao ano anterior. Os aumentos

## B.1- SÍNTESE

verificados ao nível as sub-regiões foram relativamente equilibrados, sem destaque particularmente positivo ou negativo para qualquer delas. As dormidas persistem muito concentradas num número reduzido de concelhos (Lisboa, Cascais, Sesimbra, Ourém, Nazaré/Caldas da Rainha/Óbidos/Peniche), pelo que o grau de assimetria inter-municipal permanece bastante elevado.

- *Número médio de dormidas por hóspede estrangeiro*

Não se verificaram alterações relevantes neste domínio entre 1999 e 2000. O número médio de dormidas por hóspede estrangeiro na Região melhorou ligeiramente (2,7 vs. 2,6), mas apenas as sub-regiões da Grande Lisboa e sobretudo do Oeste revelam acréscimos positivos. Em todas as sub-regiões se verificam, no entanto, evoluções tanto favoráveis como negativas, embora quase sempre de âmbito relativamente limitado. O grau médio de assimetrias inter-concelhias existente em 1999 diminuiu em 2000. As estadas mais prolongadas continuam a verificar-se em municípios do litoral (Sesimbra, Peniche, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Almada, Cascais) e em Alcanena (visitas de negócios associadas à indústria de curtumes).

### B.4.2 - Conectividade

#### a) Tele-serviços

- *Televisão por cabo: alojamentos cablados e assinantes*

A expansão significativa da TV por cabo prosseguiu entre 2000 e 2001, tanto em termos de alojamentos cablados (aumento de 16,7%) como de assinantes (19,3%). As taxas de crescimento mais elevadas (superiores a 30%) verificaram-se na Península de Setúbal, levando mesmo a taxas de penetração superiores às existentes na Grande Lisboa (em 2001 o total de assinantes por 1000 habitantes era, respectivamente, 236 e 223). As restantes sub-regiões continuam a ocupar uma posição mais modesta, mas em recuperação relativa face à liderança inicial da Grande Lisboa.

- *Total de caixas multibanco por 1000 habitantes*

Em 2001 existia na Região 1 caixa multibanco por 1000 habitantes, correspondendo a uma melhoria com algum significado face ao ano anterior. Trata-se de um acréscimo generalizado, embora com uma incidência geográfica desigual, o que explica o ligeiro agravamento das assimetrias inter-concelhias

verificado entre 2000 e 2001. As evoluções positivas mais acentuadas ocorreram sobretudo na faixa litoral da sub-região Oeste, onde se faz sentir um forte impacto das actividades de turismo e lazer. Lisboa continua, ainda assim, a destacar-se, detendo quase 2,2 caixas por habitante, um valor bem distante do resultado imediatamente seguinte (Cascais com 1,23).

### **b) Inserção internacional**

- *Valor do comércio internacional: intra e extra comunitário*

O valor do comércio internacional por habitante em 2000 foi, para o conjunto da Região, quase 11 mil euros por habitante, um valor 11% superior ao do ano anterior e bastante mais significativo do que a média nacional (pouco mais de 6.700 euros). Este comportamento globalmente positivo verificou-se ao nível de todas as sub-regiões, mas com particular incidência na Grande Lisboa, que mantém a segunda capitação mais elevada (quase 14.800 euros). A maior parte dos municípios com evolução negativa localizam-se no Oeste e sobretudo na Península de Setúbal, onde Palmela continua a deter, apesar de alguma quebra relativa, a capitação mais elevada da Região: mais de 67.000 euros. O grau de assimetrias inter-concelhias é bastante elevado, dada a posição proeminente ocupada pela área metropolitana de Lisboa, mas diminuiu com algum significado entre 1999 e 2000.



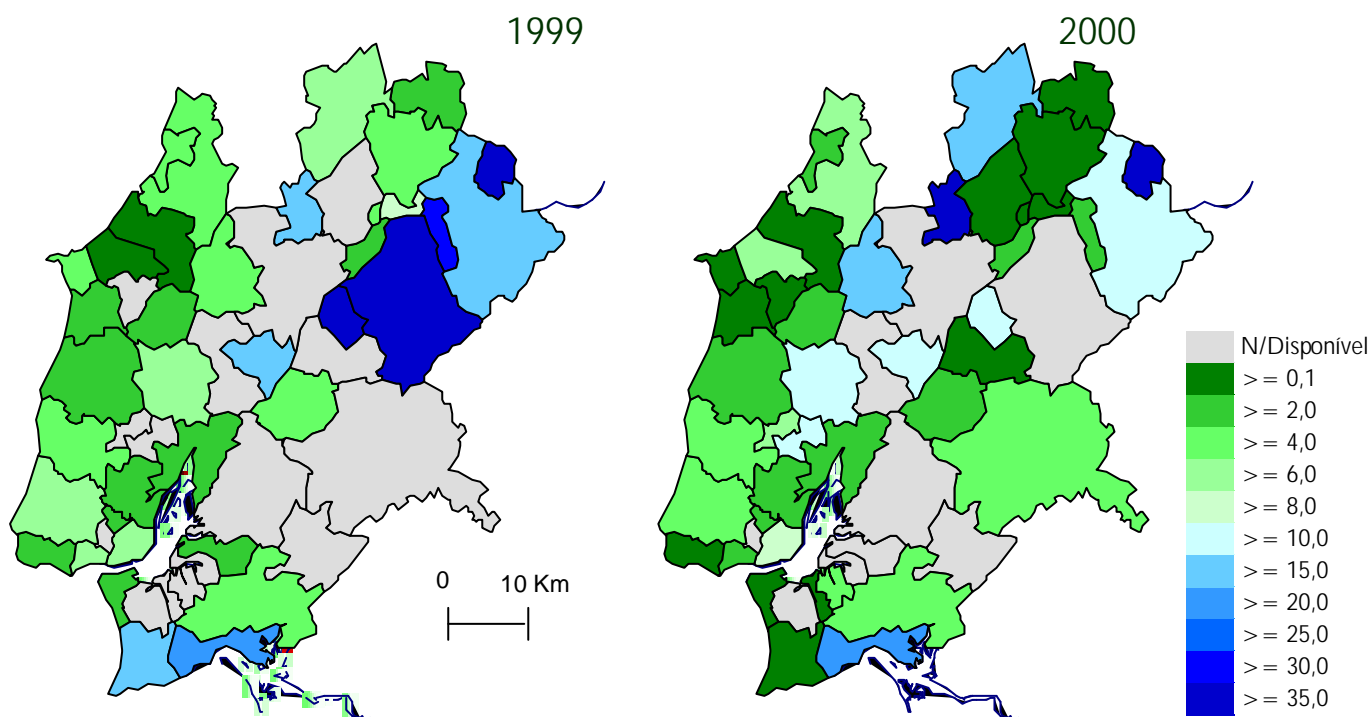
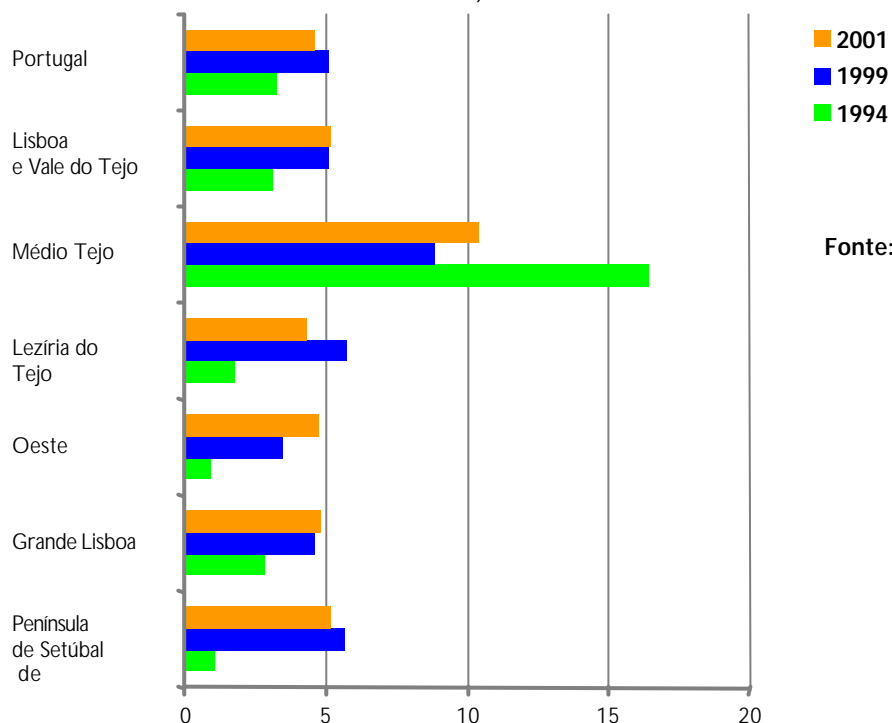
## B.2 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### B.2.1 – Conservação e Preservação Ambiental

#### a) Conservação da natureza e paisagem

**Gráfico1**

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens (euros por habitante)



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

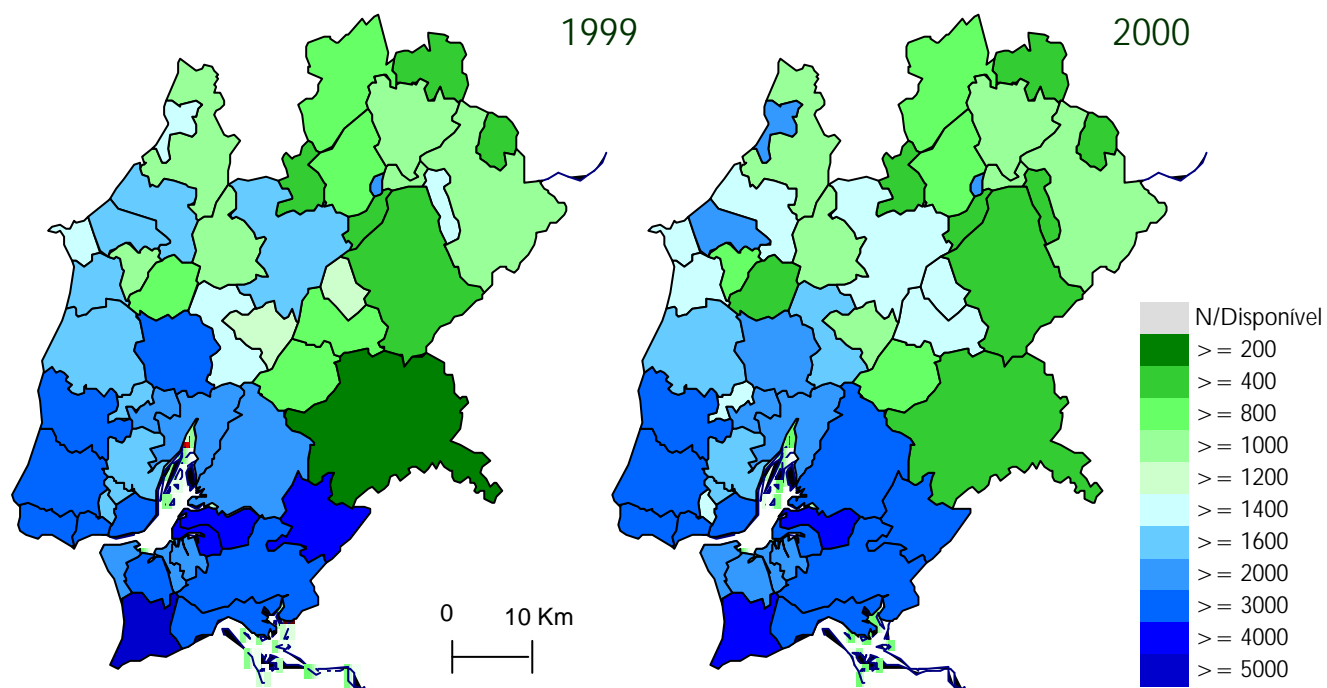
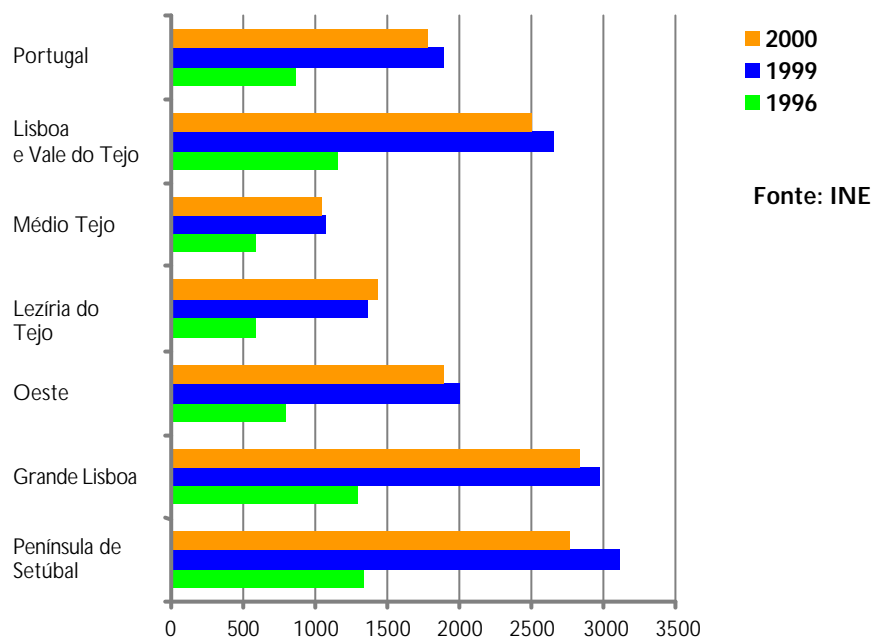
## B.2 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### B.2.2 – Organização do Território

#### a) Dinâmica do mercado imobiliário

**Gráfico 2**

Valor dos prédios transaccionados (*euros por habitante*)



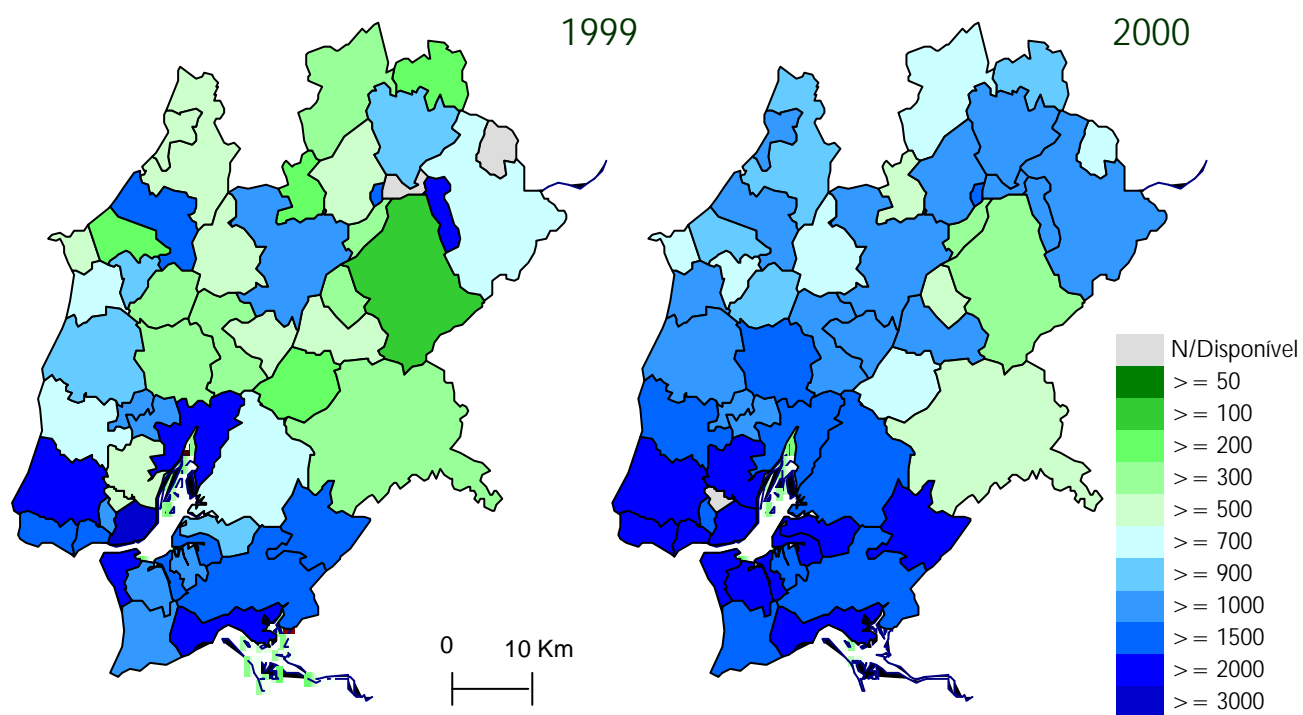
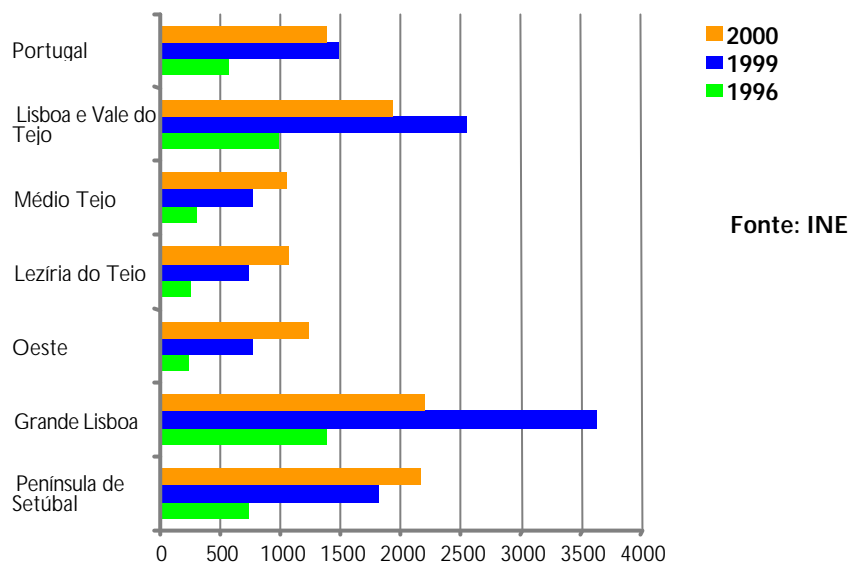
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.2 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### B.2.2 – Organização do Território

**Gráfico 3**

Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados no concelho (euros por habitante)



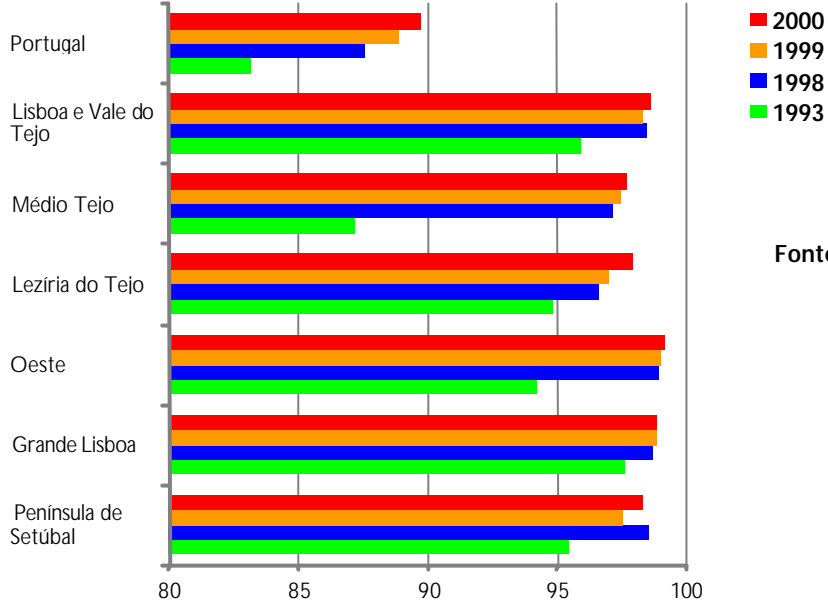
Nota: Os dados de 1999 do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

**B.3 – QUALIDADE DE VIDA**  
**B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral**

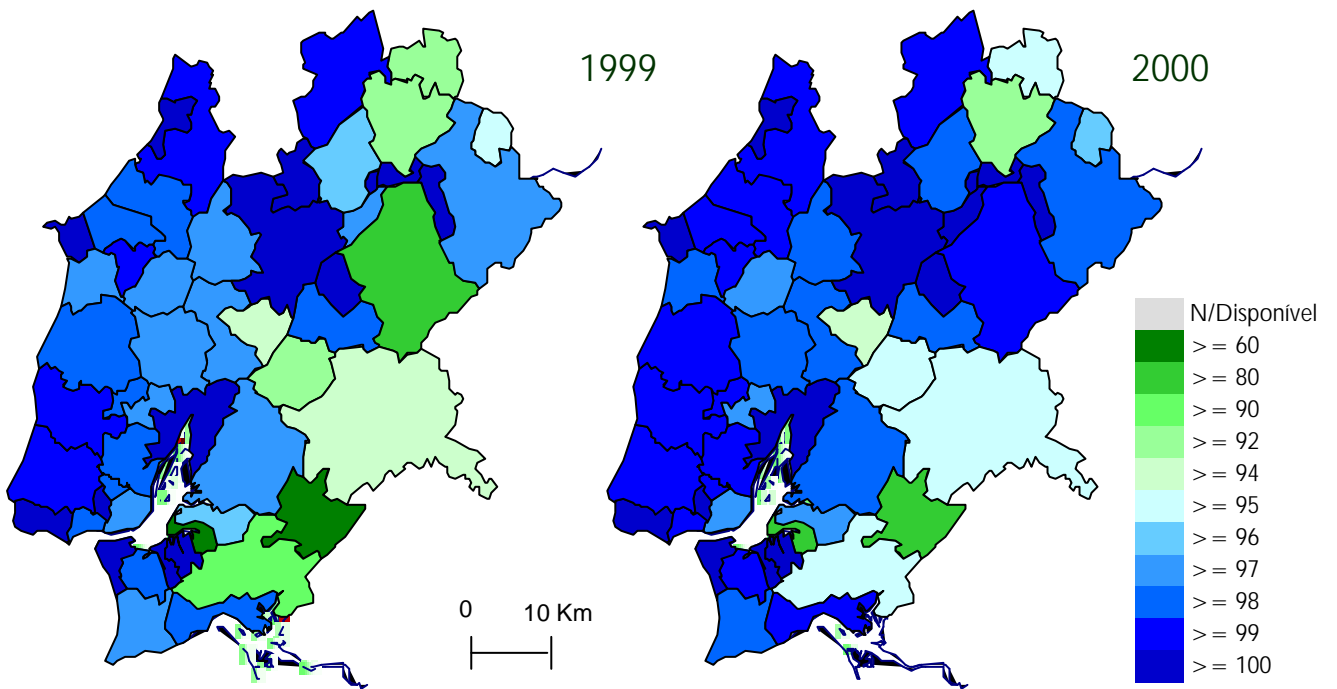
**a) Abastecimento de Água**

**Gráfico 4**

Cobertura: % população com acesso domiciliário a água



Fonte: INE



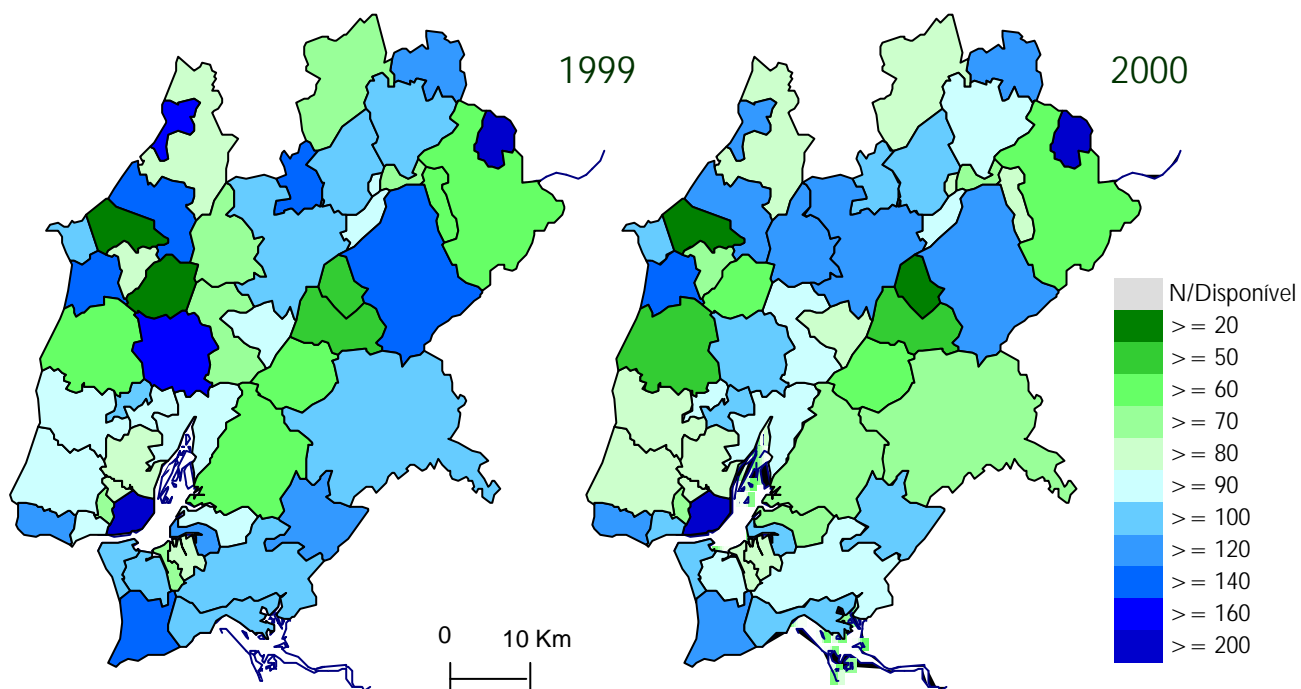
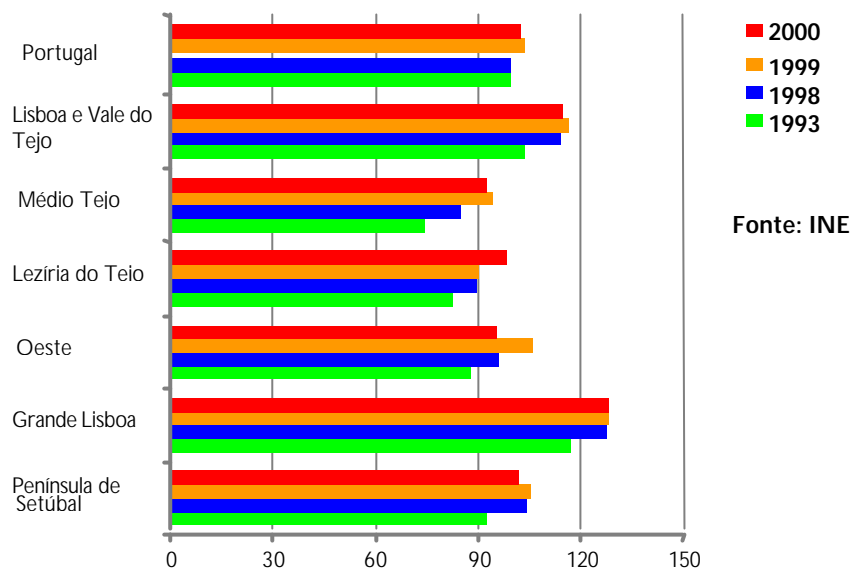
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 5**

Consumo: Consumo doméstico total por população servida (m<sup>3</sup>/Hab)



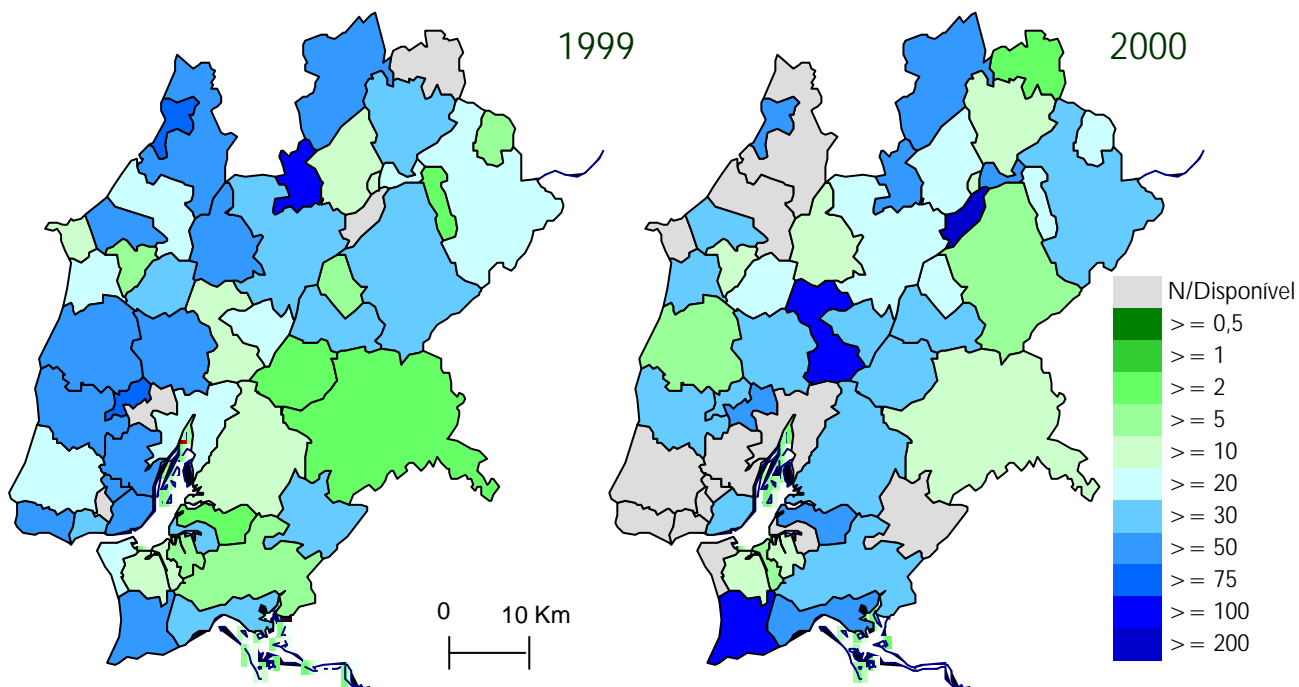
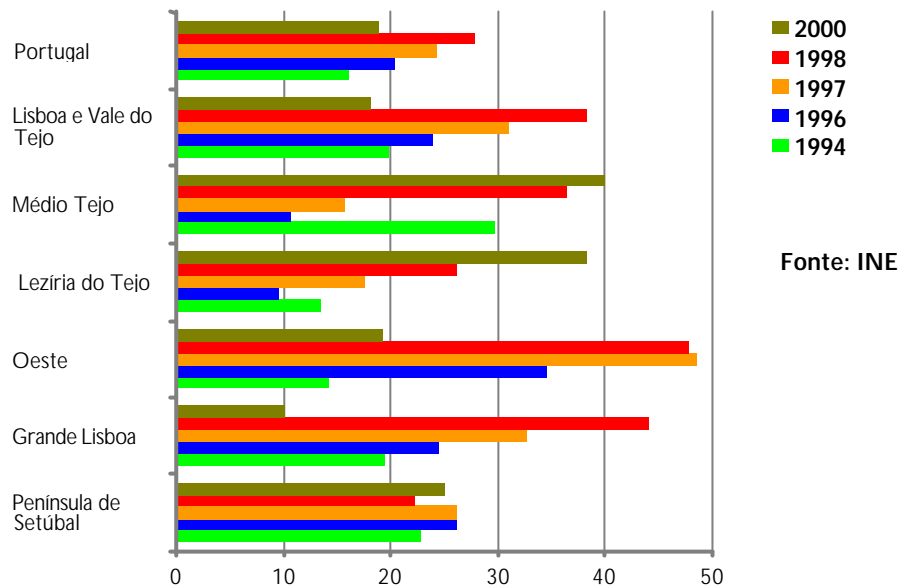
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 6**

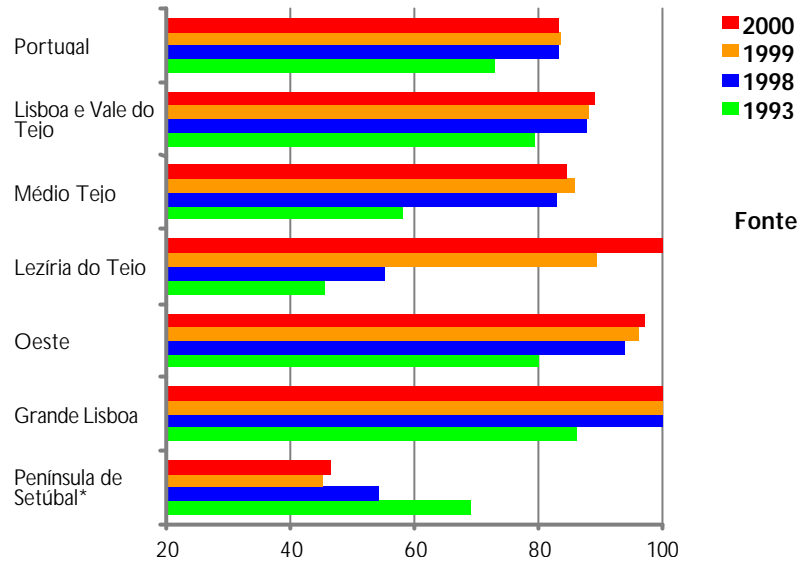
Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante)



**B.3 – QUALIDADE DE VIDA**  
**B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral**

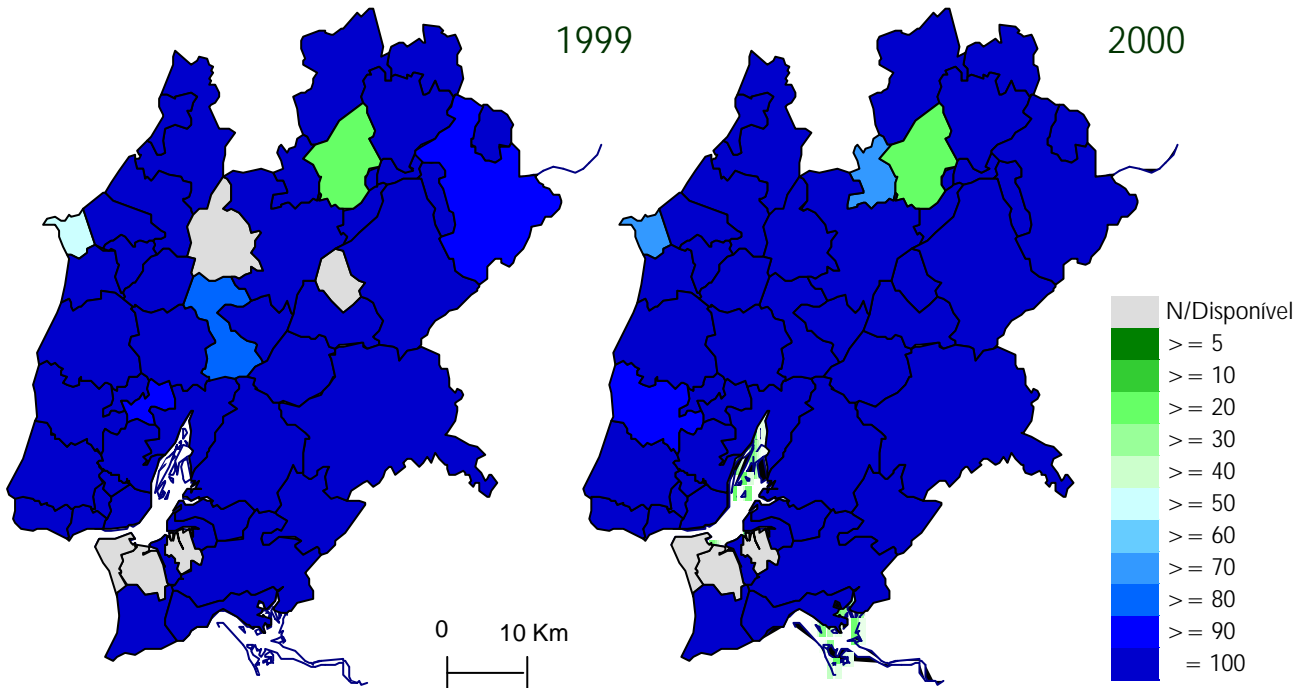
**Gráfico 7**

Tratamento caudal tratado/caudal captado (em %)



Fonte: INE

\* - faltam dados dos concelhos de Almada e Seixal em 1998 e de Almada, Moita e Seixal em 1999.



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

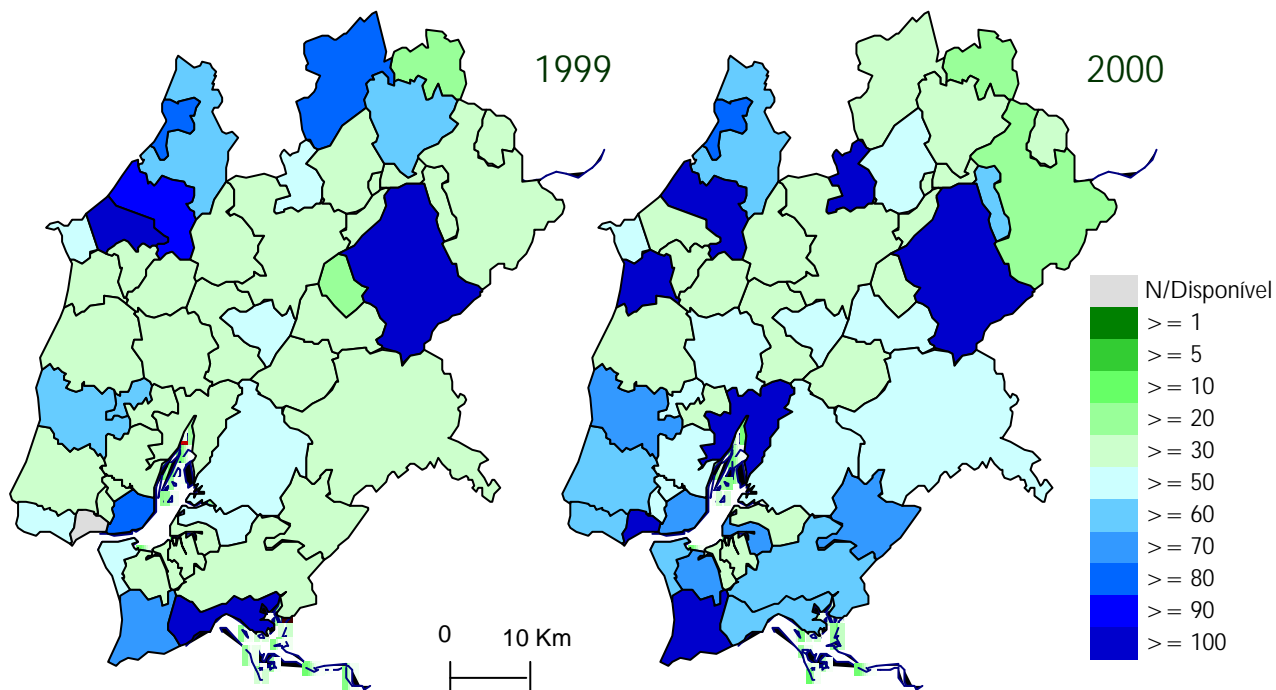
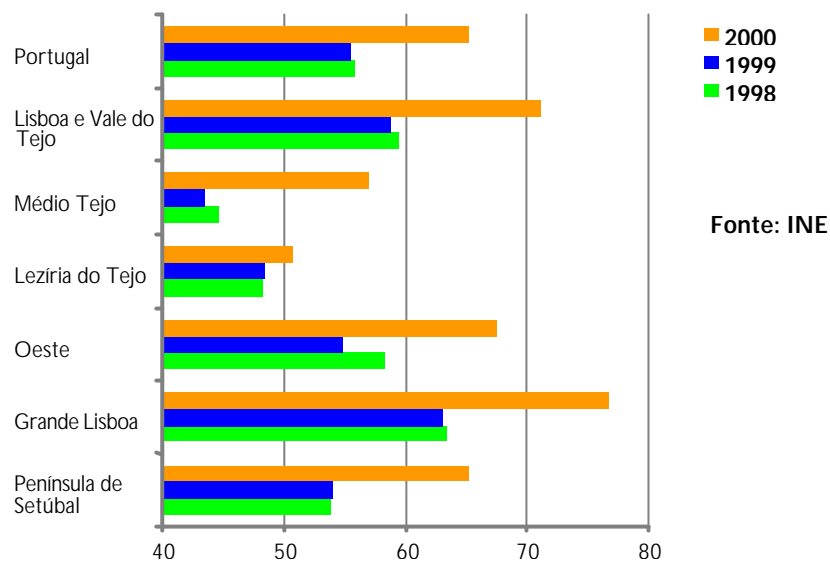


## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 9**

Produção: água residual produzida/população servida (m<sup>3</sup>/Hab)



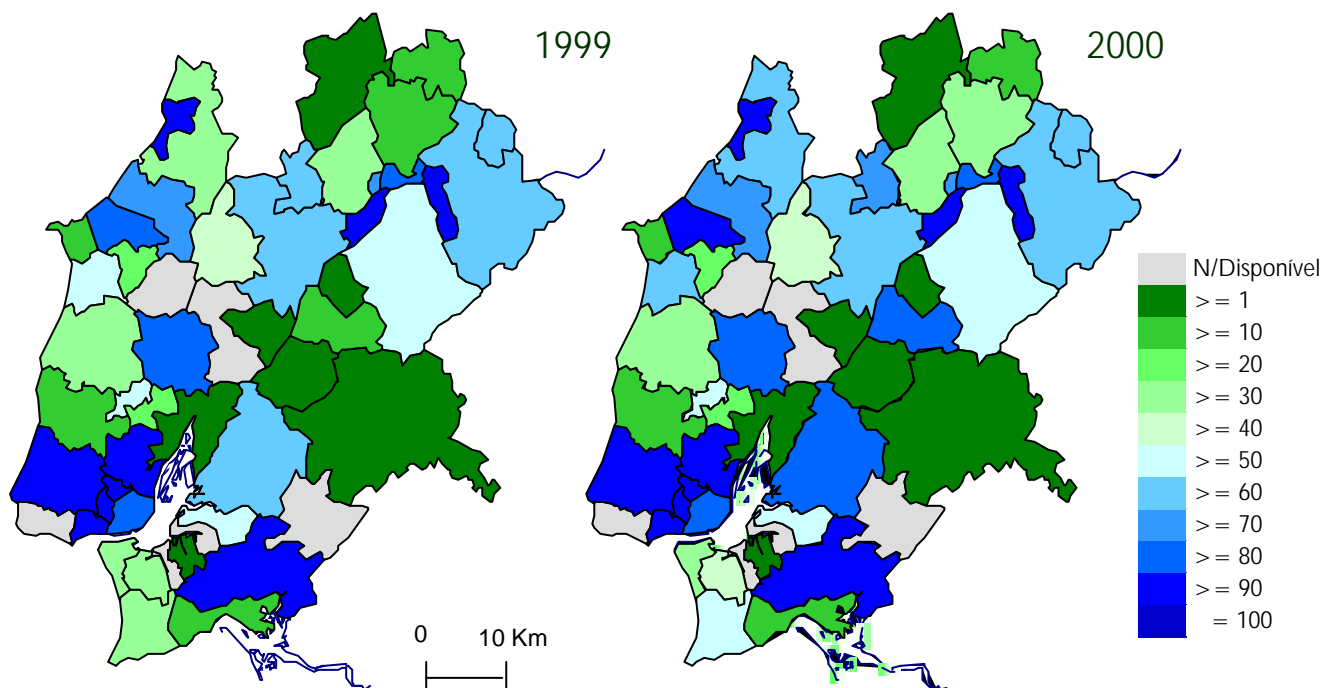
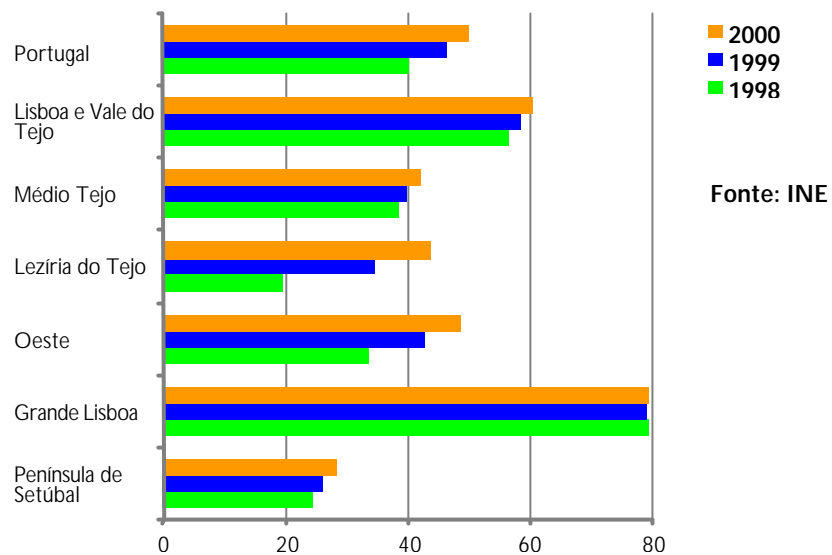
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 10**

Tratamento % população servida com estações de tratamento de águas residuais



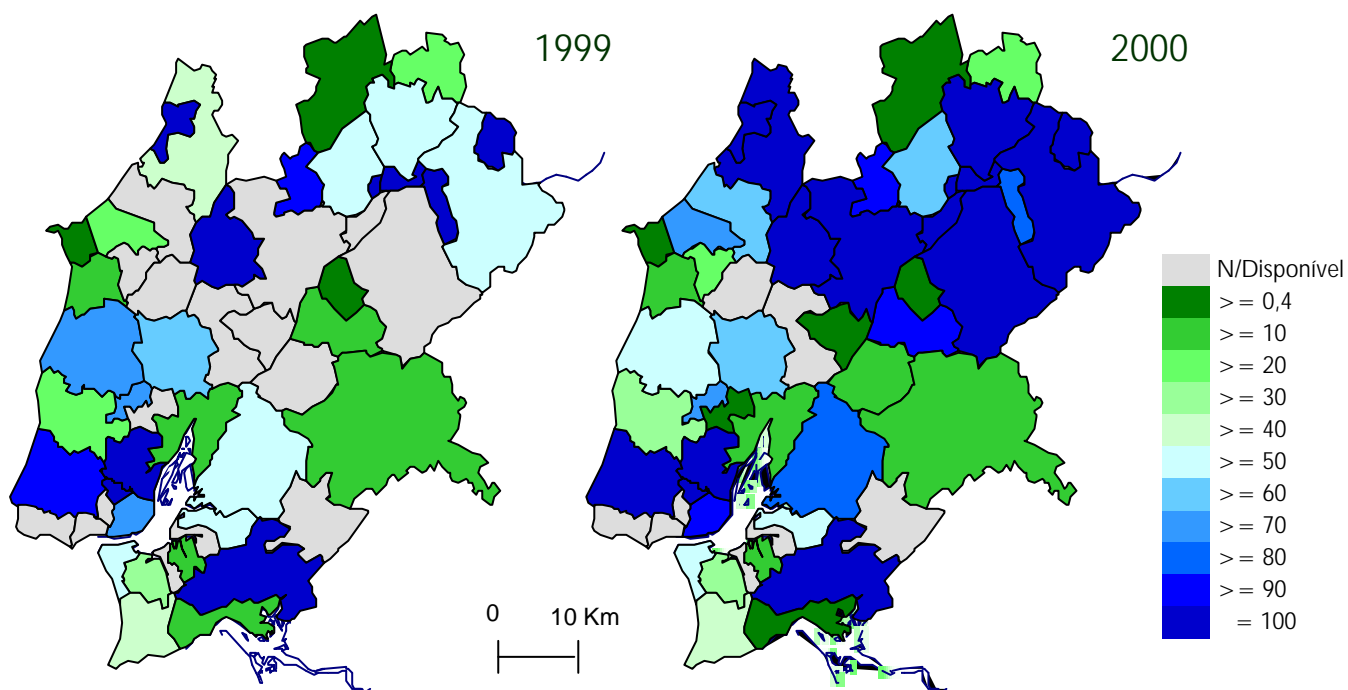
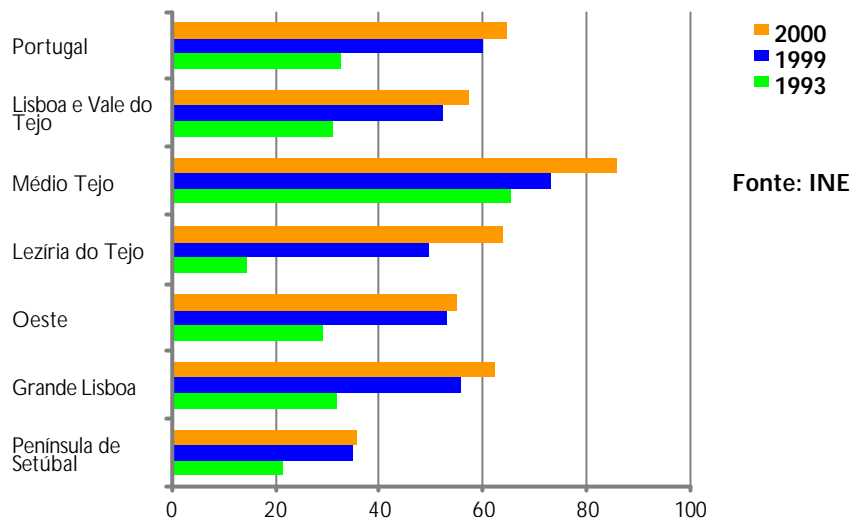
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 11**

Tratamento: água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada (%)



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

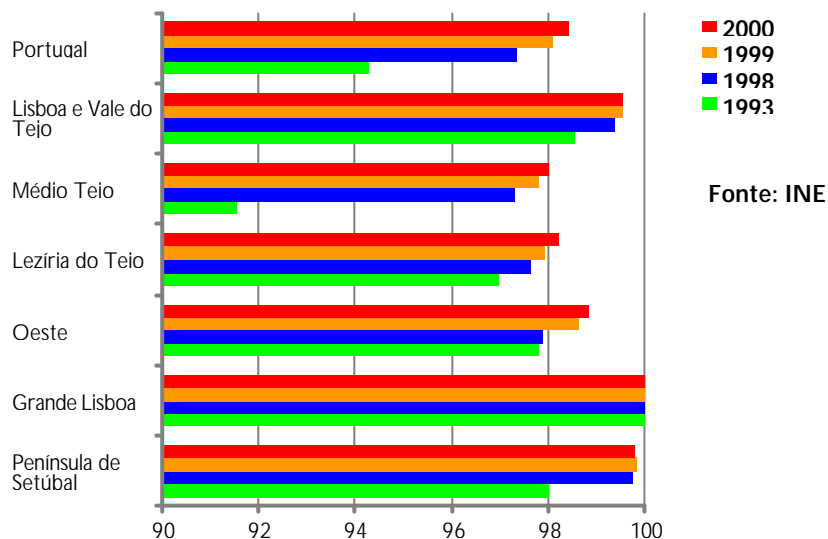
## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

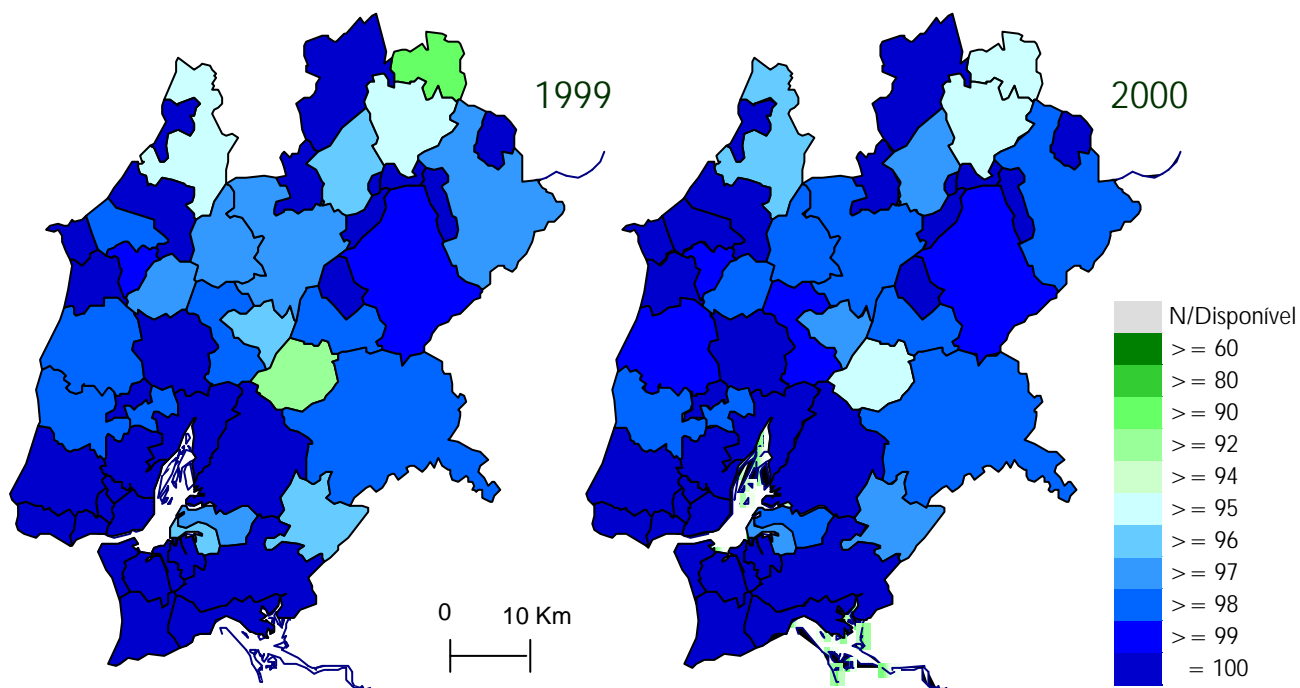
#### c) Recolha e Reciclagem de Resíduos Sólidos

**Gráfico 12**

Cobertura: % População servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos



A cobertura integral da Região é previsível a curto prazo.



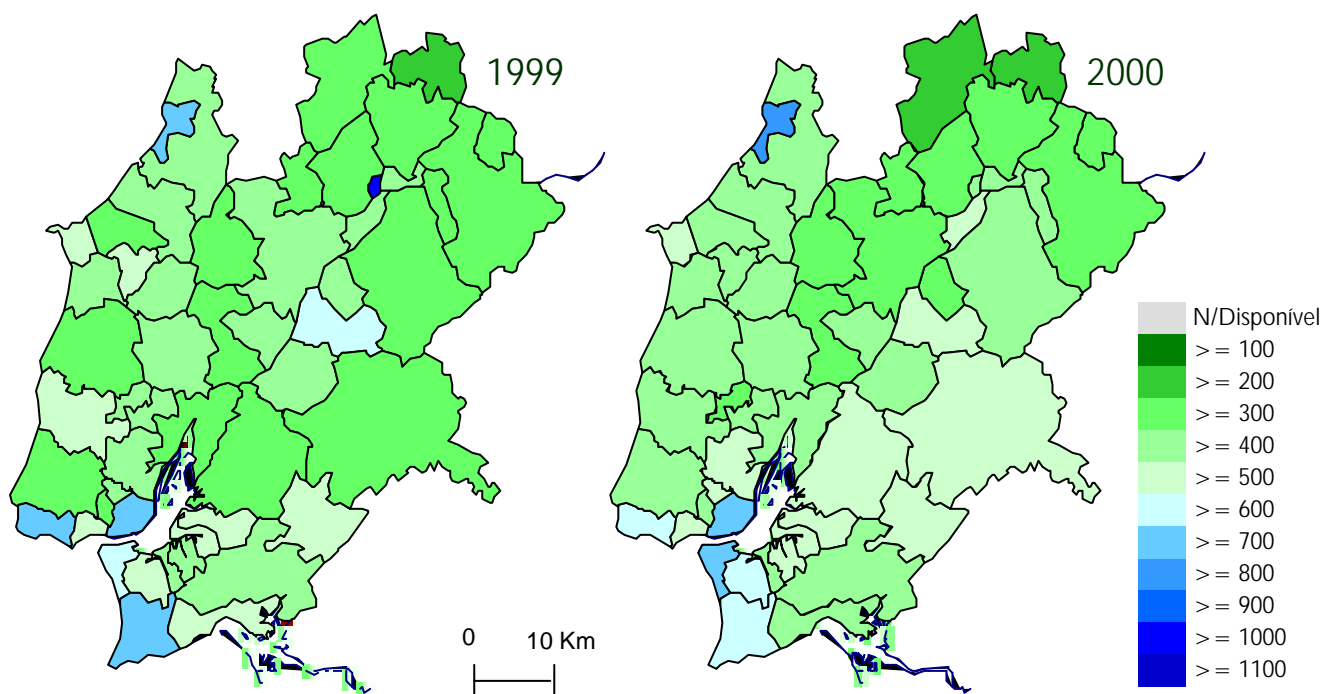
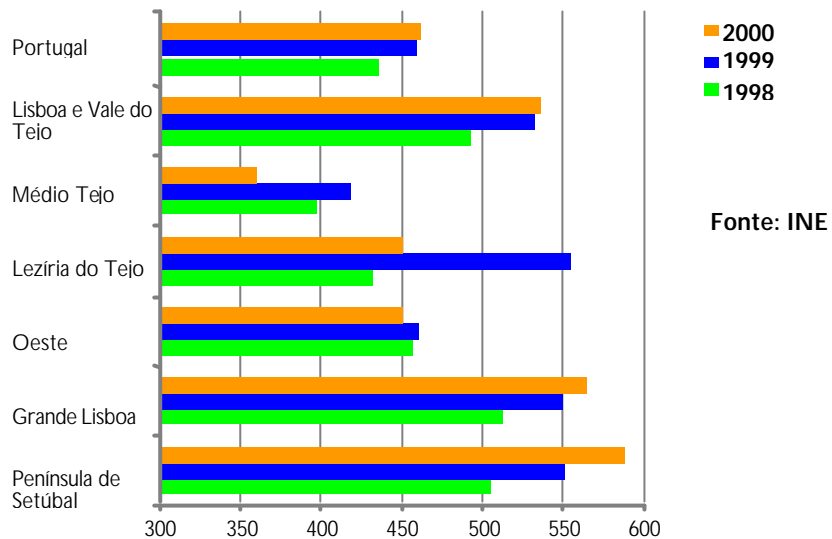
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 13**

Recolha: RSU recolhidos por população servida (Kg por habitante)



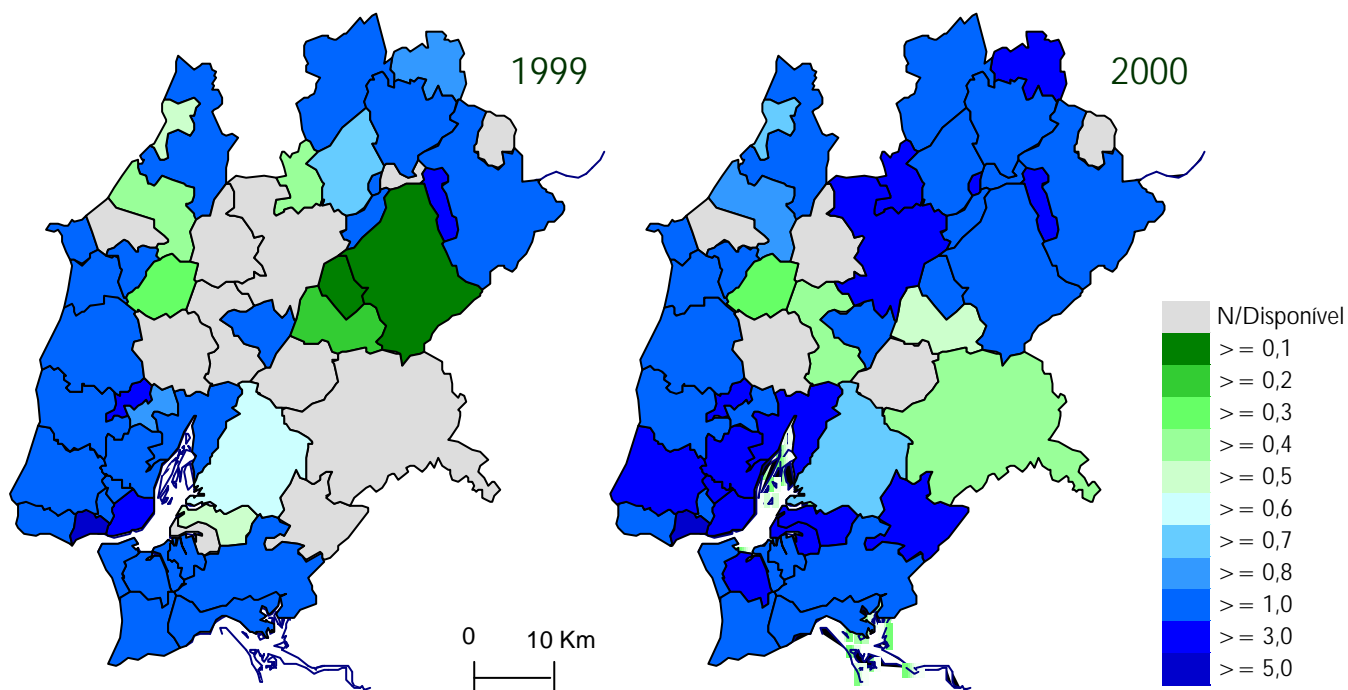
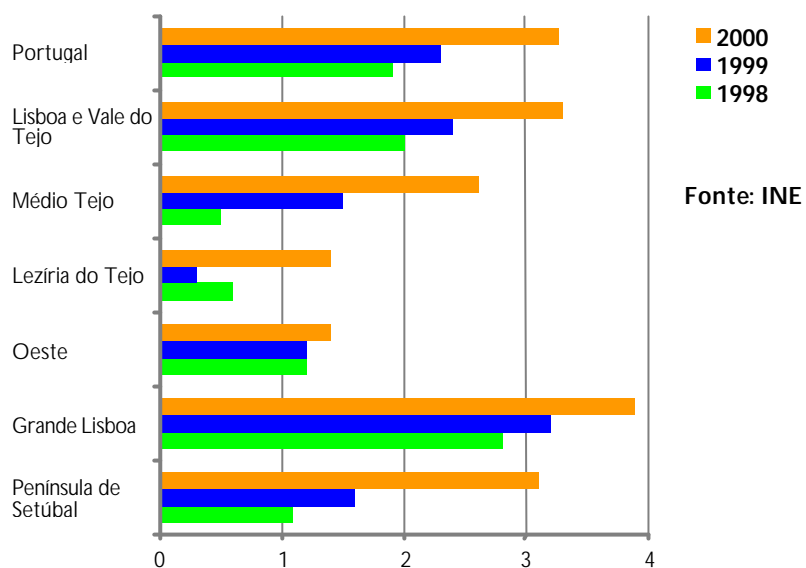
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 14**

Recolha: RSU com recolha selectiva (em %)



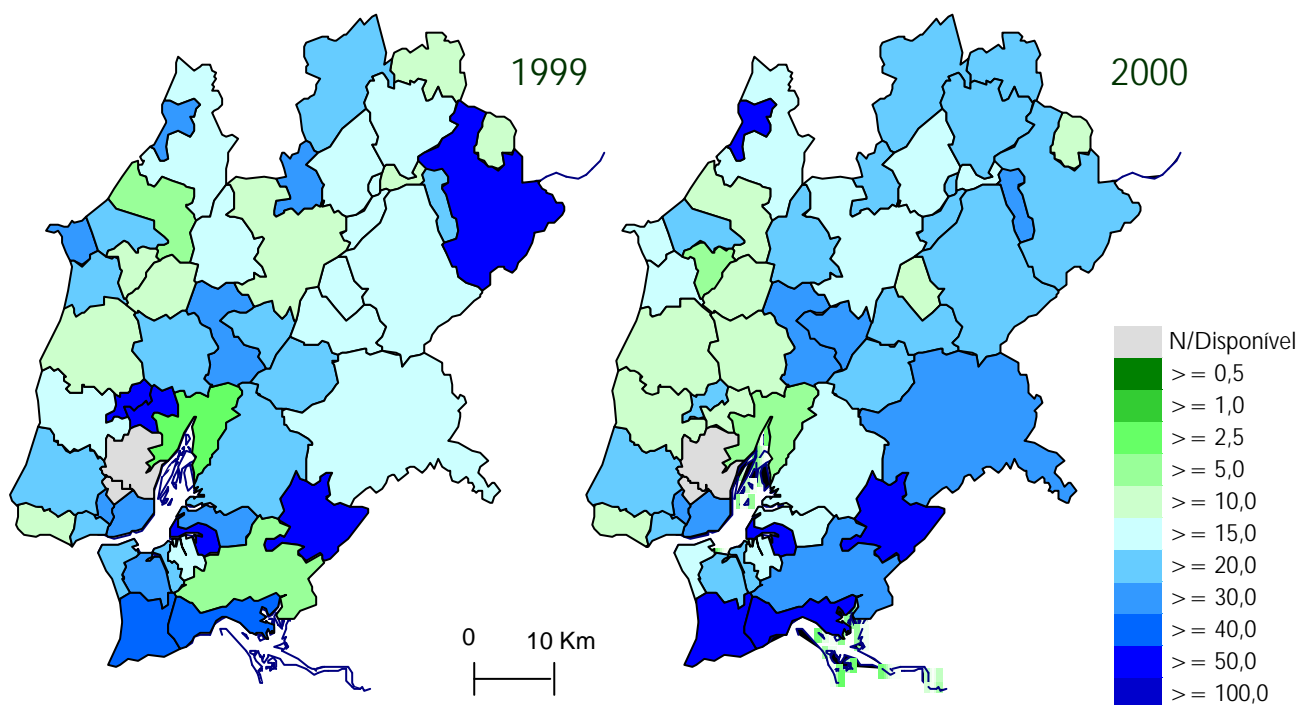
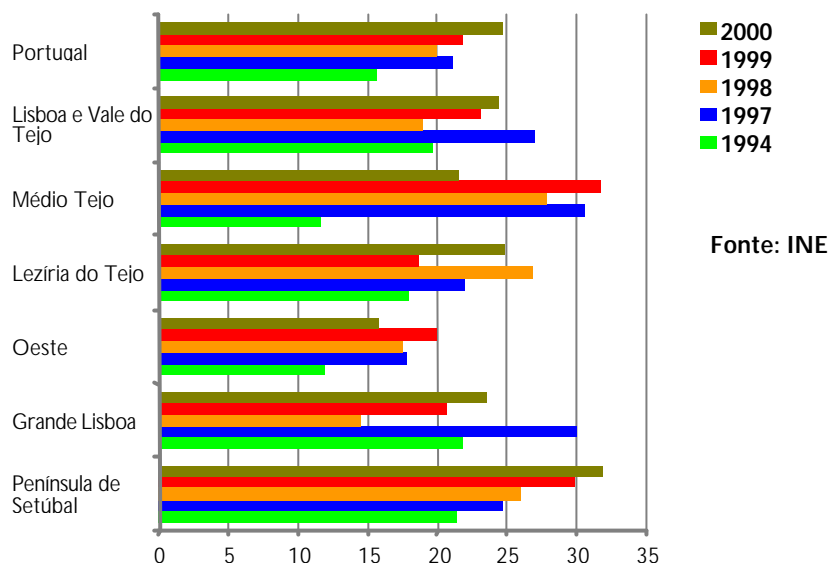
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 15**

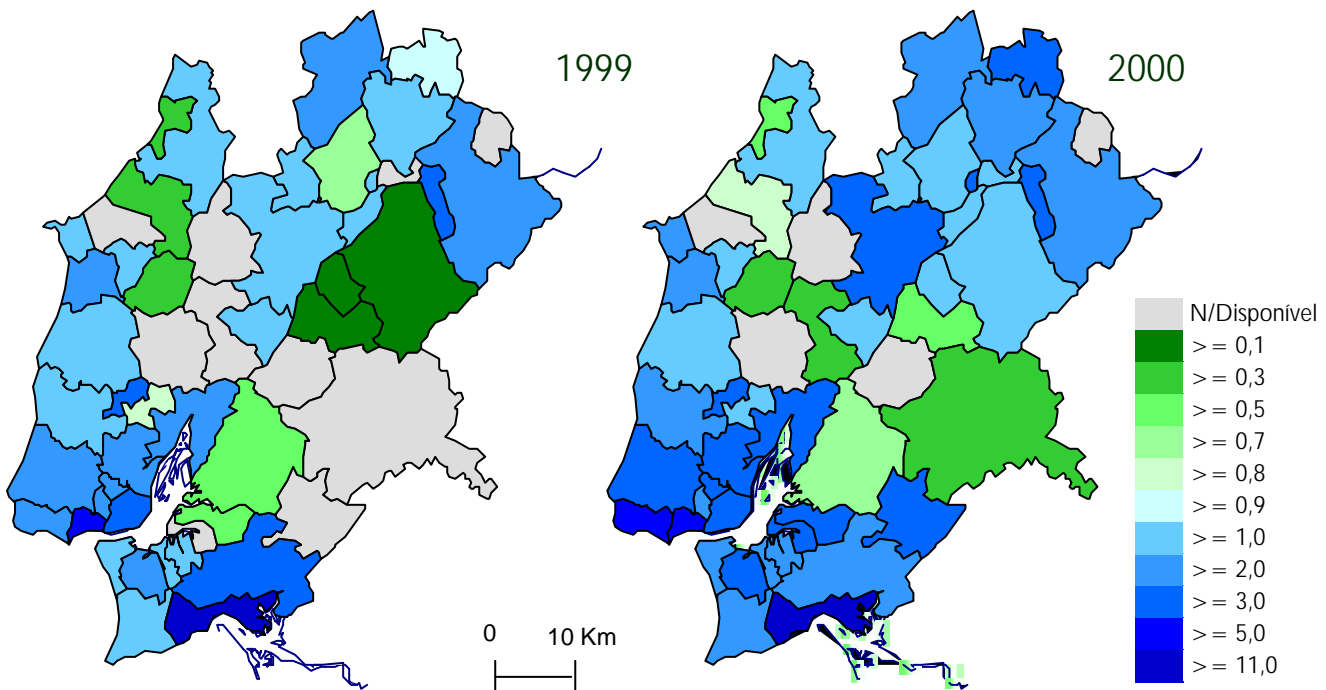
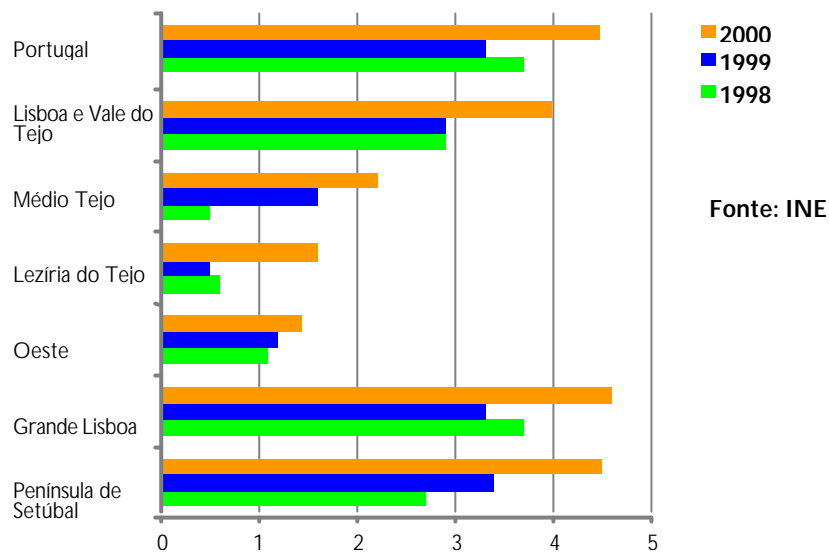
Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento), (euros por habitante)



**B.3 – QUALIDADE DE VIDA**  
**B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral**

**Gráfico 16**

Reciclagem: % de materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos



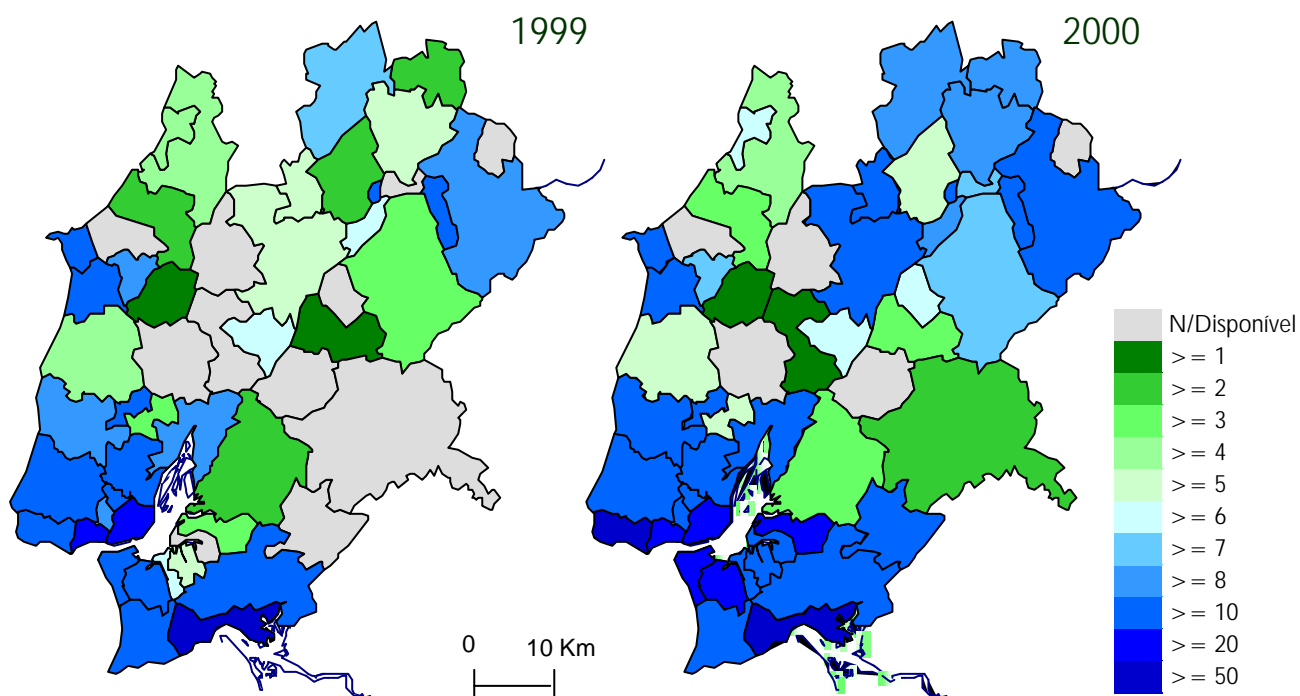
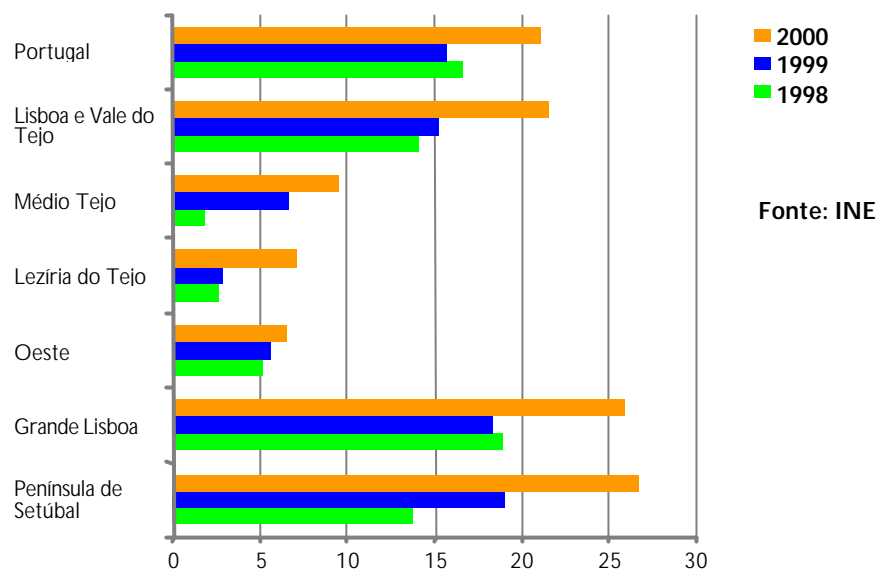
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.3 – QUALIDADE DE VIDA

### B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

**Gráfico 17**

Reciclagem: Materiais reciclados vendidos/População servida (kg por habitante)



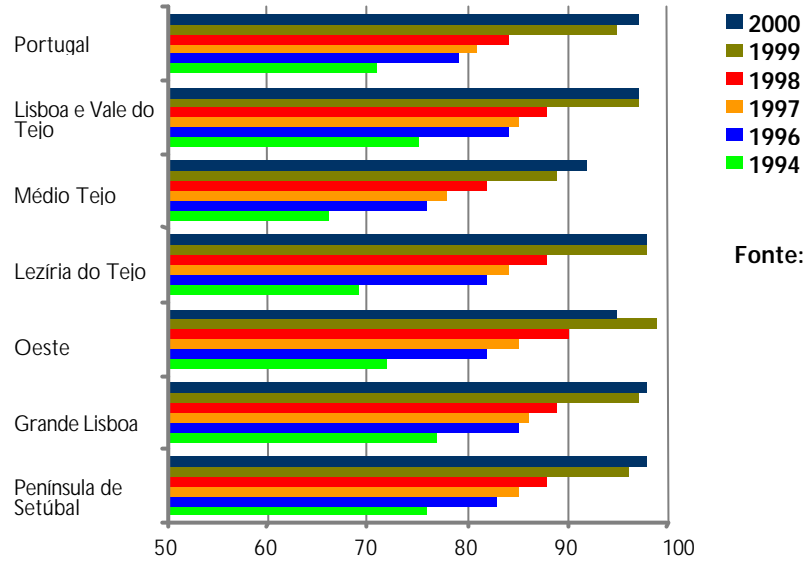
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

**B.3 – QUALIDADE DE VIDA**  
**B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral**

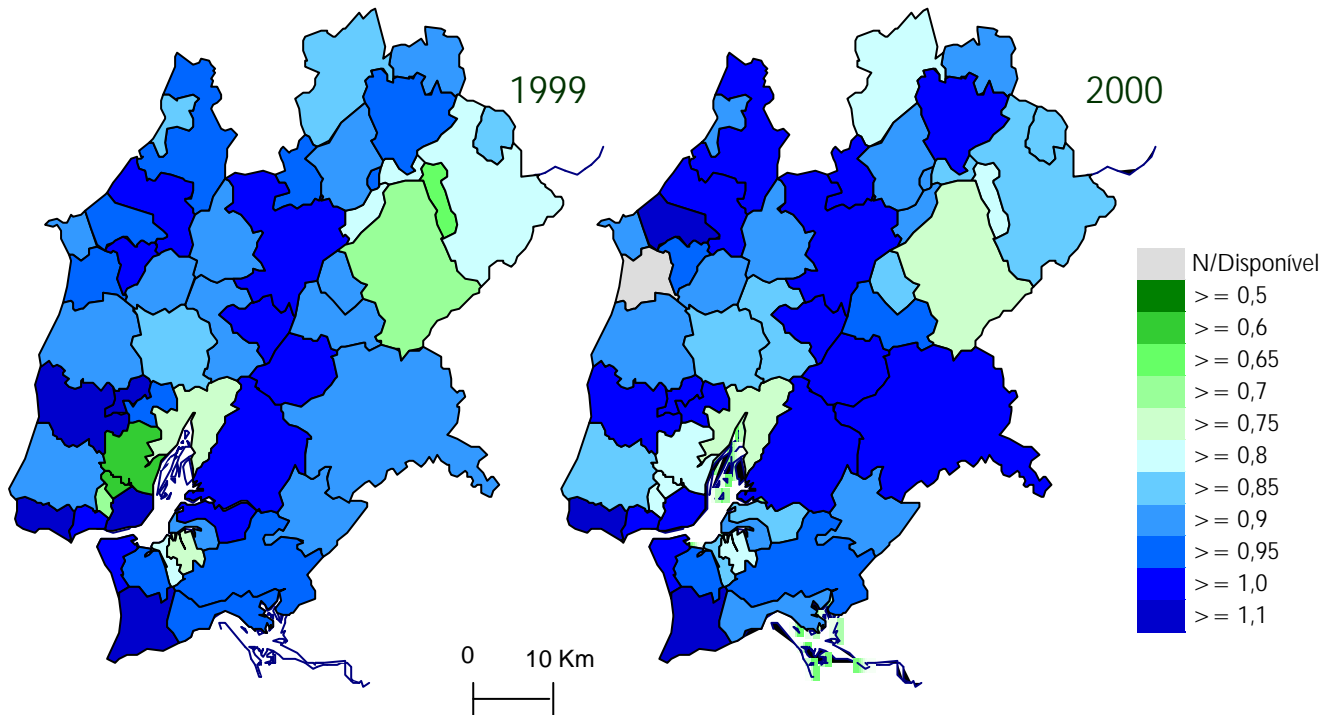
**d) Electricidade**

**Gráfico 18**

Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (KWH por habitante)



Fonte: INE



Nota: Os dados de 1999 do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

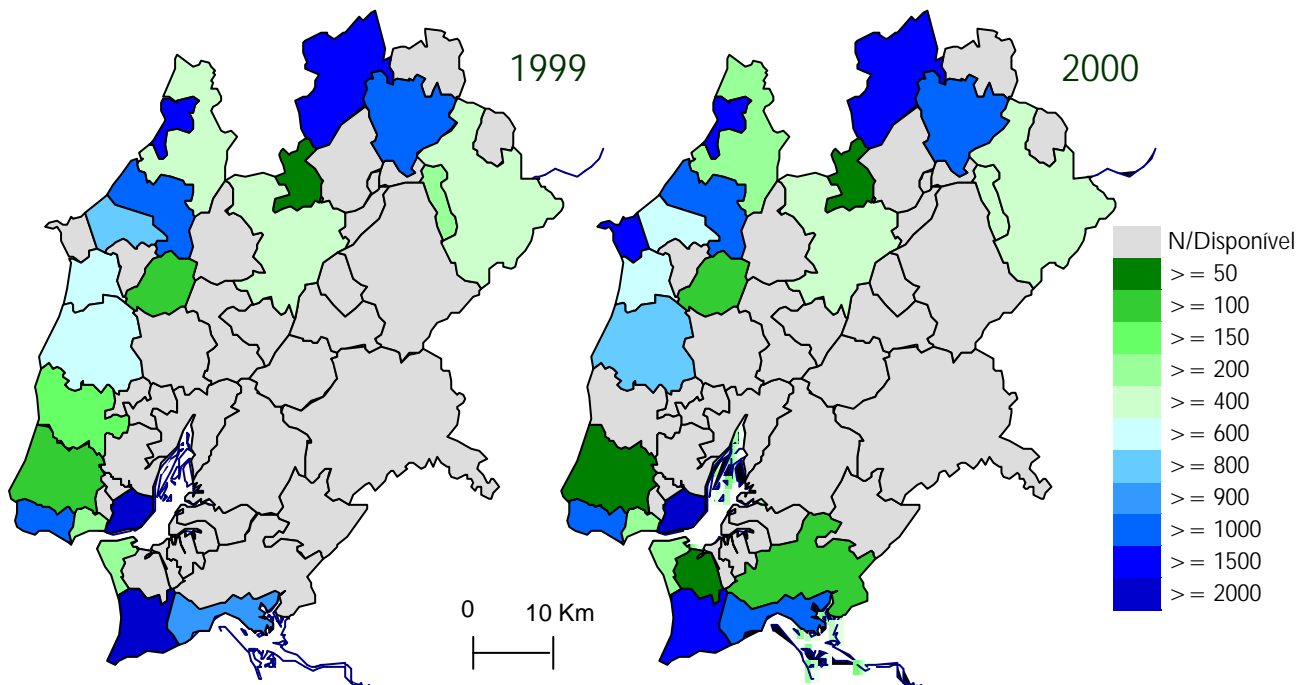
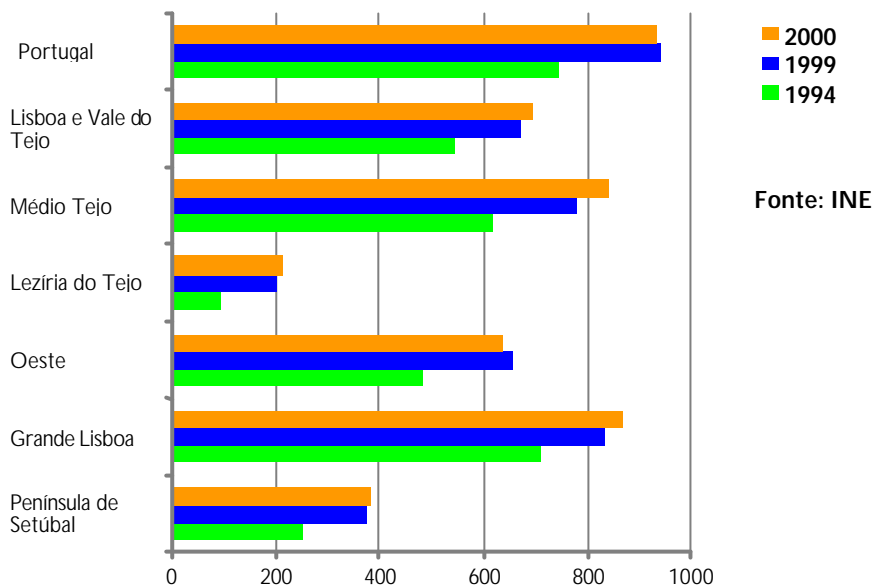
## B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

### B.4.1 – Atractividade

#### a) Nível Nacional

Gráfico 19

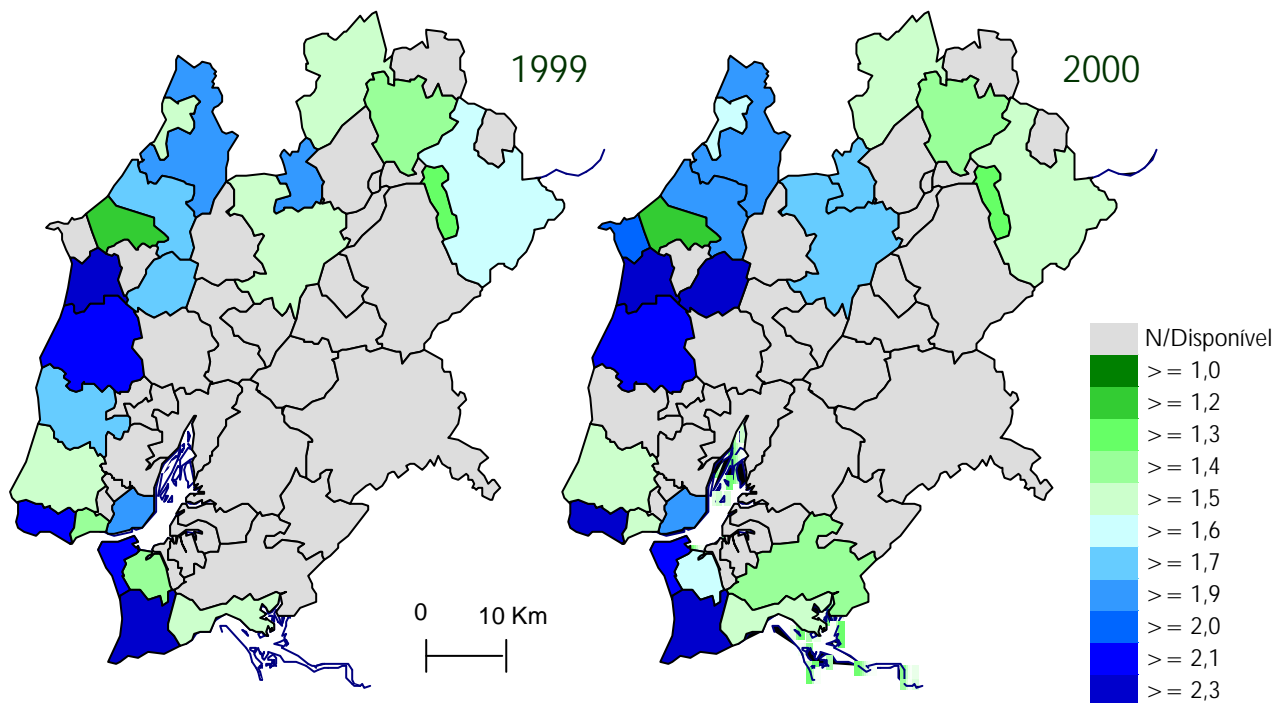
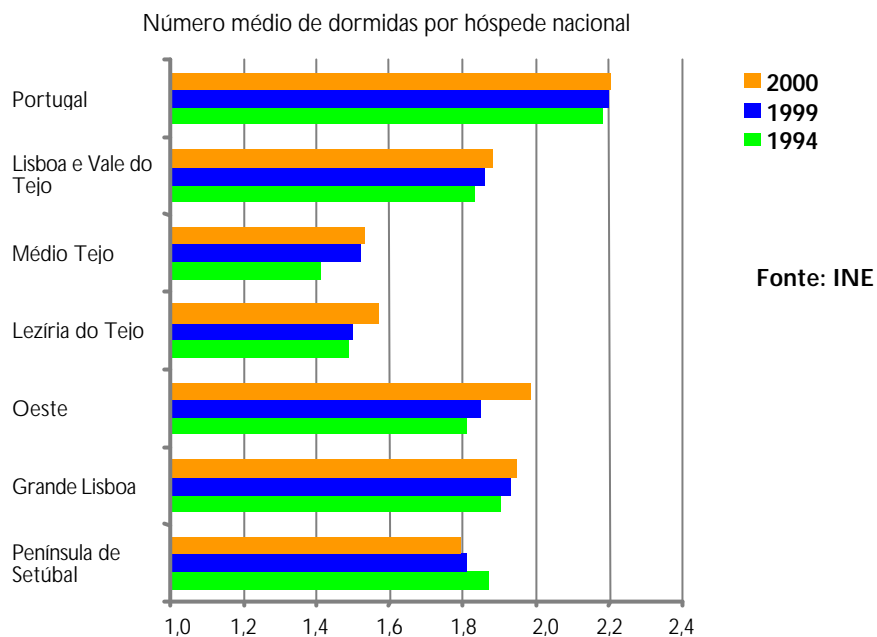
Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes



## B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

### B.4.1 – Atractividade

Gráfico 20



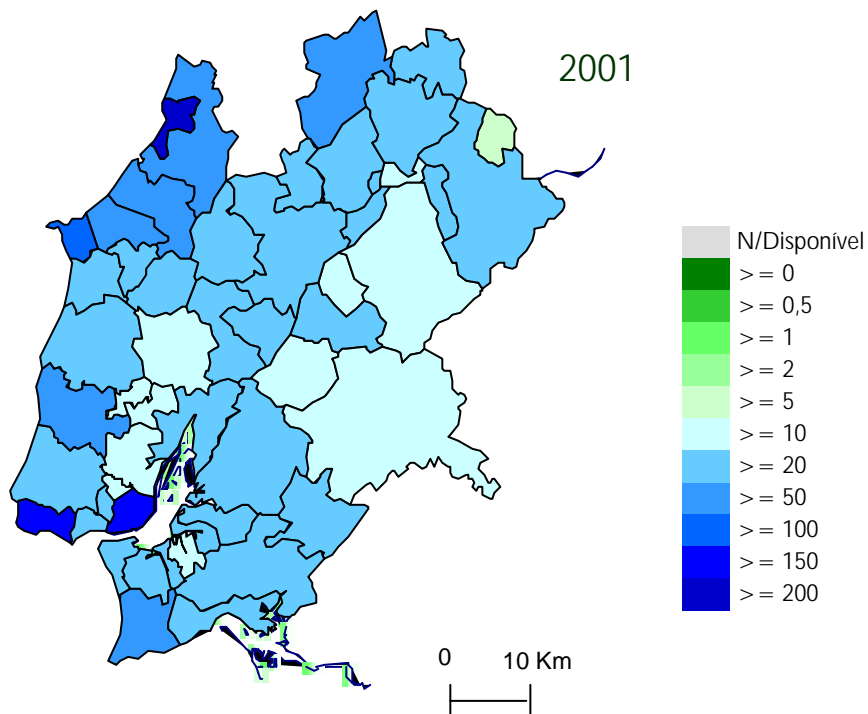
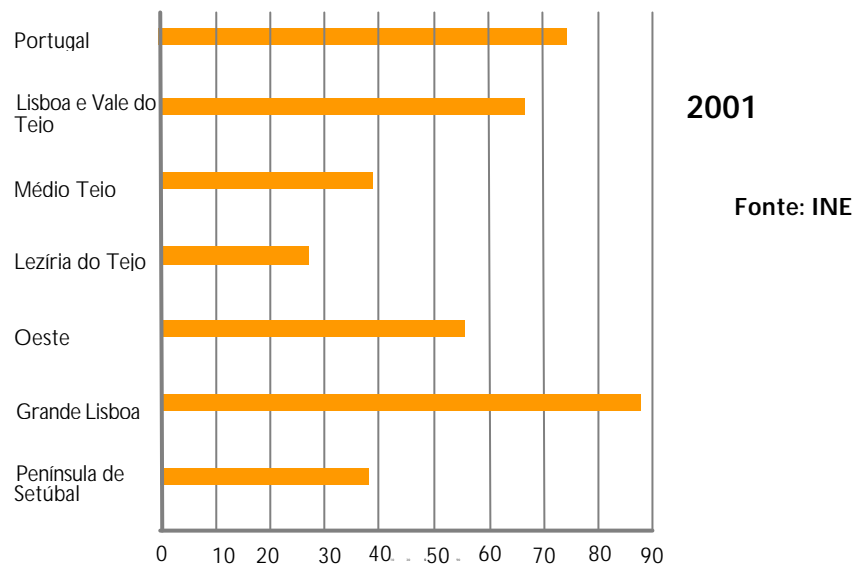
## B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

### B.4.1 – Atractividade

#### b) Nível Internacional

Gráfico 21

Caixas multibanco: Levantamentos internacionais (euros por mil habitantes)



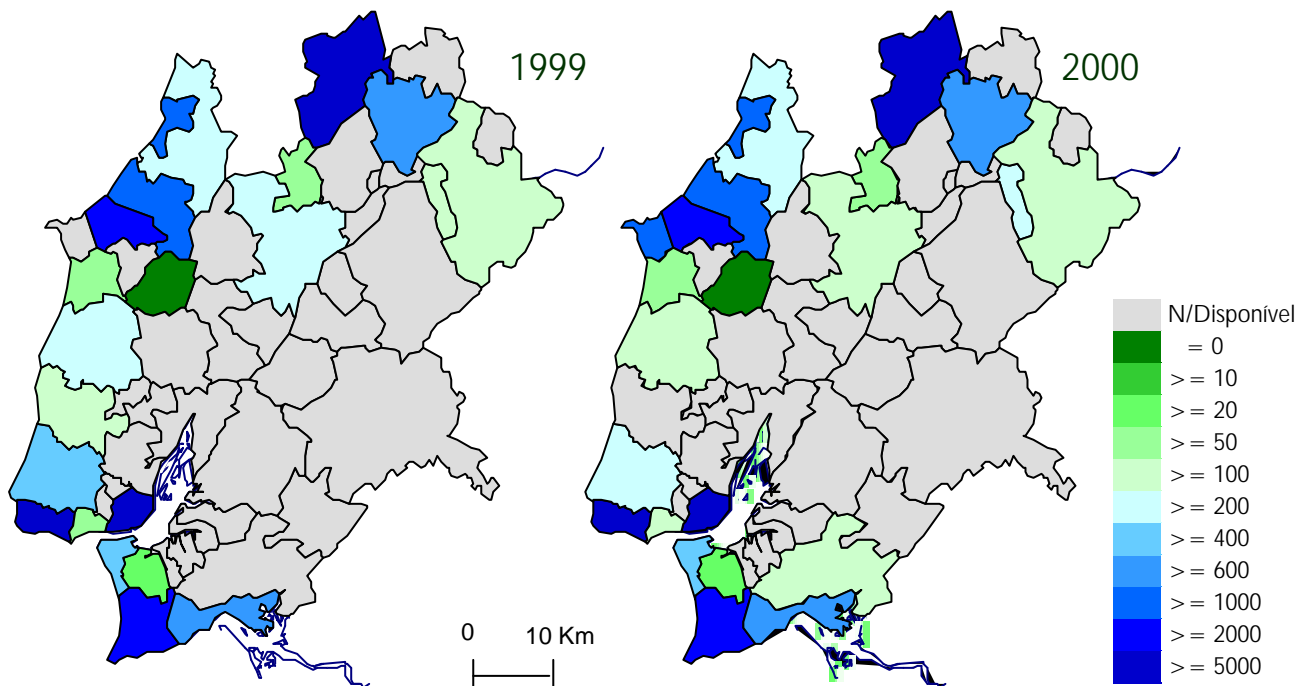
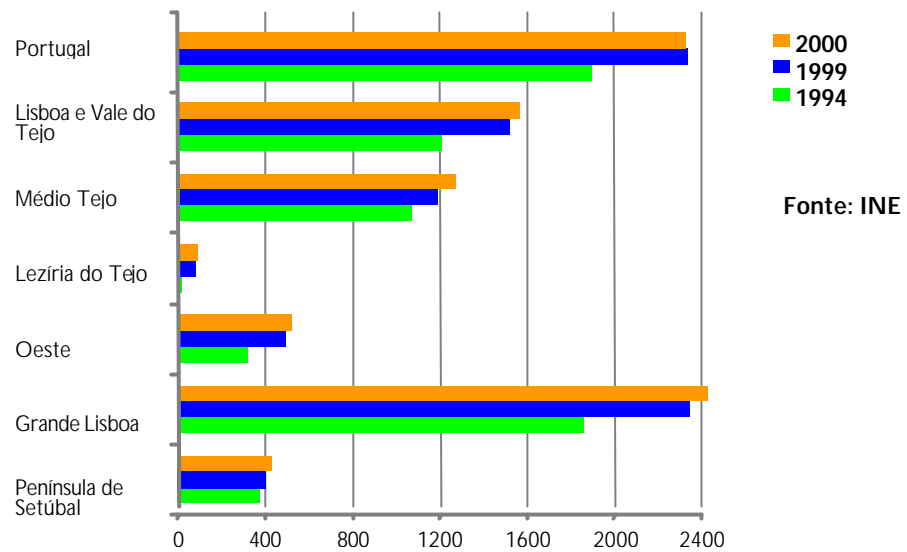
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

## B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

### B.4.1 – Atractividade

**Gráfico 22**

Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes

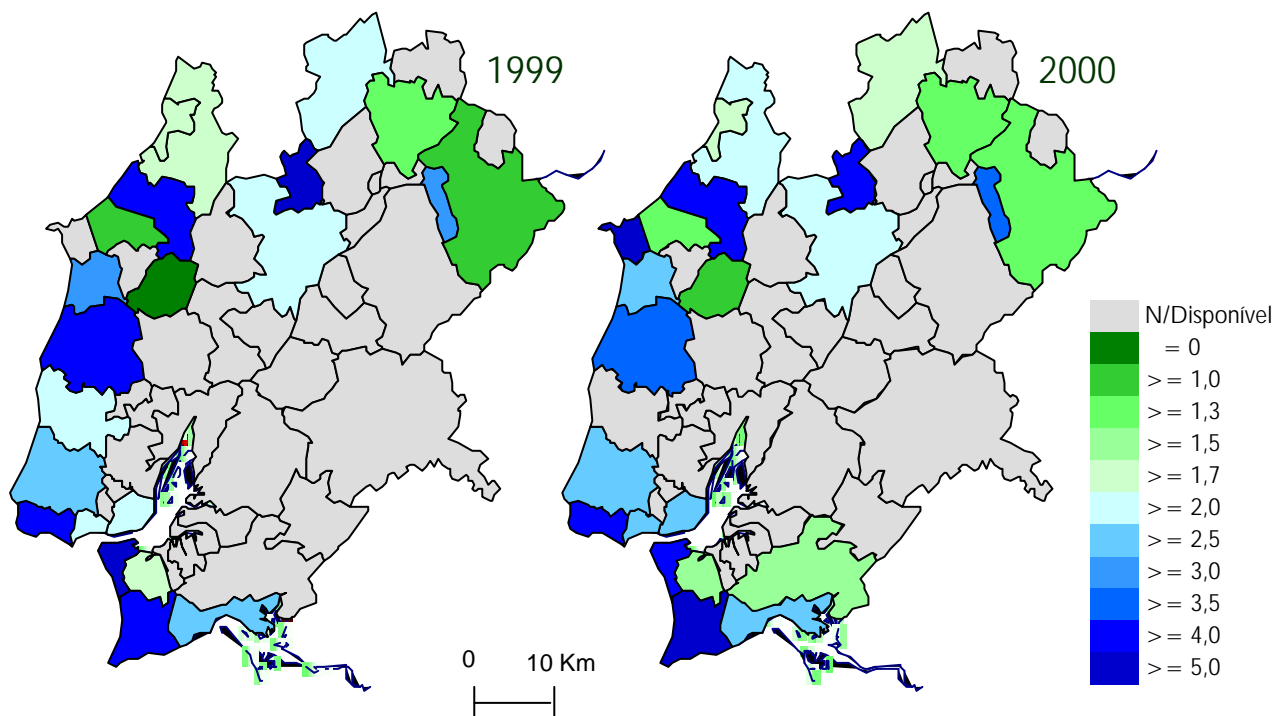
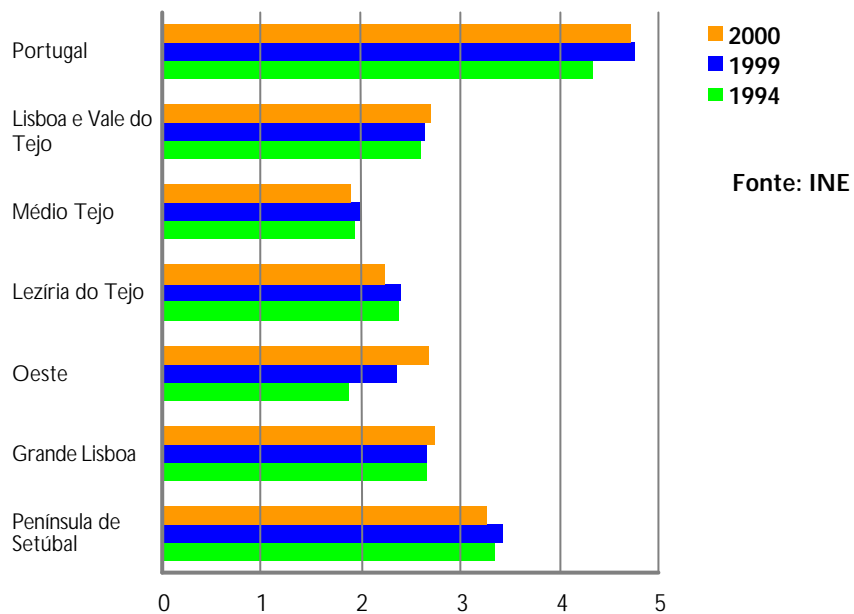


## B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

### B.4.1 – Atractividade

**Gráfico 23**

Número médio de dormidas por hóspede estrangeiro



Nota: Médias relativas aos concelhos com dados disponíveis

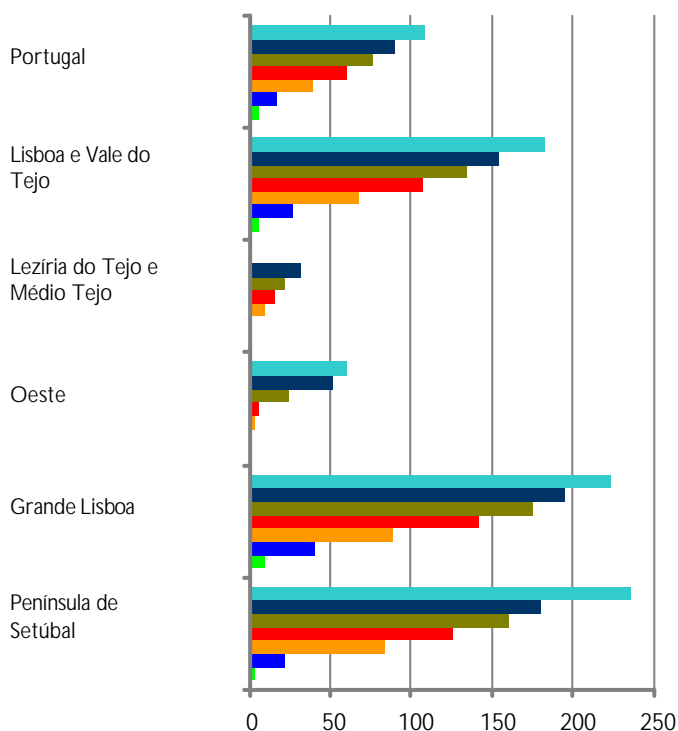
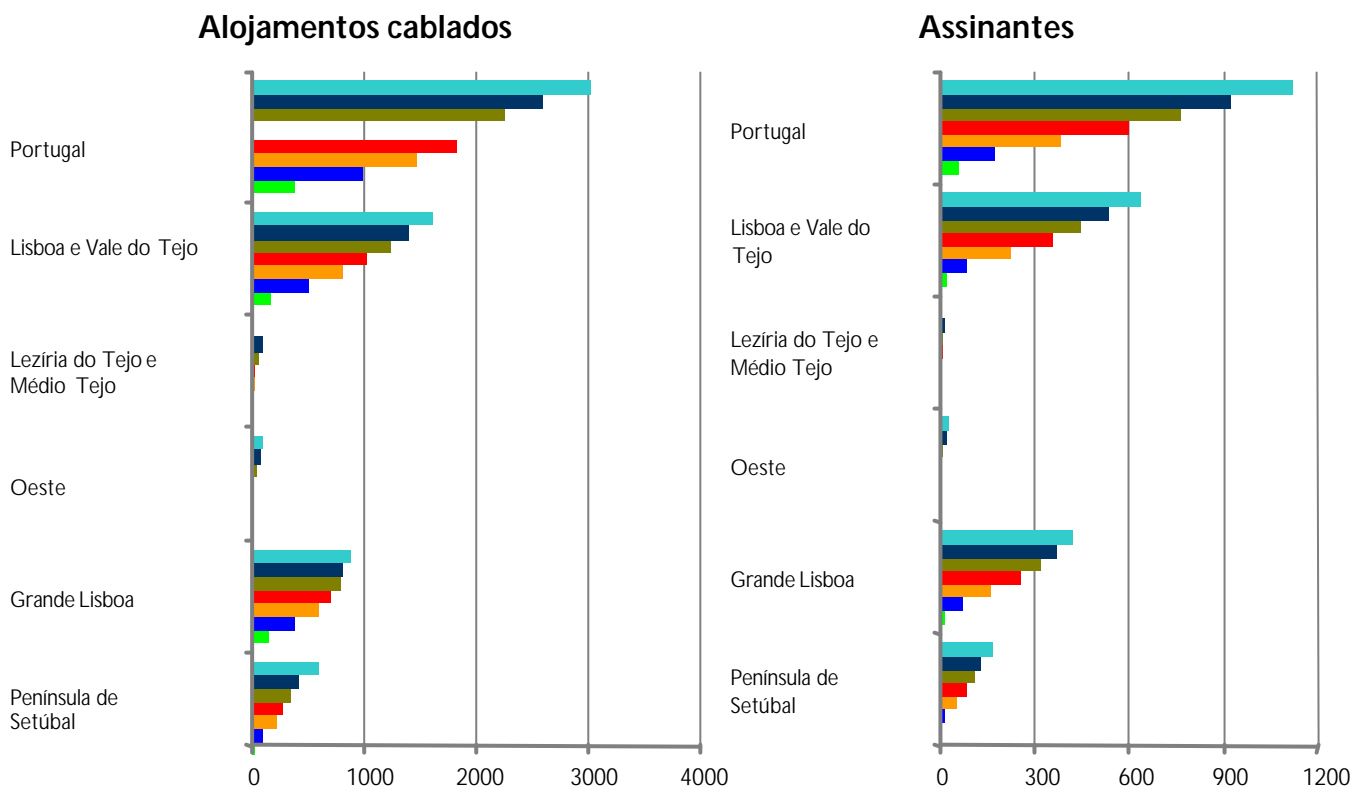
## B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

### B.4.2 – Conectividade

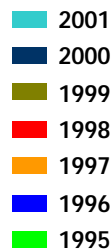
#### a) Tele-serviços

Gráficos 24, 25 e 26

Televisão por cabo: Alojamentos cablados e assinantes



Assinantes por mil habitantes

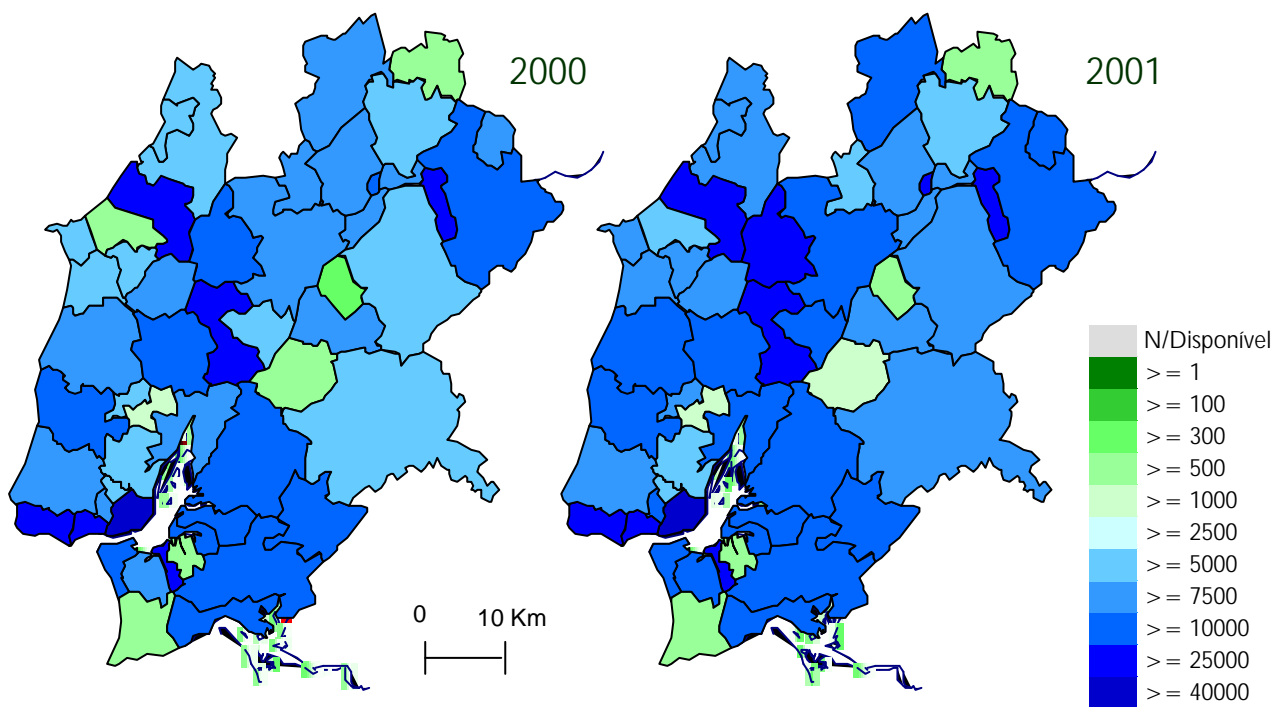
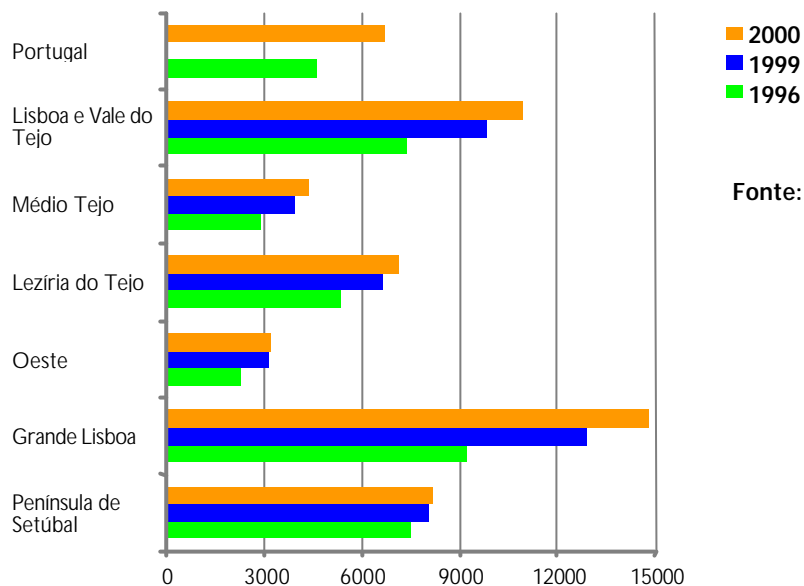


## B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

### B.4.2 – Conectividade

**Gráfico 27**

Total de caixas multibanco por 1000 habitantes



Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

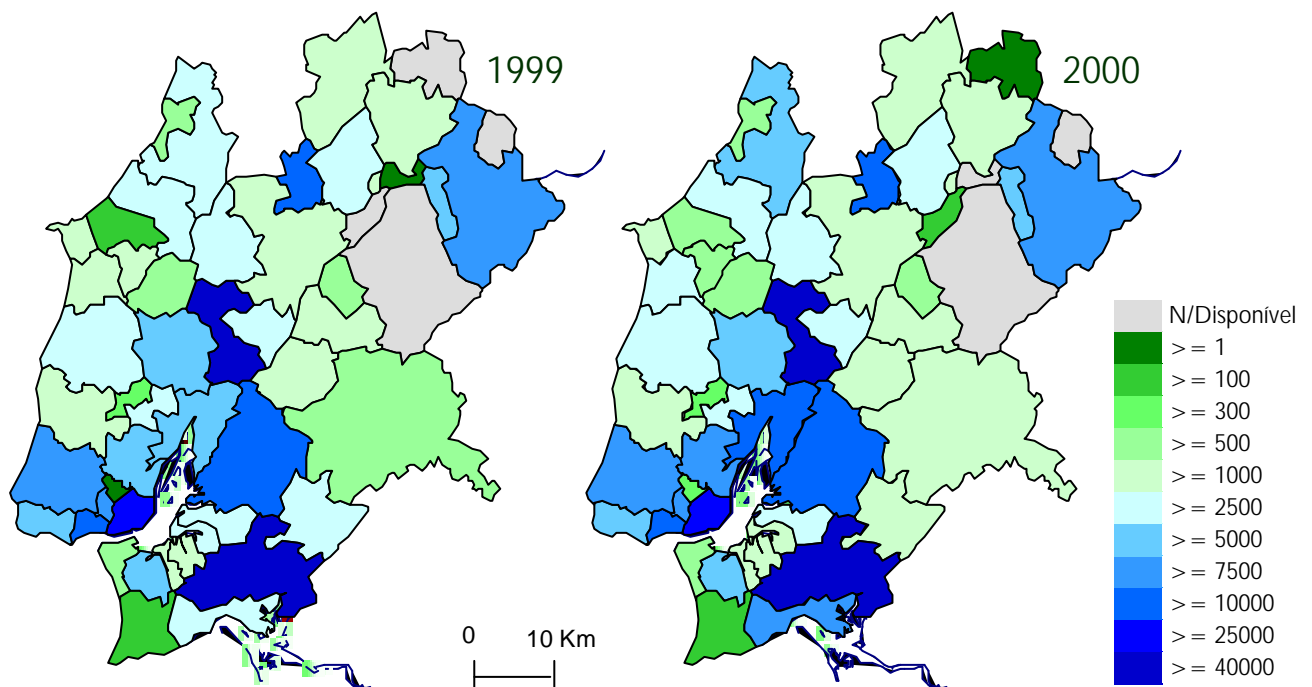
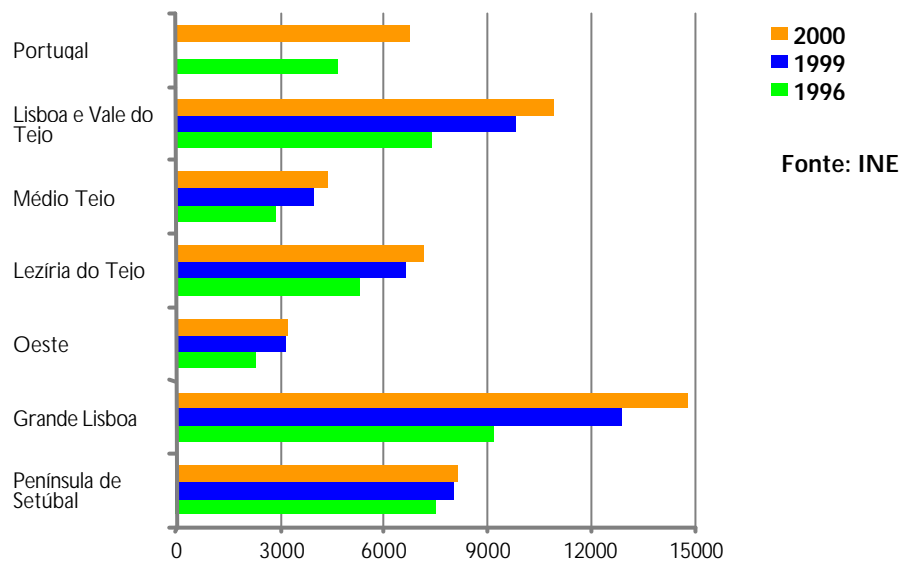
## B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

### B.4.2 – Conectividade

#### b) Inserção Internacional

**Gráfico 28**

Valor do comércio internacional - intra e extra comunitário - por habitante  
(euros por habitante)



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens (euros por habitante)	25
2	Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante)	26
3	Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados no concelho (euros por habitante)	27
4	Cobertura: % população com acesso domiciliário a água	28
5	Consumo: consumo doméstico total por população servida (m3 por habitante servido)	29
6	Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante)	30
7	Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%)	31
8	Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais	32
9	Produção: água residual produzida/população servida (m3 por habitante servido)	33
10	Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais	34
11	Tratamento: % água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada	35
12	Cobertura: % população servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos	36
13	Recolha: RSU recolhidos por população servida (Kg por habitante servido)	37
14	Recolha: % RSU com recolha selectiva	38
15	Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) (euros por habitante)	39
16	Reciclagem: % materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos	40
17	Reciclagem: materiais reciclados vendidos/população servida (Kg por habitante)	41
18	Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante)	42
19	Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes	43
20	Número médio de dormidas por hóspede nacional	44
21	Caixas multibanco: Levantamentos internacionais (euros por mil habitantes)	45
22	Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes	46
23	Número médio de dormidas por hóspede estrangeiro	47
24, 25 e 26	Televisão por cabo: Alojamentos cablados e assinantes	48
27	Total de caixas multibanco por 1000 habitantes	49
28	Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário – por habitante ( euros por habitante)	50



DOMÍNIO PESSOAS

C



### ▪ Apreciação geral

Este Relatório pretende aferir da evolução dos indicadores seleccionados para análise da dimensão *Pessoas : qualidade de vida e coesão social*, entre 2000 e 2001. Mantêm-se as 5 dimensões de análise anteriores: **Participação Democrática**: participação eleitoral; **Recursos Humanos**: educação, formação, emprego; **Ordenamento do Território**: espaço construído e espaço público e, cultura; **Qualidade de Vida**: bem-estar físico e acesso a equipamentos básicos; **Coesão Social**: polarização de rendimentos e pobreza

Infelizmente, não foi possível actualizar todas as informações por indisponibilidade ou desadequação (é o caso da participação democrática), mas noutros casos foi possível introduzir novas informações entretanto existentes. No entanto, algumas das novas informações não permitem, neste Relatório 1, fazer análises evolutivas por inexistência de informações anteriores. A sua inclusão tem sentido dado o carácter de monitorização que estes relatórios assumem, na expectativa de manter essas informações em relatórios futuros.

As dimensões de análise e respectivos indicadores analisados, são:

<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>Educação</b>	Cobertura de Equipamentos de Apoio à 1ª Infância
		Insucesso Escolar por Ciclos de Ensino
		Alunos por Ciclo de Ensino
		Ensino Universitário: alunos matriculados, estrutura de ensino
	<b>Formação Profissional</b>	Alunos em ensino profissional segundo o ciclo de ensino
<b>Emprego</b>	Taxa de Actividade Média Anual	
	Desemprego: por temporalidade, sexo, idade	
<b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	<b>Cultura</b>	Despesa Autárquica em Actividades Culturais
<b>QUALIDADE DE VIDA</b>	<b>Bem-estar Físico</b>	Taxa média de mortalidade Infantil
		Médicos por 1000 Habitantes
		Peso dos Casos e Mortes por SIDA
	<b>Acesso a Equipamentos Básicos</b>	Cobertura de Creches e Amas
		Cobertura em Centros de Dia
<b>COESÃO SOCIAL</b>	<b>Polarização Social</b>	Cobertura de equipamentos de apoio à população idosa
	<b>Pobreza</b>	Poder de compra <i>per capita</i>
		Peso dos Pensionistas, por velhice, sobrevivência, invalidez
		Beneficiários do RMG

A evolução ocorrida no âmbito da monitorização do domínio “Pessoas” entre 1999 e 2000 (ou 2001) caracteriza-se essencialmente pelas seguintes conclusões:

**1** - A evolução da qualificação dos recursos humanos na RLVT vai a ritmo muito lento e apresenta sintomas de alguma dificuldade, nomeadamente no que se refere às elevadas taxas de insucesso nos vários níveis de ensino, a uma presença pouco significativa de população a frequentar o ensino profissional, e à baixa percentagem de população a frequentar o ensino superior nas várias sub-regiões à excepção da Grande Lisboa.

**2** - Nesta evolução (2000 – 2001) começam também a emergir os primeiros sintomas de crise do emprego e aumentam os níveis de desemprego que atingem os mais novos e as mulheres.

**3** - Do ponto de vista de alguns indicadores de “qualidade de vida”, a análise da evolução dos últimos dados – maioritariamente 2000/2001 – permite retirar algumas conclusões que indiciam duas tendências de sentido contrário. Por um lado, os indicadores de “qualidade de vida” mais imediatos evidenciam uma evolução negativa. É o caso de indicadores como as taxas de emprego/desemprego, do investimento municipal em actividades culturais, o aumento de casos de SIDA. Inversamente, alguns indicadores que se poderiam considerar de ordem estrutural, pois são de resultado não imediato, sendo fruto de investimentos anteriores, têm melhorias significativas. De uma maneira geral, pode dizer-se que a região mostra sinais de melhorias qualitativas nalguns indicadores-chave sendo de ressaltar o significativo decréscimo da mortalidade infantil e os aumentos (ligeiros) das taxas de cobertura em equipamentos de idosos e de infância.

**4** - A coesão social na região, analisada a partir dos dois indicadores mais significativos desta dimensão de análise – o poder de compra e a população beneficiária do rendimento mínimo - parece indicar algum paradoxo já que o poder de compra regional decresceu e, simultaneamente decresceu a população beneficiária do rendimento mínimo.

No entanto, e para quase todos os indicadores é preciso registar a grande diversidade ao nível das várias sub-regiões.

### ■ **Apreciação específica**

#### **C.2 - Recursos Humanos**

##### **C.2.1 - Educação e Formação**

A análise do sucesso/insucesso nos vários níveis de ensino bem como a situação face à qualificação de nível superior não alteram significativamente a tendência já verificada. Os níveis de insucesso, embora decaiam ligeiramente, mantêm-se elevados pese embora que próximos das médias nacionais.

As taxas de insucesso escolar aumentam em função do ciclo de ensino, acompanhando a RLVT a tendência registada a nível nacional. Apenas no 3º ciclo a RLVT apresenta valores mais baixos neste indicador, comparativamente com os valores do país.

A frequência do ensino superior - mais elevada na RLVT - continua a ser tributária do número de estudantes na Grande Lisboa pois qualquer das outras sub-regiões continua a apresentar níveis de população a frequentar o ensino superior inferiores às médias nacionais. A região tem, em 1999/00, 156.525 alunos no ensino superior - quase mais 3 mil do que no ano anterior. A este nível confirma-se a perda de importância do ensino superior privado na cobertura de estudantes deste nível de ensino.

No campo da formação profissional em contexto escolar, a RLVT ainda não alcançou os valores médios do Continente, mas não se dispõem de informações que permitam fazer a evolução. O ensino profissional (ano lectivo 1999/00) continua a ser muito pouco representativo (5,3% dos estudantes na RLVT) e inferior às médias nacionais (6%).

##### **C.2.2 – Emprego e Desemprego**

Entre 2000 e 2001 começa a verificar-se a diminuição das taxas de actividade – que são ligeiramente inferiores na região face às médias do país – e consequente aumento das taxas de desemprego (estas sobem de 5% para 5,4% enquanto no país sobem de 4% para 4,1%). O decréscimo é mais acentuado nas taxas de actividade masculina, pese embora que o desemprego continue a atingir mais fortemente mulheres e grupos etários jovens. Na estrutura de desemprego, os desempregados de curta duração continuam a ser a grande presença, associando-se a um peso cada vez maior do desemprego jovem (com menos de 25 anos). Na estrutura de desemprego regional, mantém-se o peso do desemprego masculino, mas aumenta o desemprego feminino (em 2001) para 6,6% do total das mulheres activas.

### C.3 - Ordenamento do Território

#### C.3.1 - Cultura

*- Despesas autárquicas em actividades culturais.*

Neste domínio apenas foi possível actualizar as informações para o indicador relativo ao peso das despesas autárquicas em actividades culturais. A evolução deste indicador revela o decréscimo do investimento camarário desde 1998. A RLVT já detinha um investimento nas despesas autárquicas em actividades culturais ligeiramente inferior à médias nacionais e, em 2000, acompanha as tendências nacionais de baixa, comparativamente a 1998.

No entanto, o comportamento nas várias sub-regiões não é idêntico como o não é o peso do investimento nestas actividades. A Grande Lisboa tem o menor investimento em actividades culturais no conjunto da região (6%), seguida do Médio Tejo (6,6%) e Oeste (7,4%) . É a Lezíria do Tejo (10%) e a Península de Setúbal (9,6%) que detêm a dianteira no peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas. Mas só Lisboa e o Médio Tejo vêem decrescer os investimentos nesta área, já que as restantes regiões mantêm um crescimento, que é sobretudo acentuado na Lezíria que atinge os 10% em 2000.

### C.4 - Qualidade de Vida

#### C.4.1 - Bem-estar Físico

*- Taxa média de mortalidade infantil*

A comparação da taxa média entre 1990/94 e 1996/2000 revela uma clara melhoria deste indicador. A região decresce de uma taxa média de mortalidade, em 1990/1994, de 8,2 por mil para 5,4 por mil. O mais significativo é que esse decréscimo é mais acentuado nas regiões que detinham maior taxa como a Lezíria e o Médio Tejo (exclui-se Lisboa que pela sua particularidade apresenta sempre taxas elevadas). Há assim uma aproximação, pela positiva, entre as taxas das várias sub-regiões.

### *- Casos e Mortes por SIDA*

A comparação das informações existentes permite comparar a evolução dos casos e das mortes por SIDA entre Junho e Dezembro de 2002. Verifica-se um aumento deste indicador no Distrito de Lisboa e Setúbal que já detêm o dobro da taxa média do país. Em Lisboa e Setúbal manifestam-se os valores mais elevados em casos de SIDA (atingindo cerca de 2/oo da população) e, conseqüentemente, o maior peso de mortes por esta doença.

### **C.4.2 – Acesso a Equipamentos Básicos**

#### *- Cobertura de Creches e Amas*

Não se dispõem de dados evolutivos, mas apenas a cobertura para 2000 por distrito o que permite aferir que nenhum distrito atinge a média do país, aproximando-se o distrito de Setúbal com 19,7% de crianças cobertas, Lisboa tem 19,2% e Santarém 17,8%.

#### *- Cobertura em Centros de Dia.*

A evolução dos graus de cobertura entre 1998 e 2000 permite salientar uma ligeira melhoria que faz com que, com excepção do Oeste, todas as sub-regiões detenham taxas de cobertura em Centros de Dia ligeiramente superiores às médias nacionais.

### **C.5 - Coesão Social**

#### **C.5.1 – Polarização dos Rendimentos**

##### *- Poder de compra*

O poder de compra da região decresce entre 1998 e 2002 de 136,7 para 132,3, no entanto esta quebra é claramente tributária do seu decréscimo significativo na Grande Lisboa – de 176,21 em 1998 passa para 160,82 em 2002. Todas as outras sub-regiões aumentam ligeiramente o seu poder de compra mas esse aumento é, sobretudo, significativo na Península de Setúbal, passando de 102 para 117. Apesar deste decréscimo, a Grande Lisboa mantém-se no topo neste indicador, e os valores médios regionais são bem superiores aos valores registados para o Continente.

### C.5.2 – Pobreza

#### *- Beneficiários do RMG*

Apesar desta diminuição do poder de compra na RLVT, regista-se uma diminuição do peso dos beneficiários do RMG em toda a região. No entanto, devido ao elevado poder de compra que ainda mantém, é na RLVT que se mantêm os valores mais baixos do peso dos beneficiários do RMG (RSI), comparativamente com as outras regiões do País.

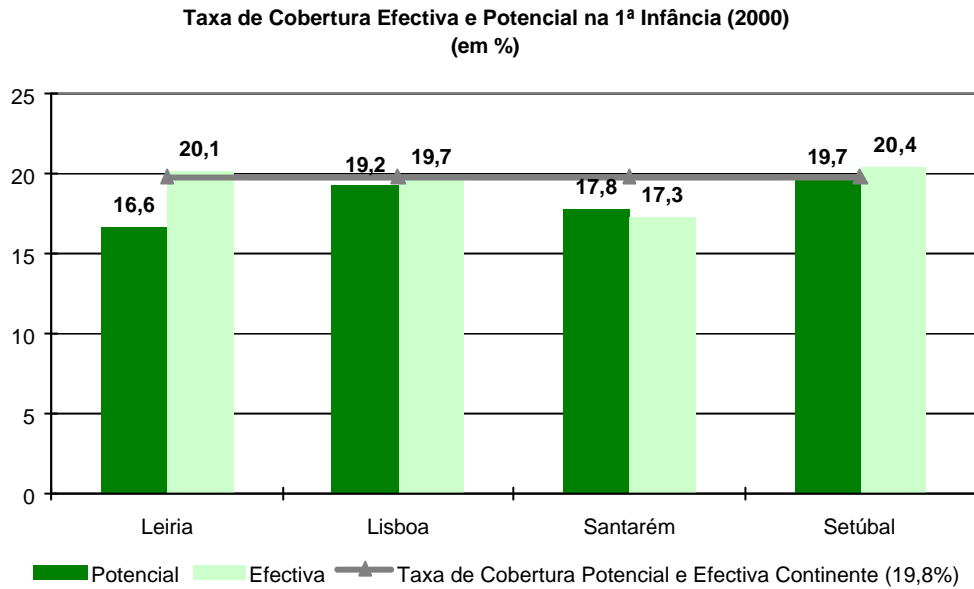
Contraditoriamente é na Região de Lisboa, onde o decréscimo do poder de compra é acentuado, que se assiste ao decréscimo do número de beneficiários. A tendência sub-regional é de diminuição do valor deste indicador, continuando a Grande Lisboa e a Lezíria do Tejo a liderar os valores mais altos.

## C.2 – RECURSOS HUMANOS

### C.2.1 – Educação e Formação

#### a) Cobertura de equipamentos de apoio à 1ª infância

Gráfico 1

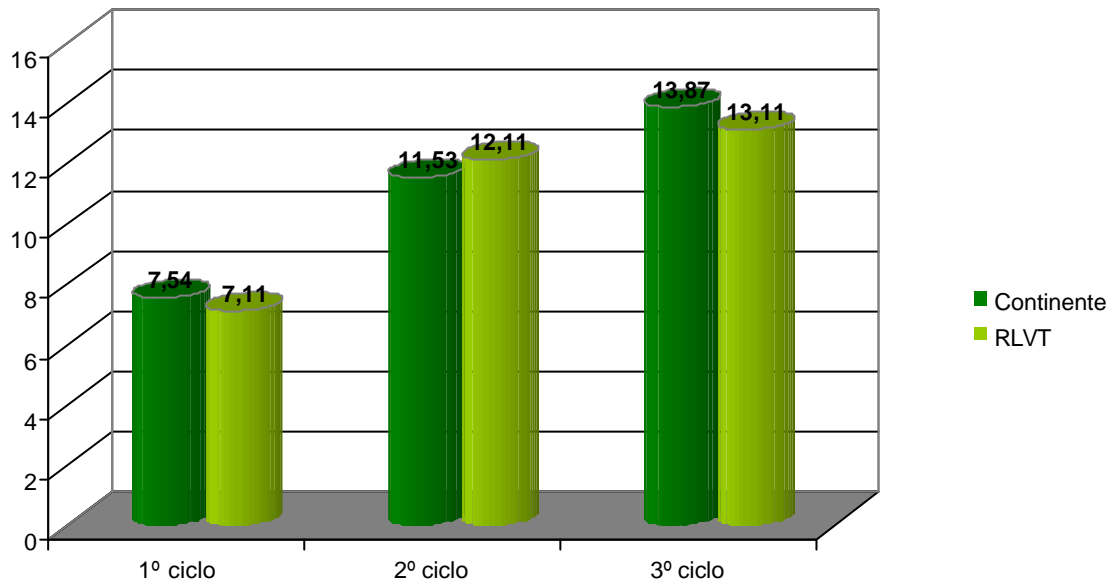


Fonte: Carta Social - MSST

b) Insucesso escolar por ciclos de ensino

Gráfico 2

Taxa de Insucesso Escolar por Ciclo de Ensino, ano lectivo 99/00  
(em %)



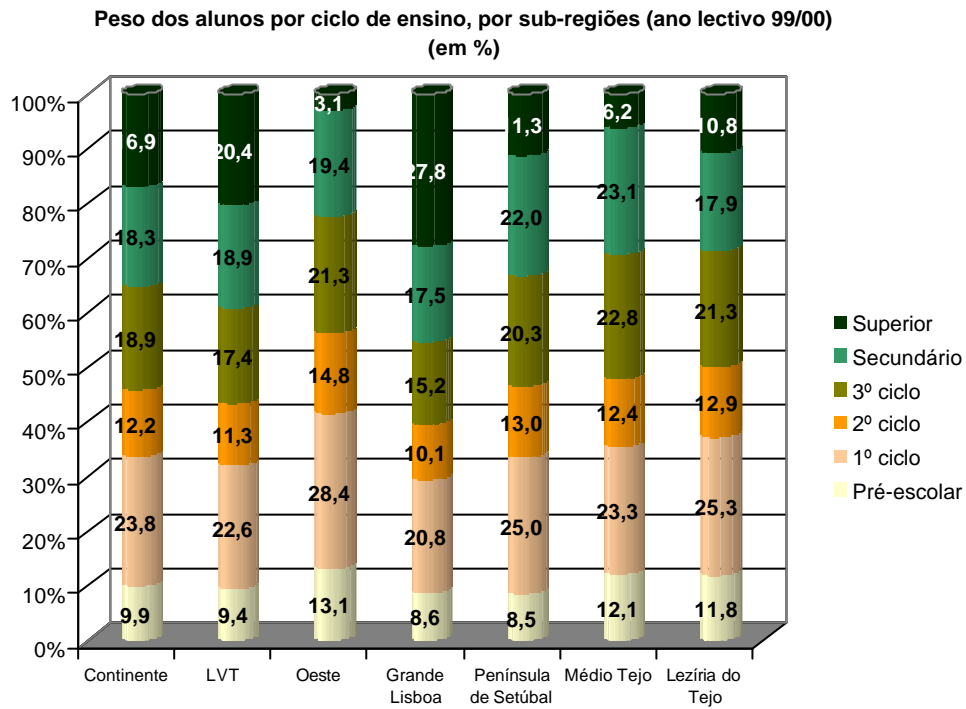
Fonte: DAPP-ME

## C.2 – RECURSOS HUMANOS

### C.2.1 – Educação e Formação

#### c) Alunos por ciclo de ensino

Gráfico 3



Fonte: DAPP-ME

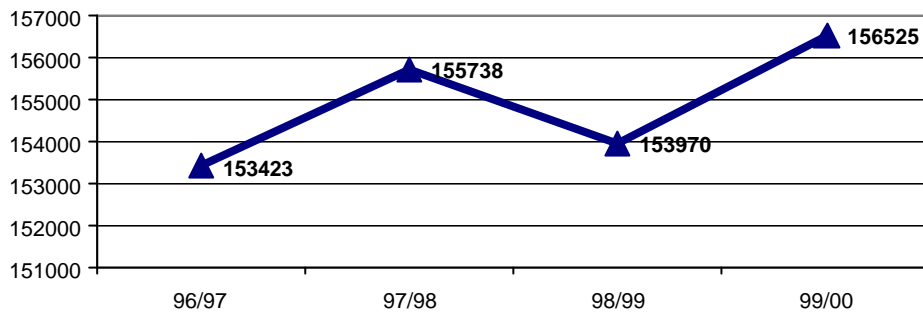
## C.2 – RECURSOS HUMANOS

### C.2.1 – Educação e Formação

#### d) Ensino universitário

Gráfico 4

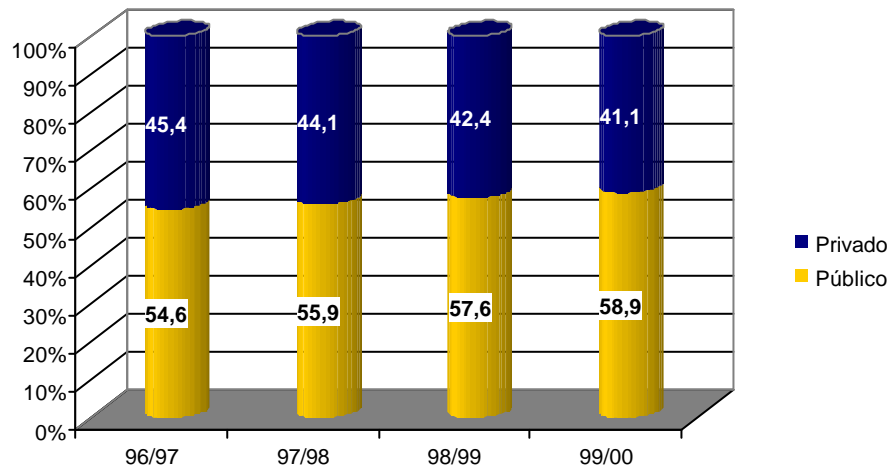
Evolução dos alunos matriculados no ensino superior na RLVT, de 1996 a 2000



Fonte: DAPP-ME

Gráfico 5

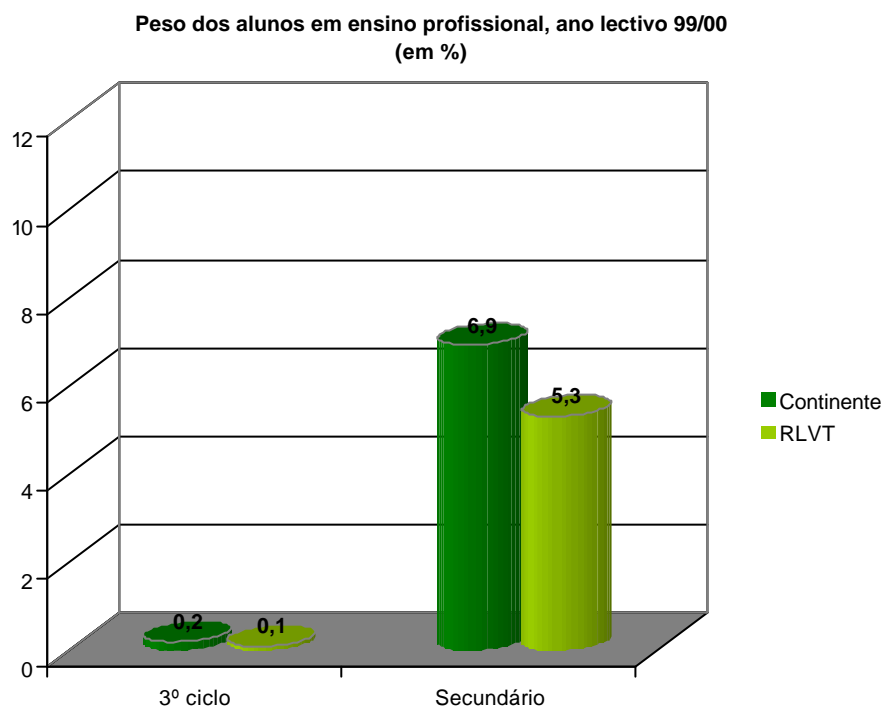
Evolução da estrutura de ensino superior por tipo de ensino na RLVT



Fonte: DAPP-ME

e) Peso dos alunos em ensino profissional

Gráfico 6

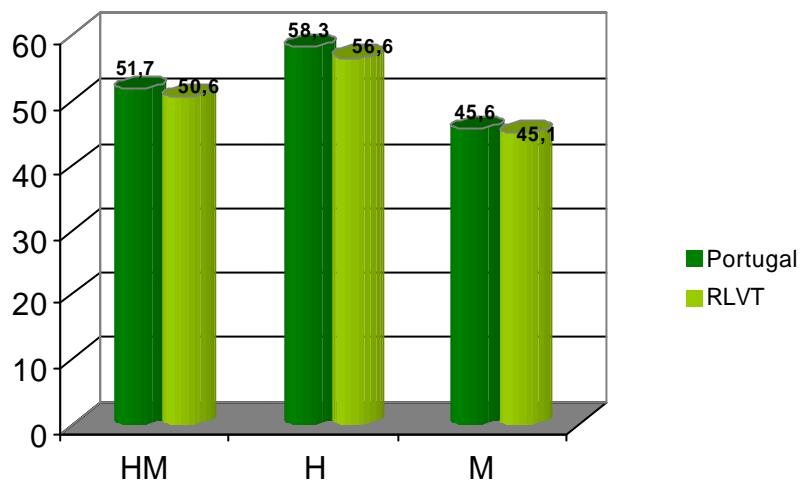


Fonte: DAPP - ME

a) Taxa de actividade média anual

Gráfico 7

Taxa de actividade média anual, por género, 2001 (%)

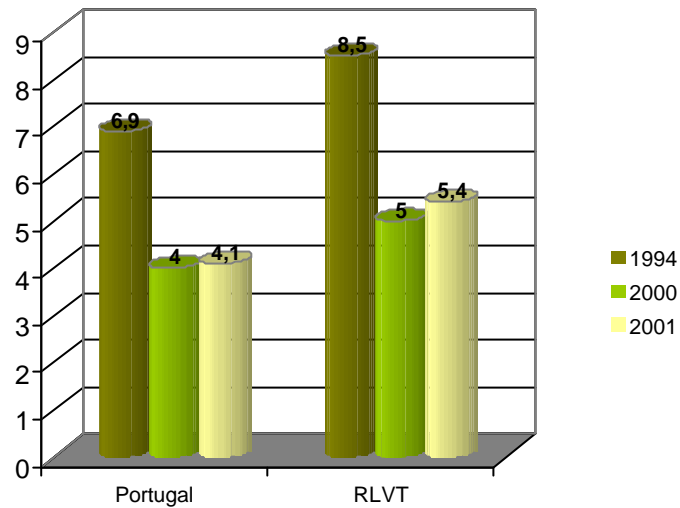


Fonte: INE- Anuário Estatístico- 2001

b) Desemprego

Gráfico 8

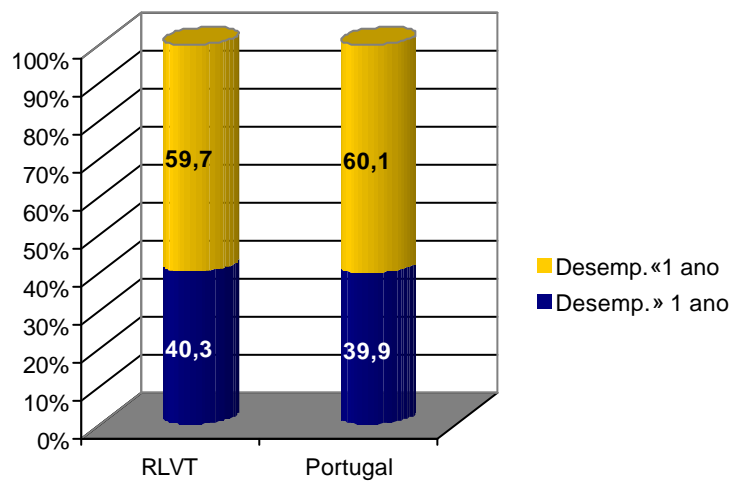
Evolução da Taxa de Desemprego, 1994, 2000 e 2001 (em %)



Fonte: INE - Anuário Estatístico 1994, 2000 e 2001

Gráfico 9

Tempo de Desemprego, 2001 (em %)



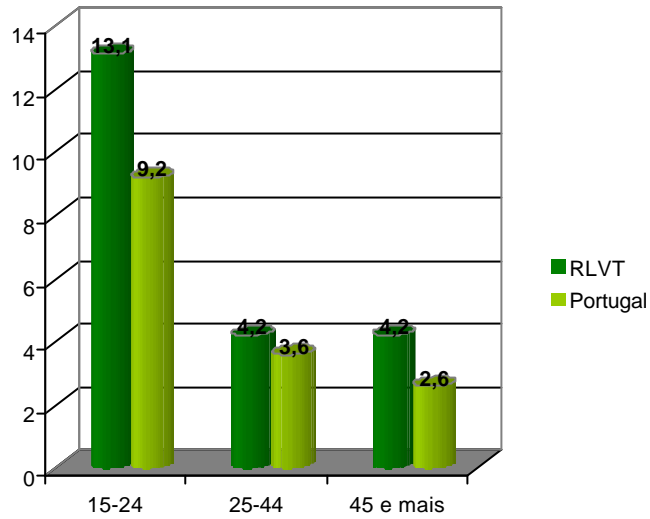
Fonte: INE- Anuário Estatístico 2001

## C.2 – RECURSOS HUMANOS

### C.2.2 – Emprego e Desemprego

Gráfico 10

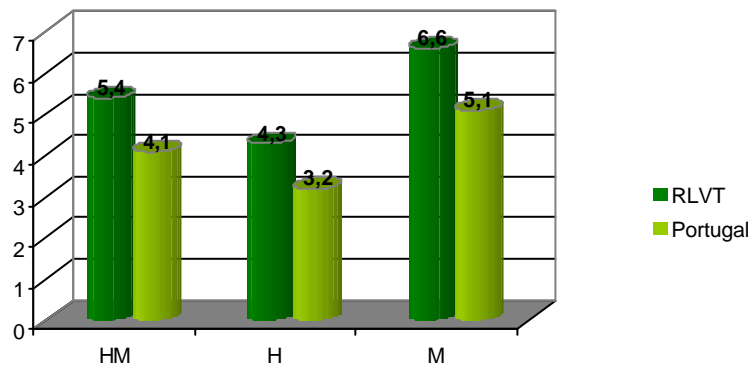
Taxas de desemprego por grupos etários, 2001 (em %)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 2001

Gráfico 11

Taxas de Desemprego por género, 2001 (em %)



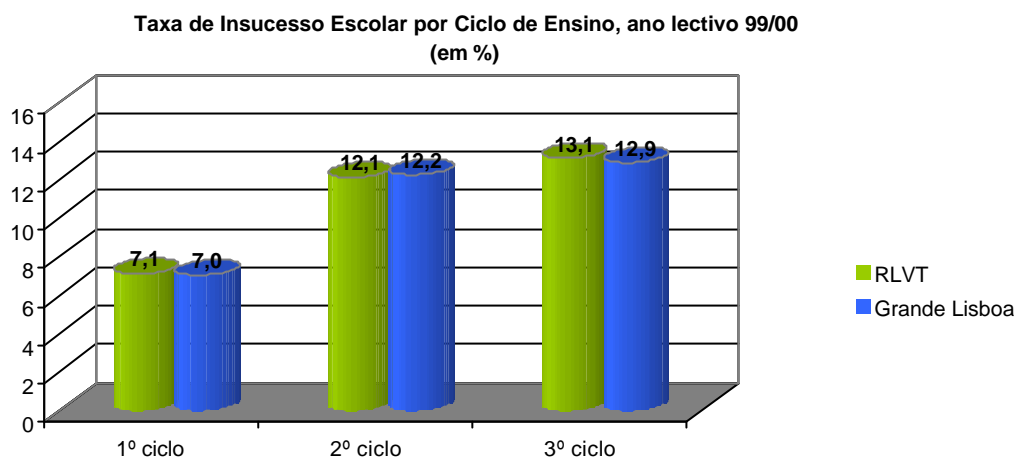
Fonte: INE- Anuário Estatístico 2001



## C.2.3 – Monitorização por Sub-Região Recursos Humanos na Grande Lisboa

### a) Insucesso escolar por ciclos de ensino

Gráfico 12



Fonte: DAPP-ME

A **Grande Lisboa** segue a tendência regional de aumento do insucesso à medida que aumenta o nível de ensino. Nos 1º e 2º ciclos esse indicador é mesmo superior na Grande Lisboa, comparativamente com a média regional, para o ano lectivo de 99/00.

No ensino secundário, o peso dos alunos inscritos, foi inferior à média regional, no ano lectivo de 99/00.

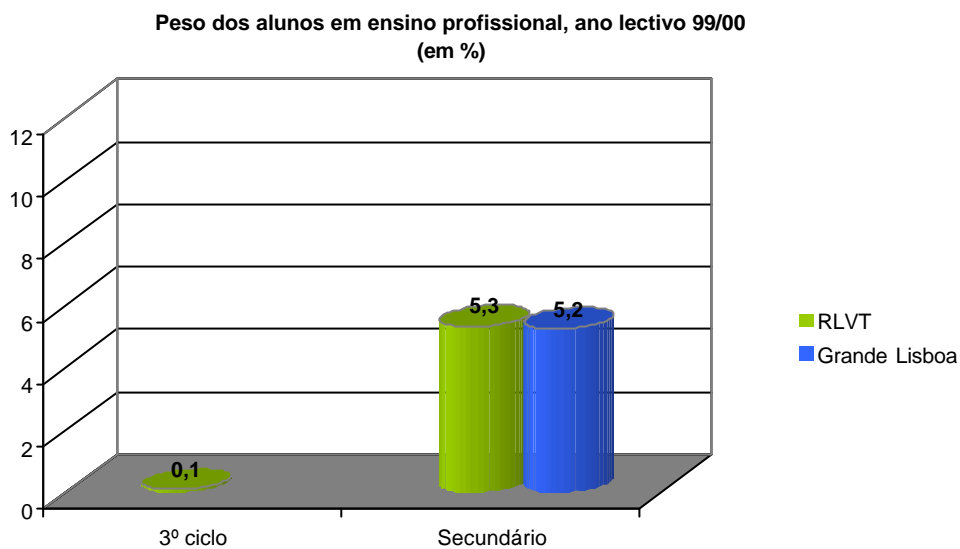
No entanto, como vimos anteriormente é a Grande Lisboa que detém o maior número de estudantes no ensino superior.



### C.2.3 – Monitorização por Sub-Região Recursos Humanos na Grande Lisboa

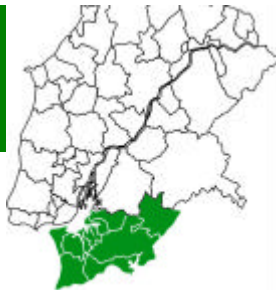
#### b) Peso dos alunos em ensino profissional

Gráfico 13



Fonte: DAPP - ME

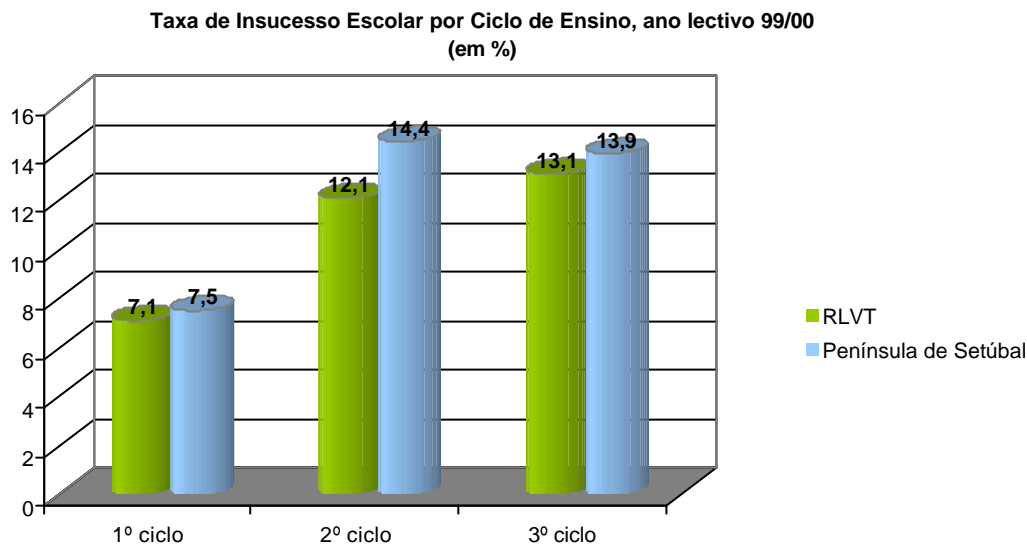
A formação profissional parece apresentar-se mais incipiente na Grande Lisboa por comparação com as restantes sub-regiões. Não possui (pelo menos a crer na informação disponível) alunos inscritos na formação profissional de nível II.



## C.2.3 – Monitorização por Sub-Região Recursos Humanos na Península de Setúbal

### a) Insucesso escolar por ciclos de ensino

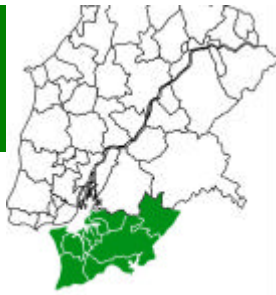
Gráfico 14



Fonte: DAPP-ME

Nas componentes educativa e de formação, a performance da **Península de Setúbal** não é muito favorável. As taxas de insucesso escolar aumentam, em função do ciclo de ensino e a sub-região apresenta mesmo valores de insucesso - em todos os ciclos - superiores às médias nacionais.

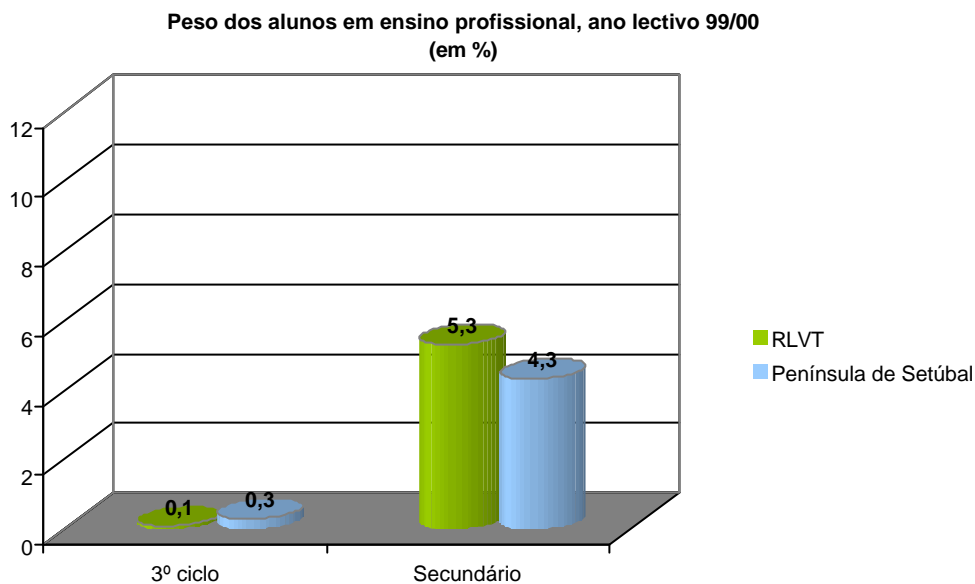
A Península de Setúbal tem apenas 11,3% dos estudantes frequentando o ensino superior enquanto que a média nacional é de 16,9% e a da Grande Lisboa de 27,8%.



### C.2.3 – Monitorização por Sub-Região Recursos Humanos na Península de Setúbal

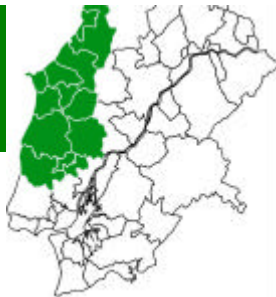
#### b) Peso dos alunos em ensino profissional

Gráfico 15



Fonte: DAPP - ME

Poder-se-ia esperar que numa região de forte actividade industrial os níveis de ensino profissional fossem significativos. Mas, no ensino profissional em contexto escolar, o peso dos alunos no 3º ciclo, é muito reduzido - se bem que ligeiramente superior à média regional - e a percentagem de alunos do ensino secundário inscritos na vertente profissional é ainda mais reduzida do que o valor médio da RLVT.

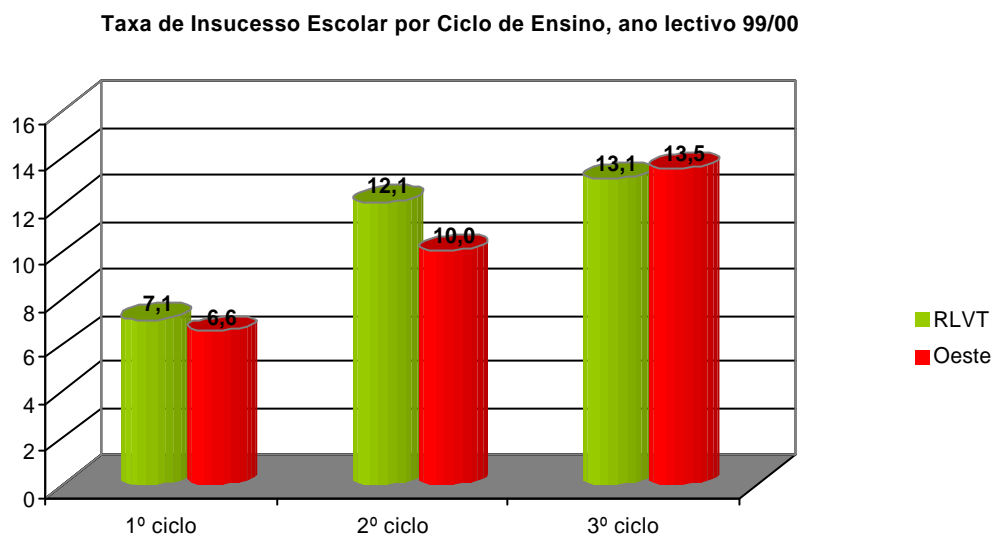


## C.2.3 – Monitorização por Sub-Região

### Recursos Humanos no Oeste

#### a) Insucesso escolar por ciclos de ensino

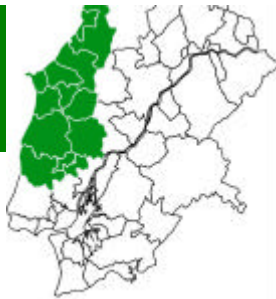
Gráfico 16



Fonte: DAPP-ME

O Oeste, no domínio da educação e formação parece manifestar uma performance média. As taxas de abandono escolar nos 1º e 2º ciclos de ensino manifestaram-se bem inferiores à média regional.

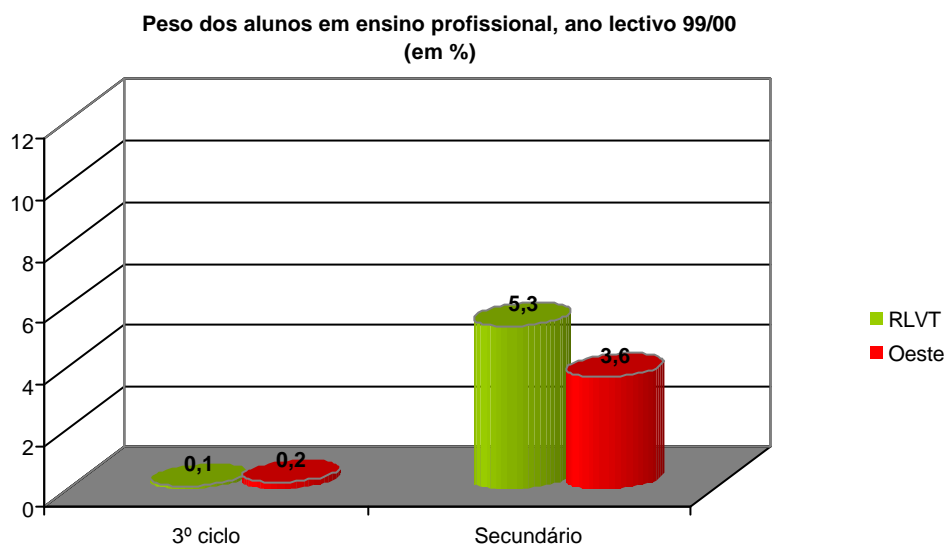
Apenas 3,1% dos estudantes, do Oeste frequentam o ensino superior enquanto que a média da região é de 20,4%.



### C.2.3 – Monitorização por Sub-Região Recursos Humanos no Oeste

#### b) Peso dos alunos em ensino profissional

Gráfico 17



Fonte: DAPP - ME

Na vertente de formação profissional, também detém um peso reduzido de alunos inscritos no 3º ciclo em formação profissional, se bem que com um valor ligeiramente mais devado do que a RLVT (em 99/00). Na componente profissional do ensino secundário o peso dos alunos matriculados manifestou-se relativamente baixo, nesse mesmo ano lectivo.

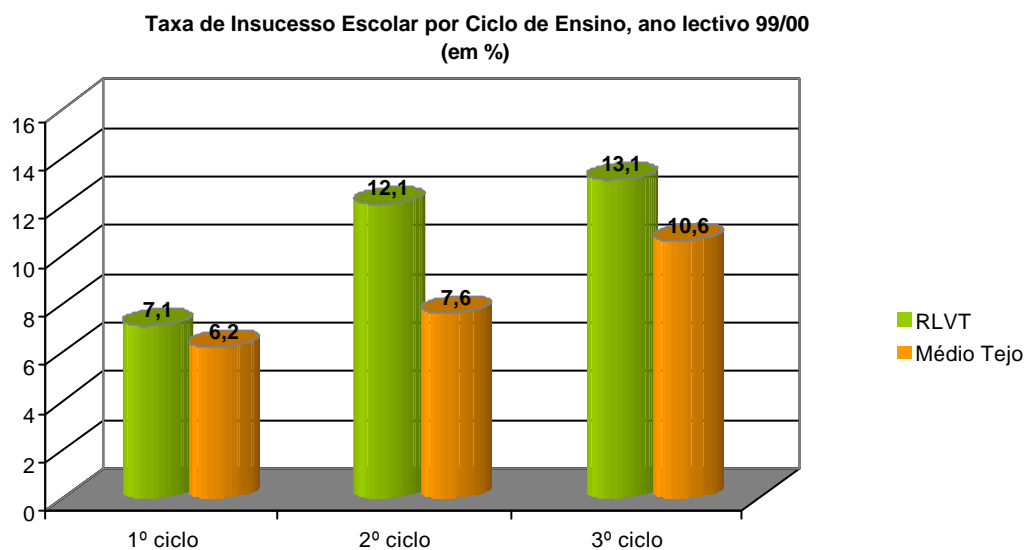


## C.2.3 – Monitorização por Sub-Região

### Recursos Humanos no Médio Tejo

#### c) Insucesso escolar por ciclos de ensino

Gráfico 18

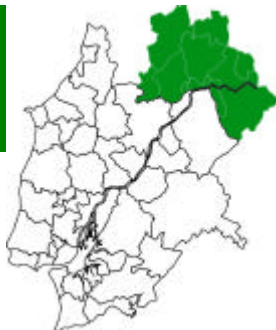


Fonte: DAPP-ME

O **Médio Tejo** apresenta, na componente educativa e formativa, valores evolutivos muito positivos. As taxas de insucesso escolar por ciclo de ensino foram, no ano lectivo de 99/00 bem mais baixas do que a média regional.

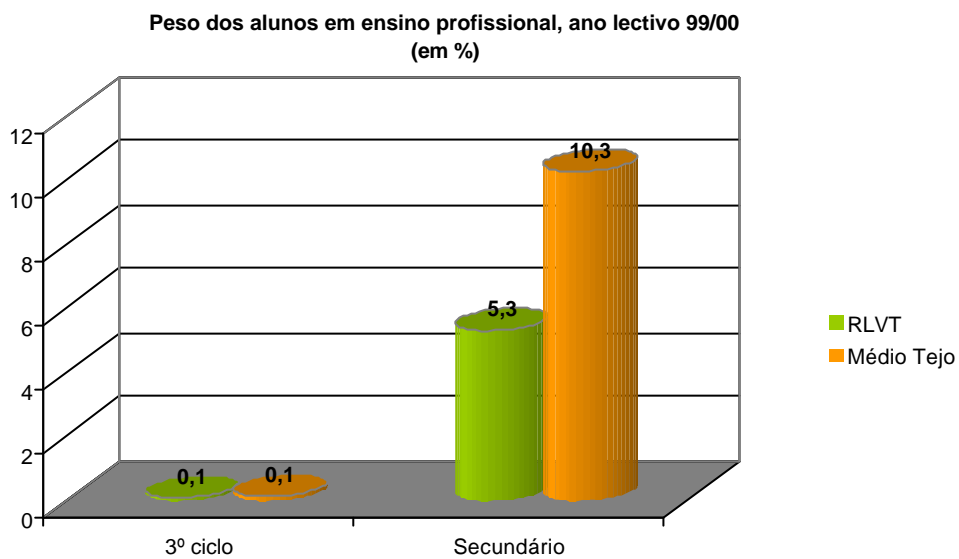
Apenas 6,2% dos estudantes do Médio Tejo, frequentam o ensino superior enquanto que a média da região é de 20,4% mas, apesar de claramente insuficiente, este número é o dobro da percentagem da frequência no Oeste.

## C.2.3 – Monitorização por Sub-Região Recursos Humanos no Médio Tejo



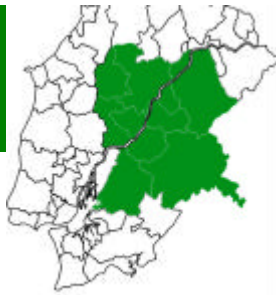
### a) Peso dos alunos em ensino profissional

Gráfico 19



Fonte: DAPP - ME

No domínio da formação profissional, o peso dos alunos inscritos no 3º ciclo e secundário é superior aos valores médios registados para a RLVT.

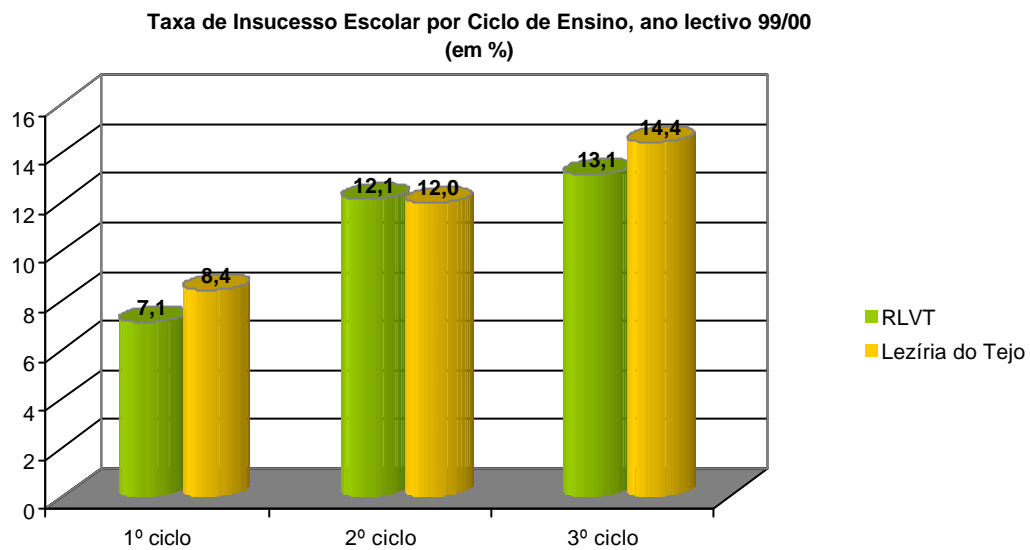


## C.2.3 – Monitorização por Sub-Região

### Recursos Humanos na Lezíria do Tejo

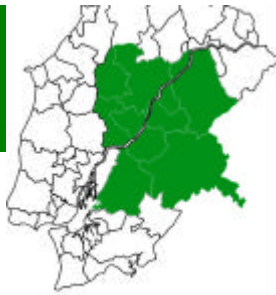
#### a) Insucesso escolar por ciclos de ensino

Gráfico 20



Fonte: DAPP-ME

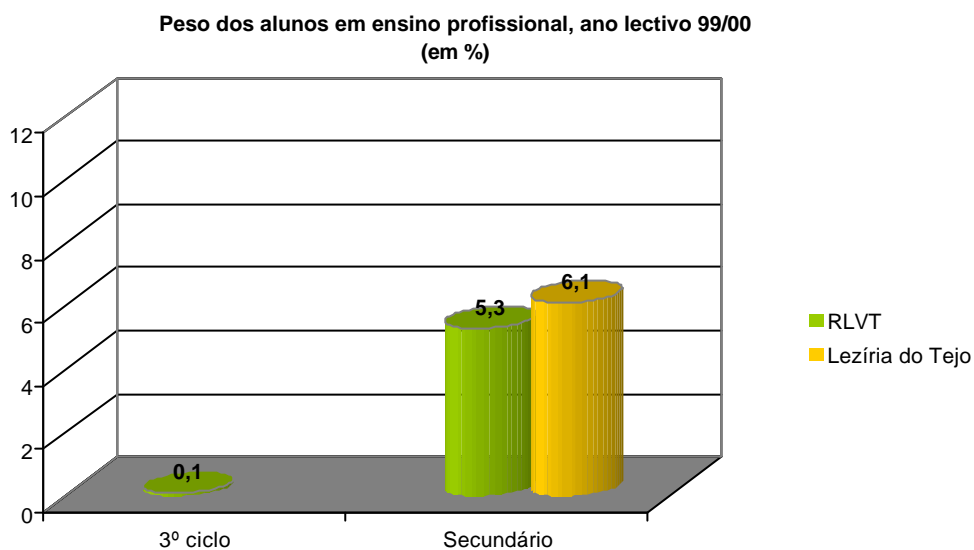
O insucesso escolar na **Lezíria do Tejo** manifesta a posição mais problemática no conjunto da região. No ano lectivo de 99/00, apenas no 2º ciclo, a taxa de insucesso escolar foi ligeiramente mais baixa do que na RLVT, se bem que atingindo os 12%.



### C.2.3 – Monitorização por Sub-Região Recursos Humanos na Lezíria do Tejo

#### b) Peso dos alunos em ensino profissional

Gráfico 21



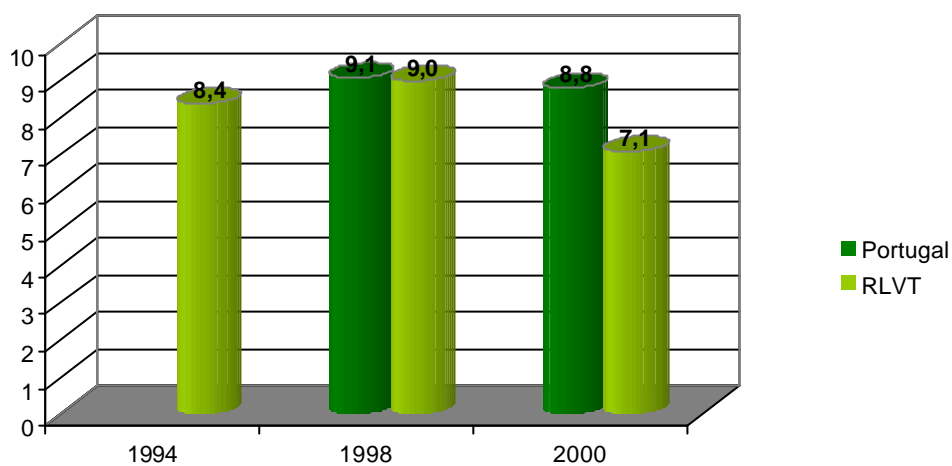
Fonte: DAPP - ME

Relativamente ao peso dos alunos inscritos no ensino profissional, não se registam inscritos no nível II, embora o peso dos alunos do secundário que seguem essa via tenha sido ligeiramente superior no ano lectivo em análise.

a) Despesa autárquica em actividades culturais

Gráfico 22

Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%)



Fonte: INE- Anuário Estatístico 1994, 2000, 2001

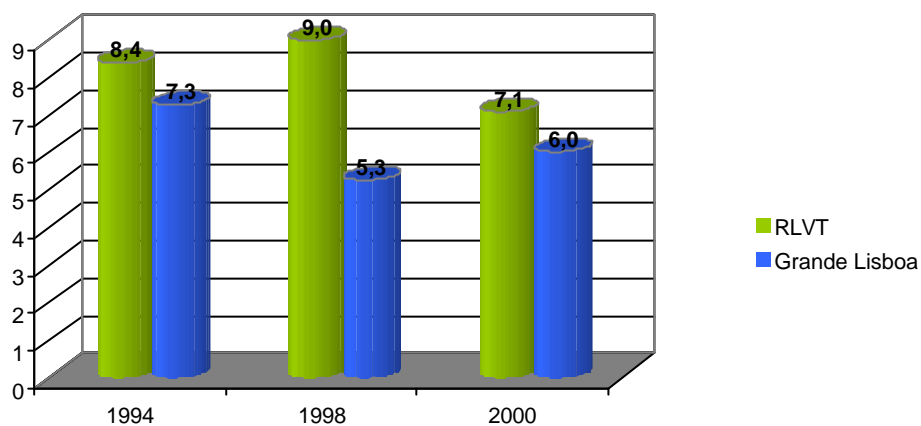


### C.3.2 – Monitorização por Sub-Região Ordenamento do Território na Grande Lisboa

#### a) Despesa autárquica em actividades culturais

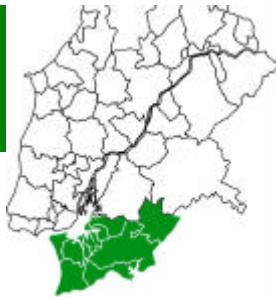
Gráfico 23

Despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico 1994, 1998, 2000

A **Grande Lisboa** acompanha as tendências regionais no declínio do peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas. Note-se que a percentagem da despesa em cultura é sempre inferior na Grande Lisboa, comparativamente com a média regional. Em 2000, o peso desta despesa representava, para a RLVT, 6% do total das despesas das autarquias (contra 7,1% da média regional).

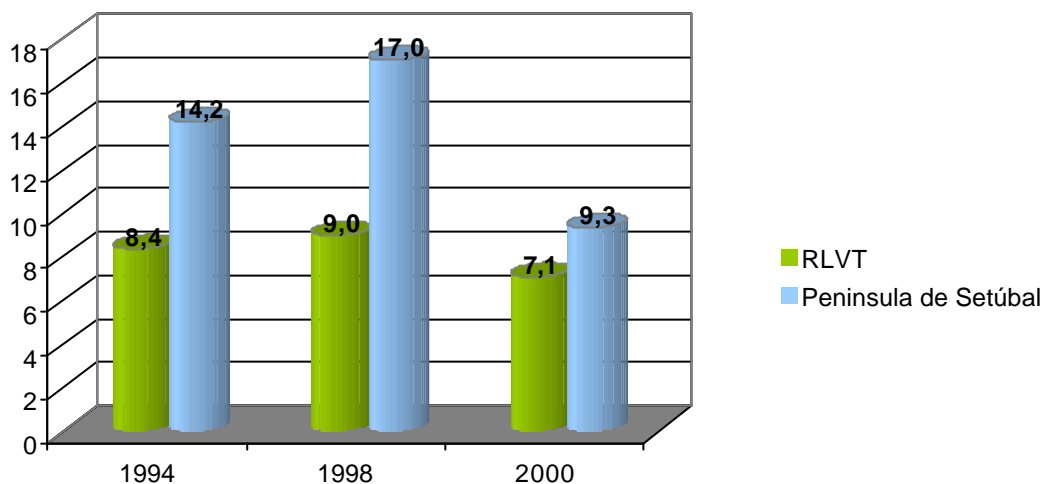


### C.3.2 – Monitorização por Sub-Região Ordenamento do Território na Península de Setúbal

#### a) Despesa autárquica em actividades culturais

Gráfico 24

Despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico 1994, 2000, 2001

Inversamente à Grande Lisboa, a **Península de Setúbal** tem mantido valores superiores à média regional. No entanto, há uma quebra acentuada em 2000, quando esse valor baixa para 9,3% (quando em 1998 representava 17%).

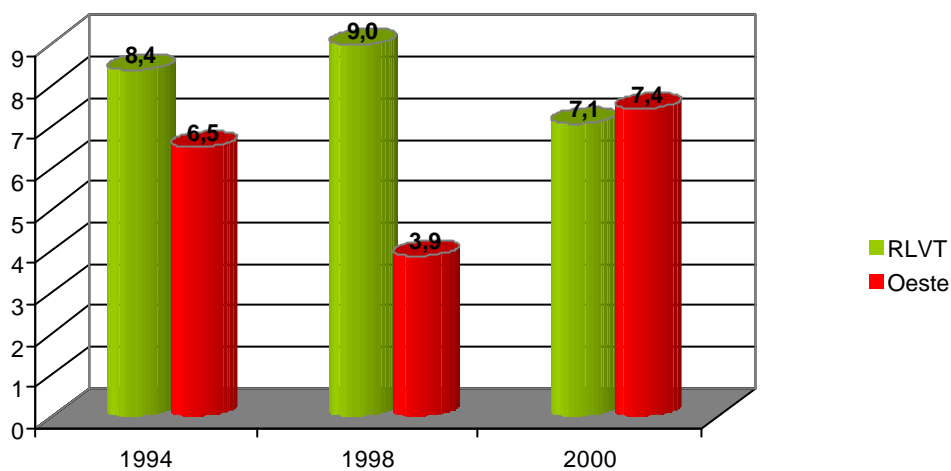


### C.3.2 – Monitorização por Sub-Região Ordenamento do Território no Oeste

#### a) Despesa autárquica em actividades culturais

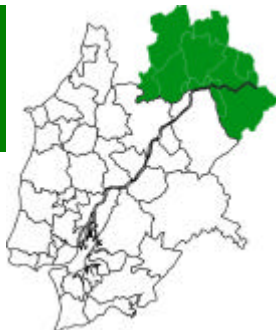
Gráfico 25

Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%)



Fonte: INE - Anuário estatístico 1994, 2000, 2001

O Oeste é a única sub-região que inverte as tendências registadas para a Região e para as restantes sub-regiões em particular ao quase duplicar o investimento autárquico em actividades culturais entre 1998 e 2000: aumenta nesse período de 3,9% para 7,1%.

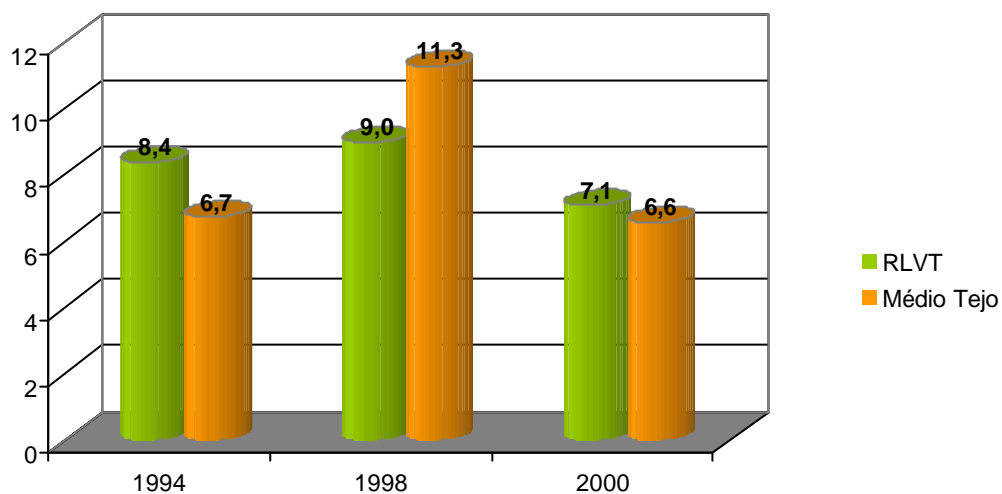


### C.3.2 – Monitorização por Sub-Região Ordenamento do Território no Médio Tejo

#### a) Despesa autárquica em actividades culturais

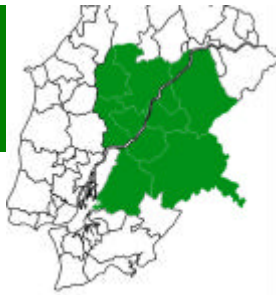
Gráfico 26

Despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico 1994, 2000, 2001

Também o **Médio Tejo** acompanha a tendência regional de diminuição do peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, de 1998 para 2000, quando no período anterior em análise (de 1994 para 1998) havia sofrido um aumento, ultrapassando mesmo as médias regionais. Em 2000, o valor neste indicador volta a ser mais baixo na sub-região comparativamente com os valores registados para a média regional.

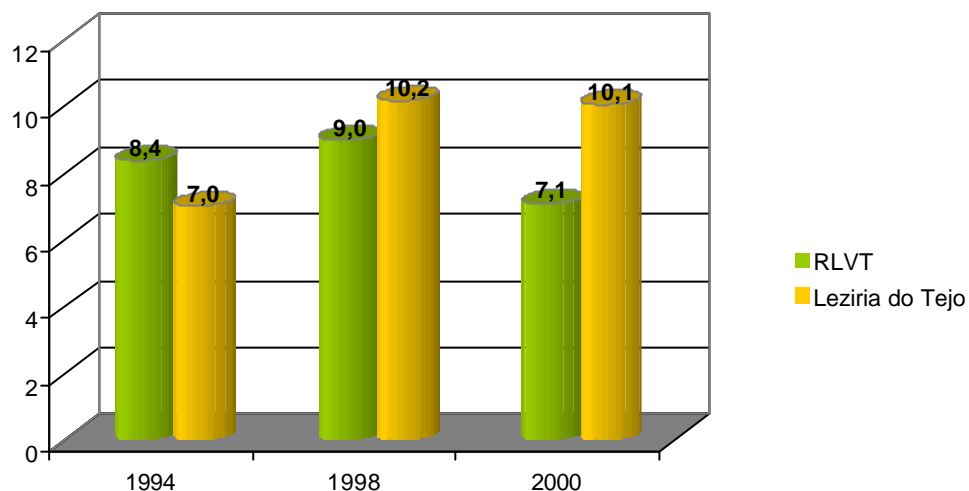


### C.3.2 – Monitorização por Sub-Região Ordenamento do Território na Lezíria do Tejo

#### a) Despesa autárquica em actividades culturais

Gráfico 27

Despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico 1994, 2000, 2001

Apesar da **Lezíria do Tejo** ter diminuído ligeiramente o peso das despesas em actividades culturais no conjunto das despesas autárquicas, de 1998 para 2000 (de 10,2% para 10,1%), tal não parece significativo se comparado com as tendências de algumas das outras sub-regiões. Desde 1998, que o peso dessas despesas ultrapassa a média regional o que parece ser um indicador de um investimento específico neste domínio por parte das autarquias da sub-região.

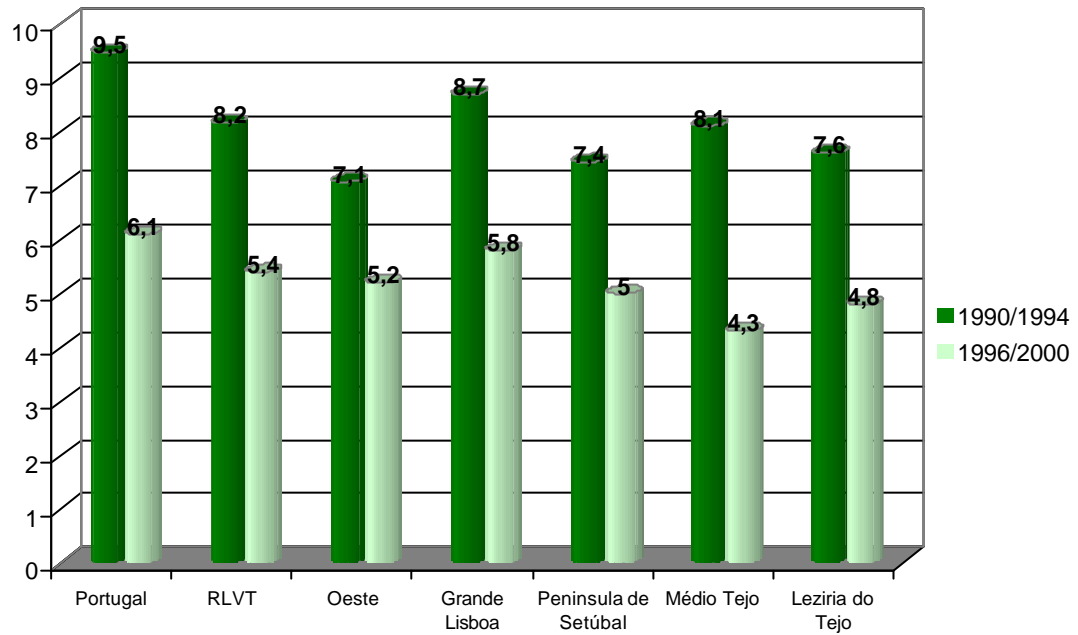
## C.4 – QUALIDADE DE VIDA

### C.4.1 – Bem-estar Físico

#### a) Taxa média de mortalidade infantil

Gráfico 28

Evolução média de taxa de mortalidade infantil (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico 1995, 2001

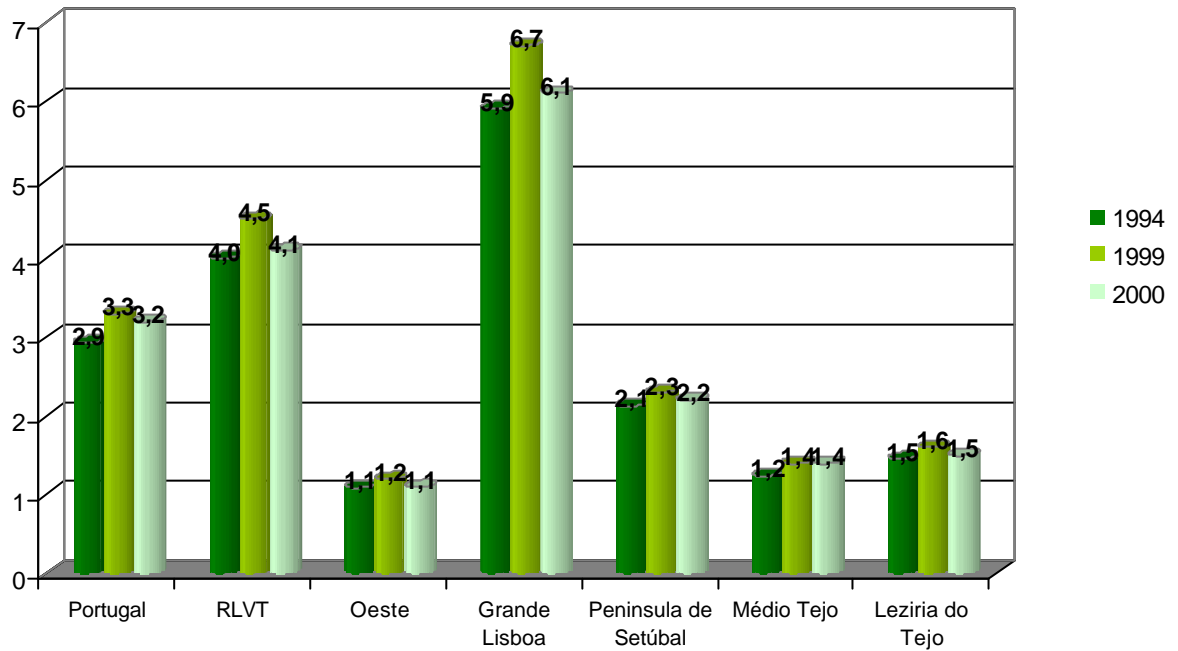
## C.4 – QUALIDADE DE VIDA

### C.4.1 – Bem-estar Físico

#### b) Médicos por 1000 habitantes

Gráfico 29

Número de médicos por 1000 habitantes, 1994, 1998 e 2000



Fonte: INE - Anuário Estatístico 1995, 2000, 2001

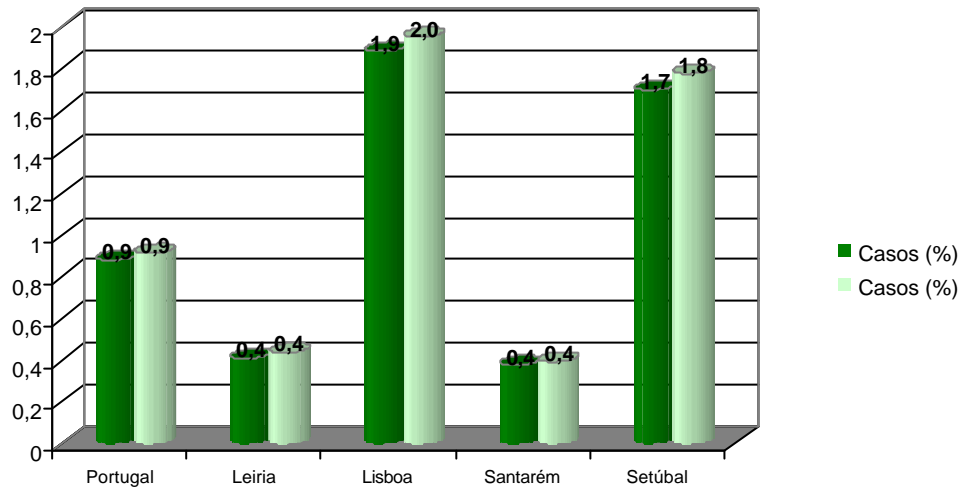
## C.4 – QUALIDADE DE VIDA

### C.4.1 – Bem-estar Físico

#### c) Peso dos casos e mortes por HIV (SIDA)

Gráfico 30

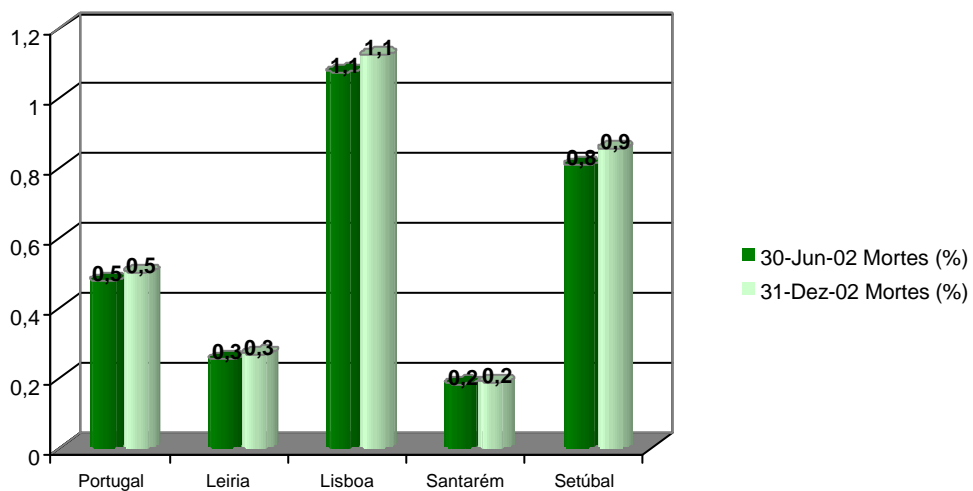
Peso dos Casos de SIDA por 1000 habitantes, segundo a residência (distrito)



Fonte: Comissão Nacional de Luta Contra a Sida- INS

Gráfico 31

Peso das Mortes por SIDA por 1000 habitantes, segundo a residência (distrito)



Fonte: Comissão Nacional de Luta Contra a Sida- INS

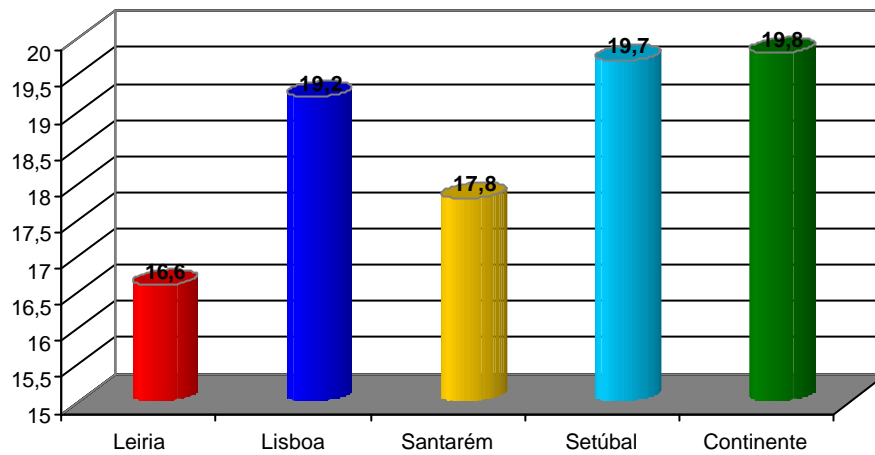
## C.4 – QUALIDADE DE VIDA

### C.4.2 – Acesso a Equipamentos Básicos

#### a) Cobertura de creches e amas

Gráfico 32

Cobertura à 1ª infância (creches e amas), 2000 (em % da população abrangida)

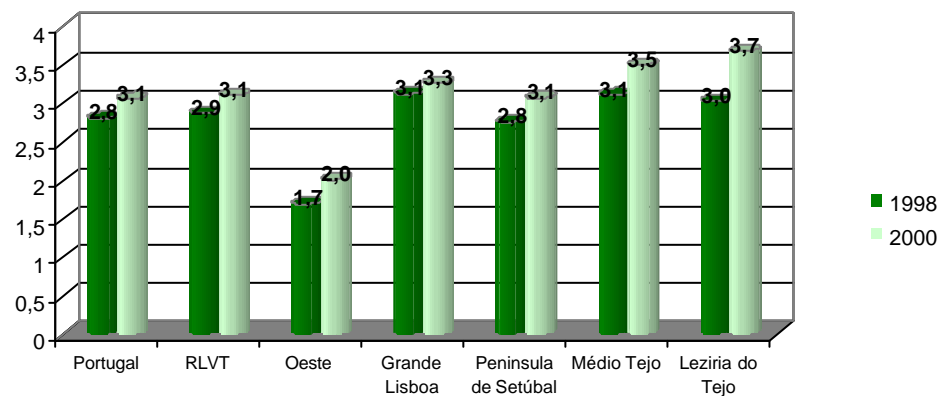


Fonte: Carta Social 2000 - MSST

#### b) Cobertura em centros de dia

Gráfico 33

Grau de cobertura da população com mais de 65 anos em lugares de Centros de Dia, 1998 e 2000 (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico 2000, 2001

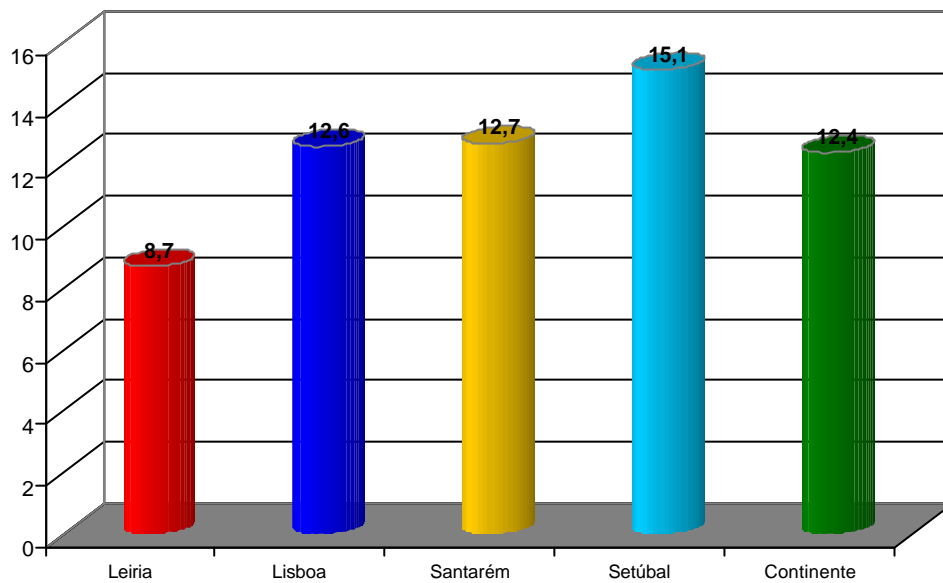
## C.4 – QUALIDADE DE VIDA

### C.4.2 – Acesso a Equipamentos Básicos

#### c) Cobertura de equipamentos de apoio à população idosa

Gráfico 34

Cobertura de equipamentos à população idosa, 2000 (em % da população abrangida)



Fonte: Carta Social 2000 - MSST

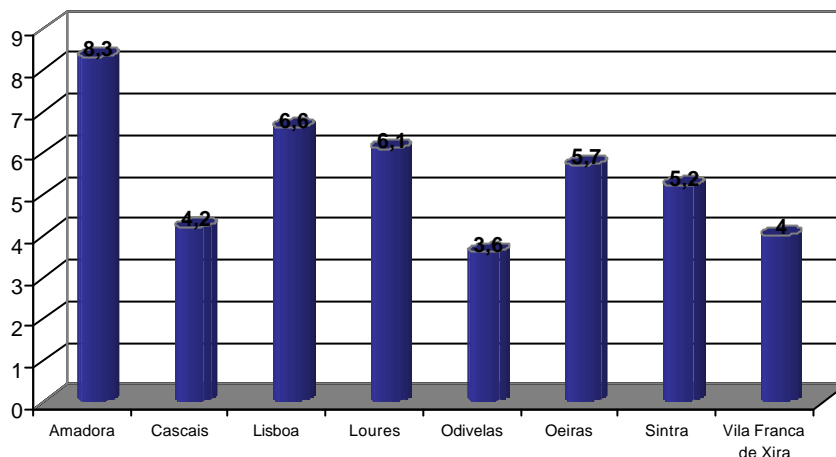


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida na Grande Lisboa

#### a) Taxa média de mortalidade Infantil

Gráfico 35

Taxa média de mortalidade infantil, 1996/2000 (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

A **Grande Lisboa** continua a manter um quadro favorável nos indicadores de qualidade de vida analisados. De uma maneira geral, os concelhos da sub-região registam uma diminuição da taxa média de mortalidade infantil. No entanto, no que se refere ao número de médicos por 1000 habitantes, a tendência parece ser de ligeira diminuição, quando comparados os valores neste indicador em 1998 com os de 2000.

Apenas Loures se destaca com tendências inversas: aumento da taxa de mortalidade infantil (no período de 1995/1999 apresentava um valor de 6,1% e no período de 1996/2000 aumenta para 6,4%); aumento do número de médicos por 1000 habitantes (em 1998 apresentava um valor de 2,8 médicos por 1000 habitantes e em 2000 o mesmo indicador cifra-se em 4,7).

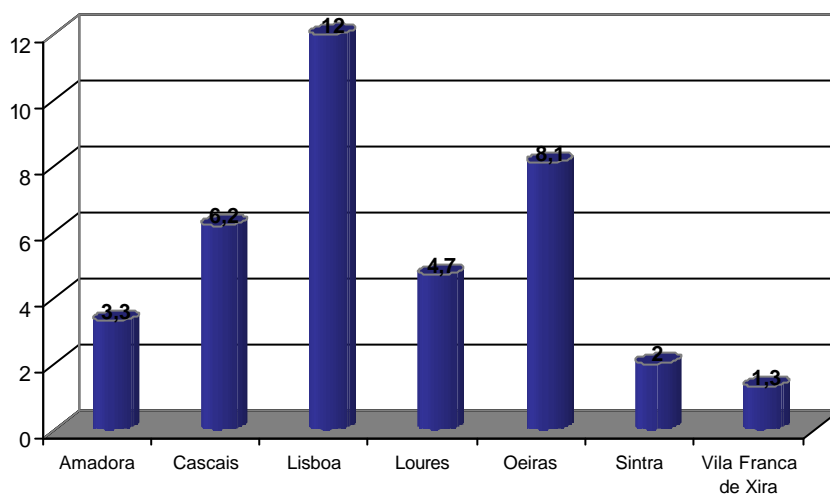


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida na Grande Lisboa

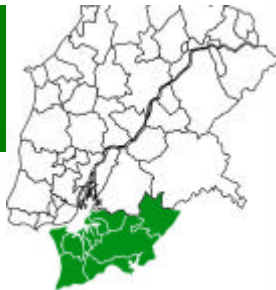
#### b) Médicos por 1000 Habitantes

Gráfico 36

Número de Médicos por 1000 habitantes, 2000



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

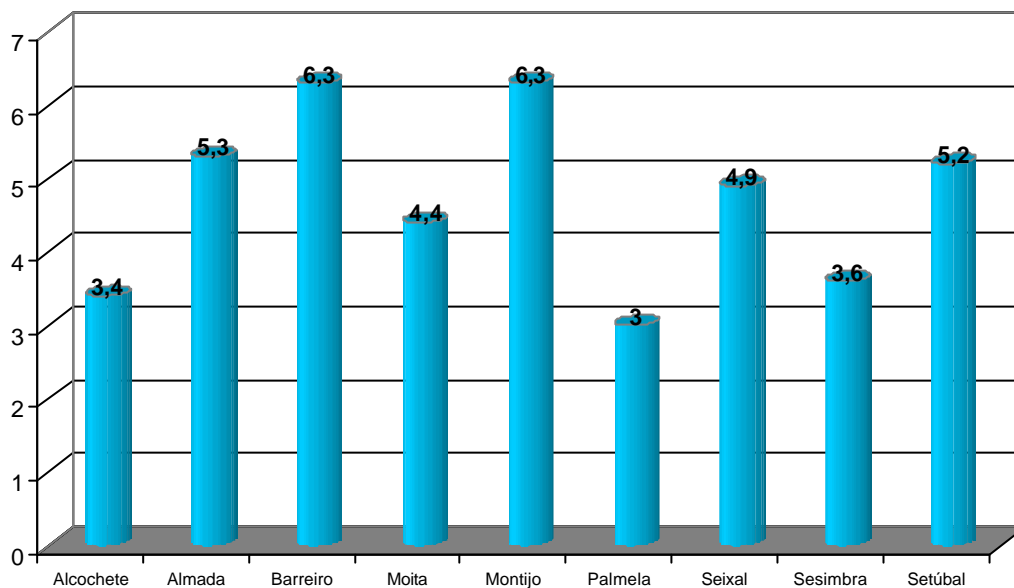


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida na Península de Setúbal

#### a) Taxa média de mortalidade infantil

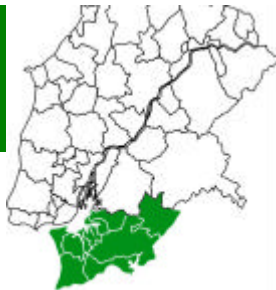
Gráfico 37

Taxa média de mortalidade infantil, 1996/2000 (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

As tendências registadas para a **Península de Setúbal** nesta dimensão são consonantes com as conclusões retiradas para as restantes sub-regiões. A taxa média de mortalidade infantil tende a diminuir para todos os concelhos. Destaca-se o concelho de Palmela com uma diminuição muito significativa neste indicador, tornando-se o concelho com o valor mais baixo de taxa média de mortalidade infantil na Península de Setúbal (no período de 1995/1999. Palmela registava um valor de 6,5% neste indicador, baixando para 3% no período de 1996/2000).

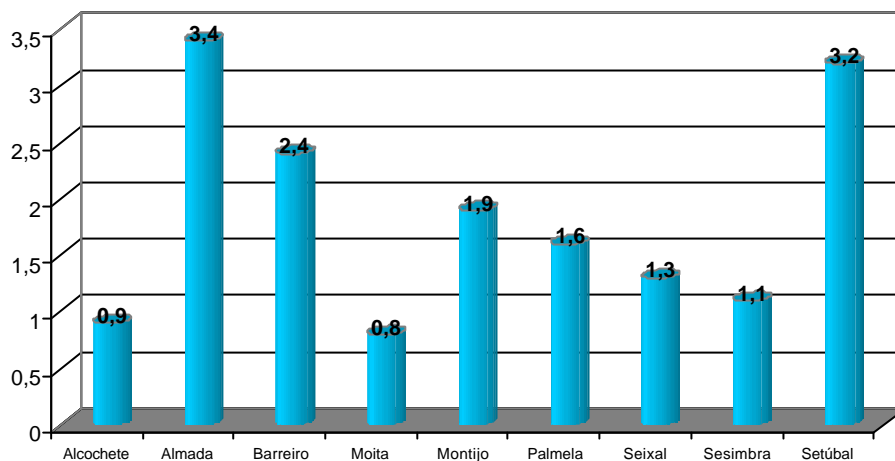


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida na Península de Setúbal

#### b) Médicos por 1000 habitantes

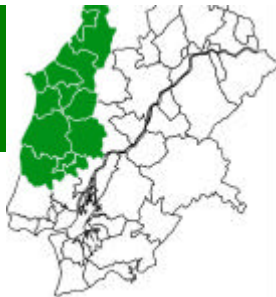
Gráfico 38

Número de Médicos por 1000 habitantes, 2000



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

A tendência de estabilização ou mesmo diminuição do número de médicos por 1000 habitantes, assinalada para as outras sub-regiões, também se confirma para a sub-região em análise, pelo menos comparando os dados de 1998 com os de 2000.

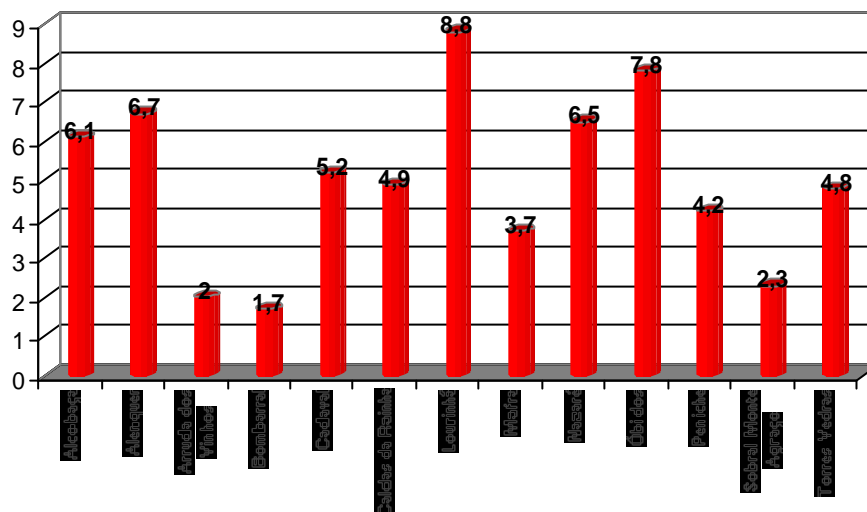


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida no Oeste

#### a) Taxa média de mortalidade infantil

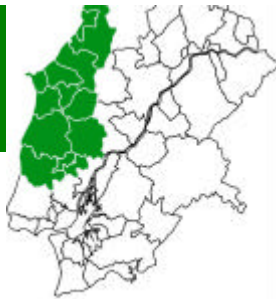
Gráfico 39

Taxa média de mortalidade infantil, 1996/2000 (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

No conjunto dos dois indicadores incluídos nesta dimensão, o **Oeste** parece manter as tendências apresentadas no Relatório 0. A Lourinhã continua a destacar-se por manter os valores mais elevados na taxa média de mortalidade infantil que aumenta mesmo ligeiramente face ao período anterior em análise: 1995/1999 apresentava valores de 8,4% e no período de 1996/2000 registou um valor médio de 8,8% . Também Cadaval, Óbidos, Nazaré e Torres Vedras, registam um aumento ligeiro no valor neste indicador. Bombarral aumenta o valor da taxa média de mortalidade infantil, se bem que se mantenha com o valor neste indicador mais baixo de todas os concelhos da sub-região. Por seu lado, com uma diminuição importante e mantendo-se com valores baixos neste indicador destacam-se os concelhos de Arruda dos Vinhos, Caldas da Rainha, Mafra e Sobral de Monte Agraço.

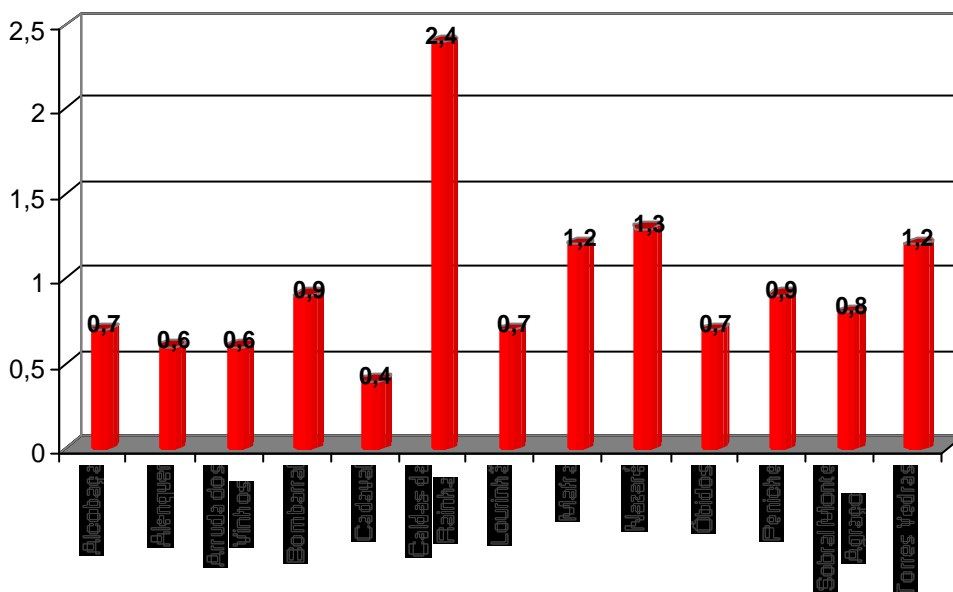


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida no Oeste

#### b) Médicos por 1000 habitantes

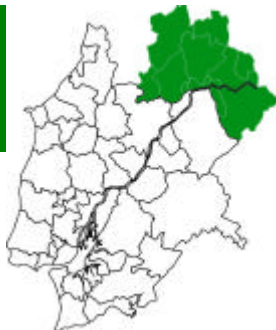
Gráfico 40

Número de Médicos por 1000 Habitantes, 2000



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

No que se refere ao número de médicos por 1000 habitantes mantém-se o mesmo quadro que em 1998, com Caldas da Rainha a revelar um valor mais elevado neste indicador pela presença do Hospital Regional. Destaque-se, no entanto, que para todos os concelhos houve uma diminuição do número de médicos por 1000 habitantes em 2000, comparativamente com o outro período analisado.

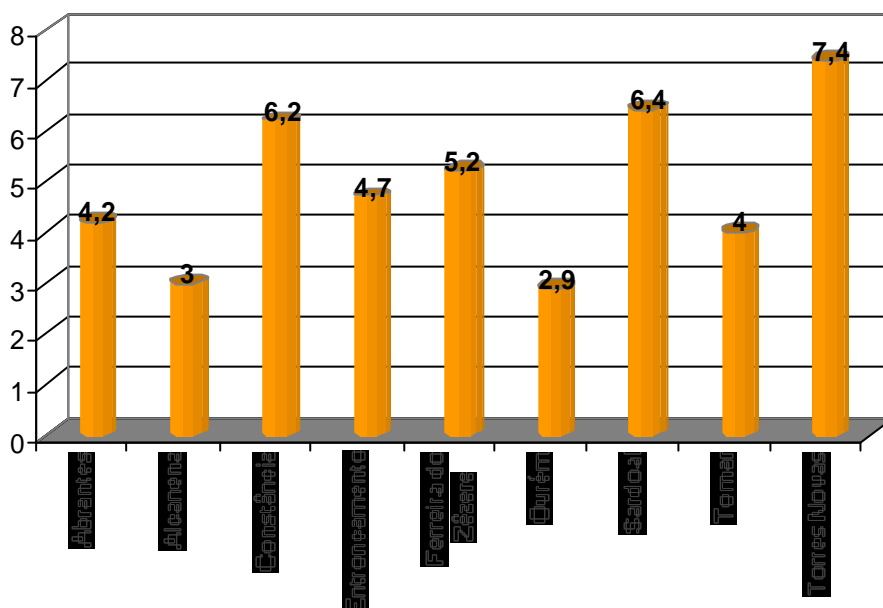


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida no Médio Tejo

#### a) Taxa média de mortalidade infantil

Gráfico 41

Taxa média de mortalidade infantil, 1996/2000 (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

O **Médio Tejo** revela uma grande diferenciação regional face aos indicadores da “qualidade de vida”.

Face à taxa média de mortalidade infantil para o período de 1996/2000, os concelhos de Abrantes, Constância e Tomar registaram uma diminuição no indicador. Ressalta o concelho de Ourém com uma diminuição mais significativa (no período de 1995/1999 registava um valor neste indicador de 6,2%, passando para o valor mais baixo no conjunto dos concelhos da sub-região, de 2,9%). Por seu lado, com um aumento importante neste indicador, sobressaem os concelhos de Sardoal e Torres Novas.

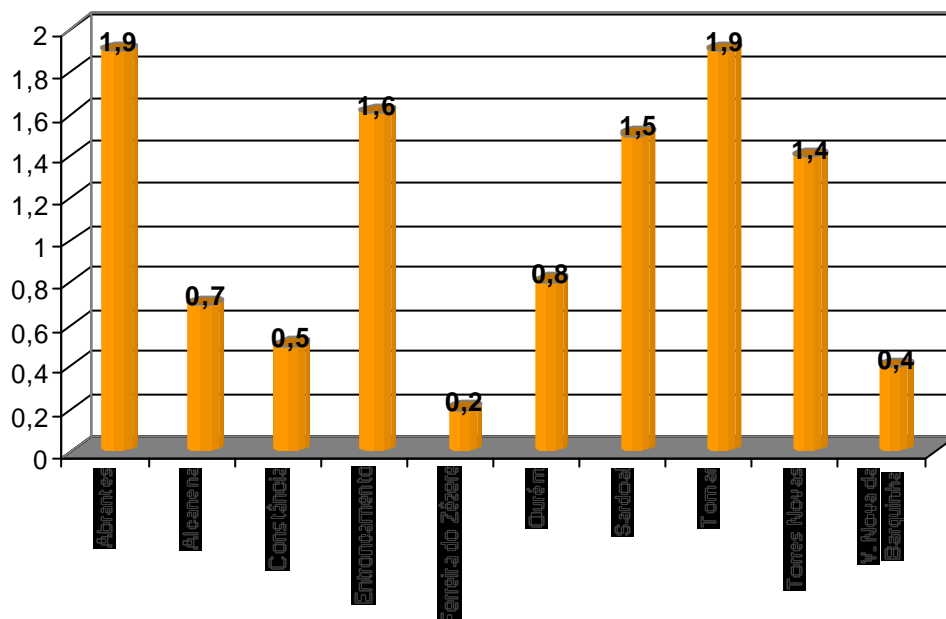


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida no Médio Tejo

#### b) Médicos por 1000 habitantes

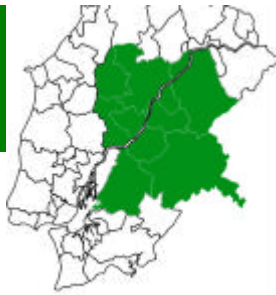
Gráfico 42

Número de Médicos por 1000 habitantes, 2000



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

Considerando ao número de médicos por 1000 habitantes a tendência é inversa às anteriores sub-regiões analisadas. De 1998 para 2000, o valor neste indicador parece estabilizar, tendo mesmo aumentado para os concelhos de Alcanena, Constância e Sardoal.

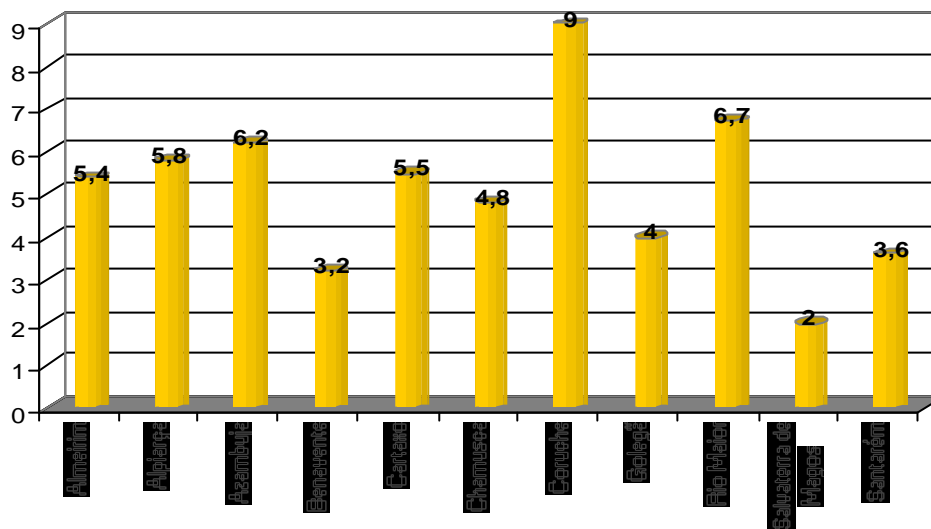


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida na Lezíria do Tejo

#### a) Taxa média de mortalidade infantil

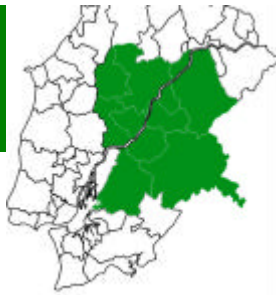
Gráfico 43

Taxa média de mortalidade infantil, 1996/2000 (%)



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

Também na **Lezíria do Tejo** se registam diferenças por concelhos na análise dos indicadores desta dimensão. No indicador, taxa média de mortalidade infantil há concelhos em que o aumento foi significativo, como Almeirim, Alpiarça e Coruche. Nos outros concelhos a tendência de evolução neste indicador parece ser a de diminuição tímida.

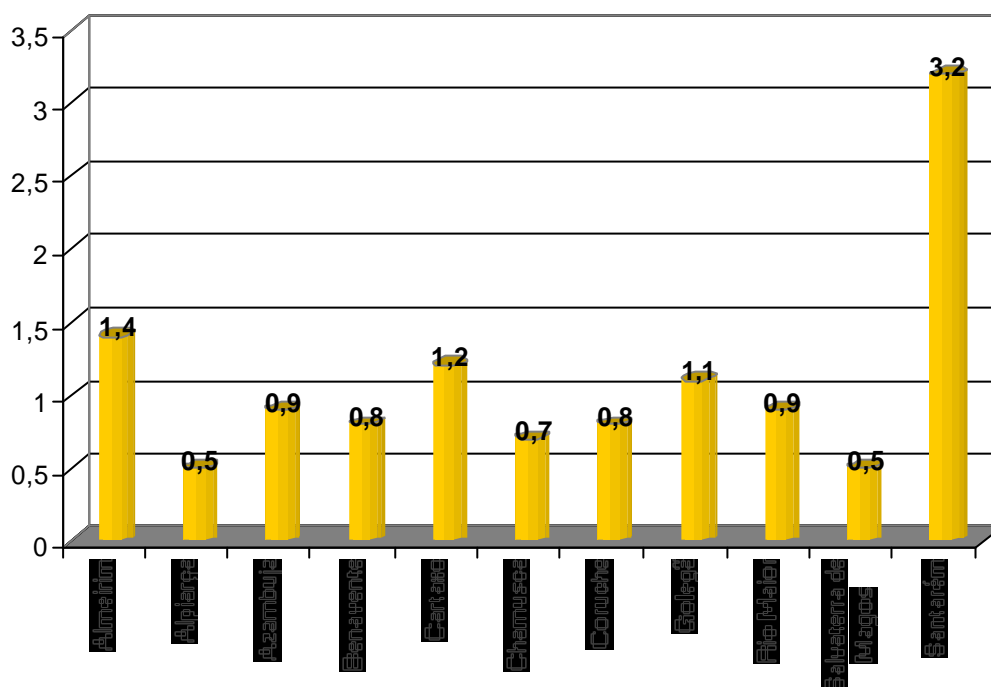


### C.4.3 – Monitorização por Sub-Região Qualidade de Vida na Lezíria do Tejo

#### b) Médicos por 1000 habitantes

Gráfico 44

Número de Médicos por 1000 habitantes, 2000



Fonte: INE - Anuário Estatístico, 2001

Por seu lado, também em consonância com a Região, o Médio Tejo, manifesta tendências diferenciadas no número de médicos por 1000 habitantes. Nalguns casos, houve uma ligeira diminuição no indicador de 1998 para 2000, nomeadamente nos concelhos de Alpiarça, Benavente, Cartaxo e Santarém. Nos outros concelhos regista-se um aumento muito pouco significativo.

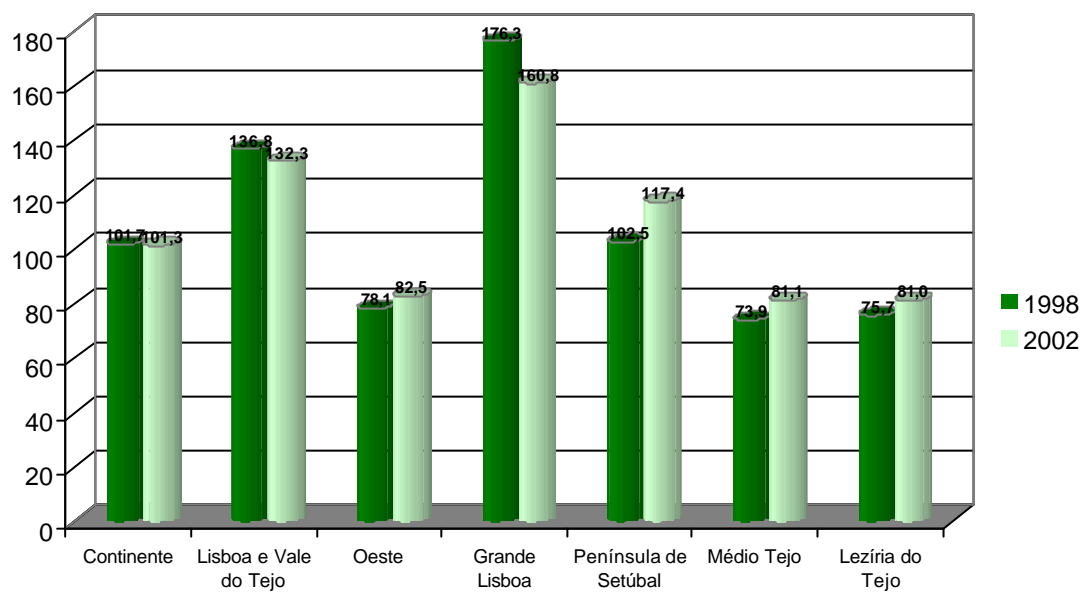
## C.5 – COESÃO SOCIAL

### C.5.1 – Polarização dos Rendimentos

#### a) Poder de compra

Gráfico 45

Poder de Compra per capita, 1998 e 2002  
(em %)



Fonte: INE- O Poder de Compra Concelhio 2000 e 2002

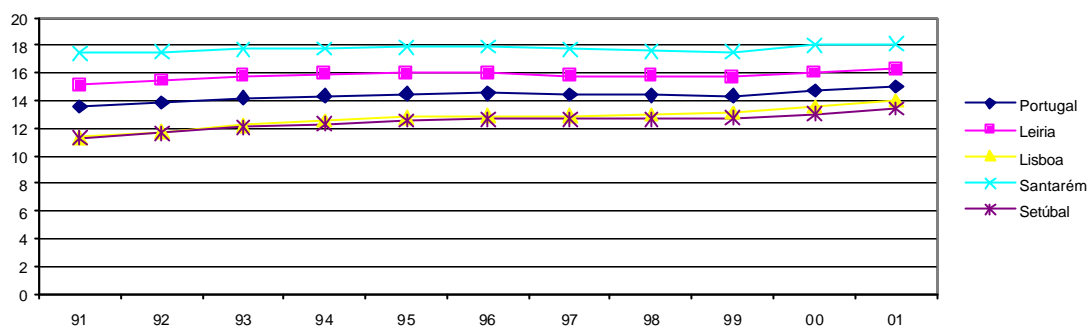
## C.5 – COESÃO SOCIAL

### C.5.2 – Pobreza

#### a) Pensionistas

Gráfico 46

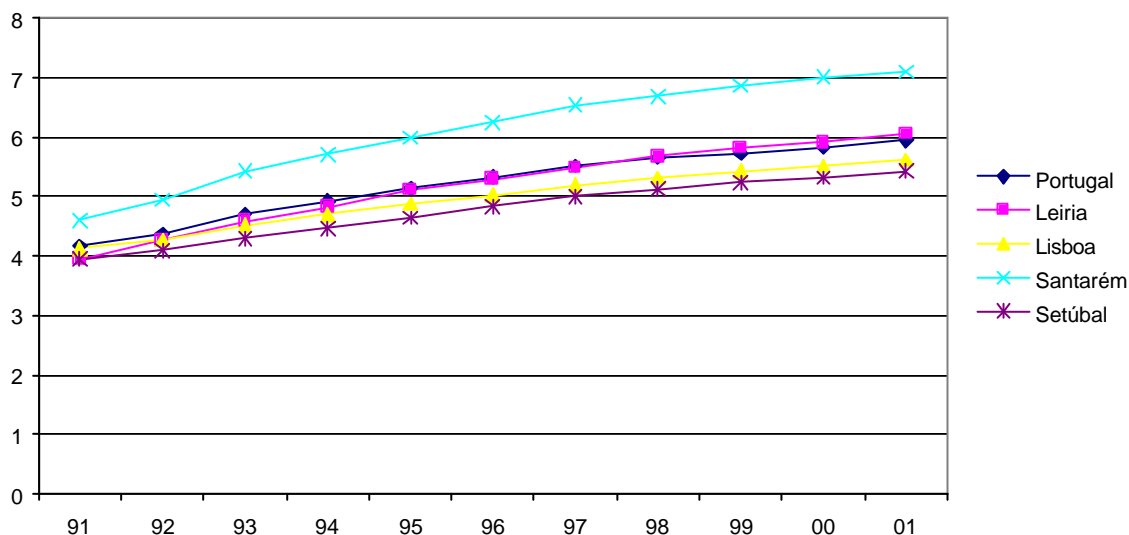
**Peso dos pensionistas por velhice face à população residente, por distritos, 1991-2001**



Fonte: ISSS-MTS (dados população INE- Censos e Estimativas da População)

Gráfico 47

**Peso dos pensionistas de sobrevivência face à população residente, por distritos, 1991-2001 (%)**



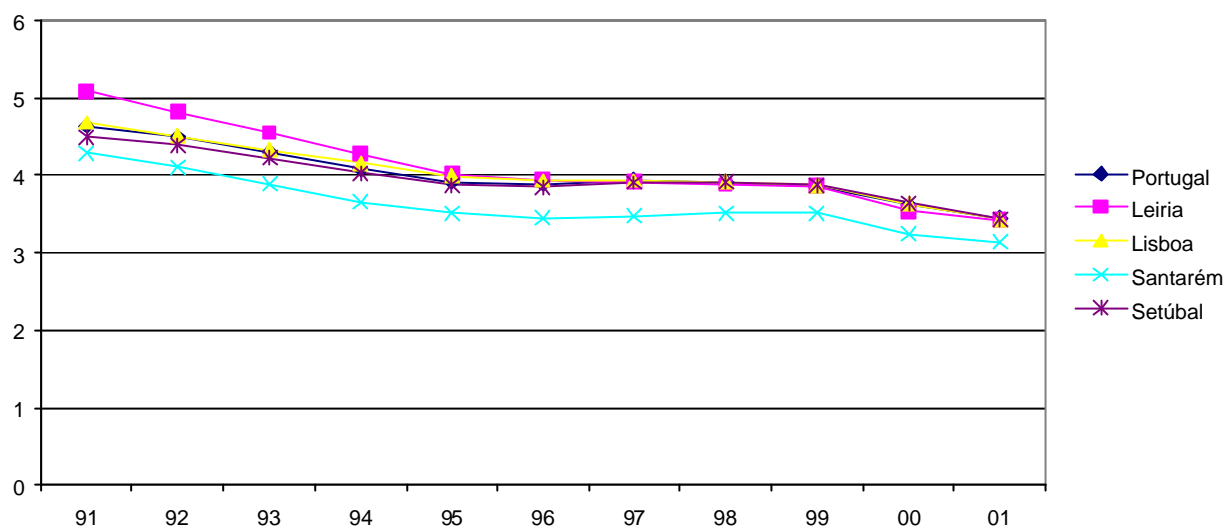
Fonte: ISSS-MTS (dados população INE- Censos e Estimativas da População)

## C.5 – COESÃO SOCIAL

### C.5.2 – Pobreza

Gráfico 48

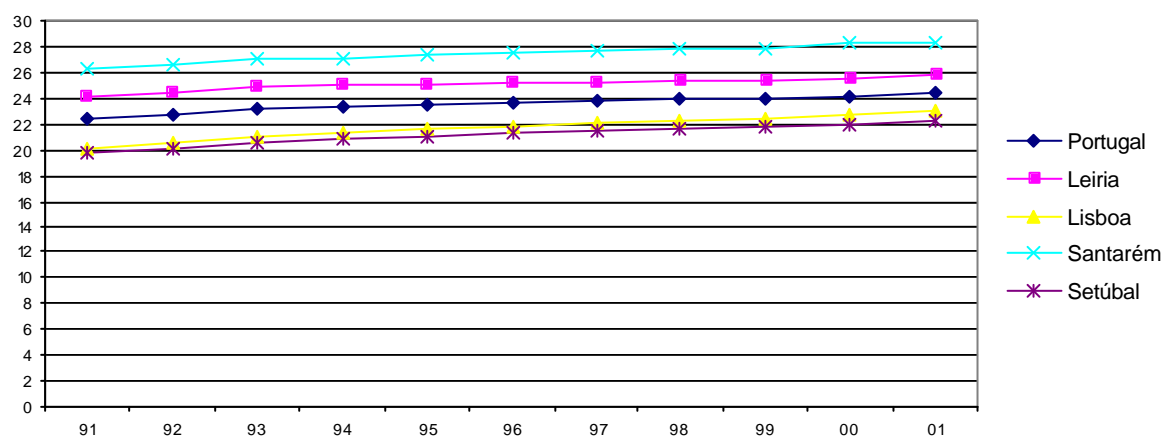
Peso dos pensionistas por invalidez face à população residente, por distritos, 1991-2001 (%)



Fonte: ISSS-MTS (dados população INE- Censos e Estimativas da População)

Gráfico 49

Peso dos pensionistas face à população residente, por distritos, 1991-2001 (%)



Fonte: ISSS-MTS (dados da população INE Censos e Estimativas da População)

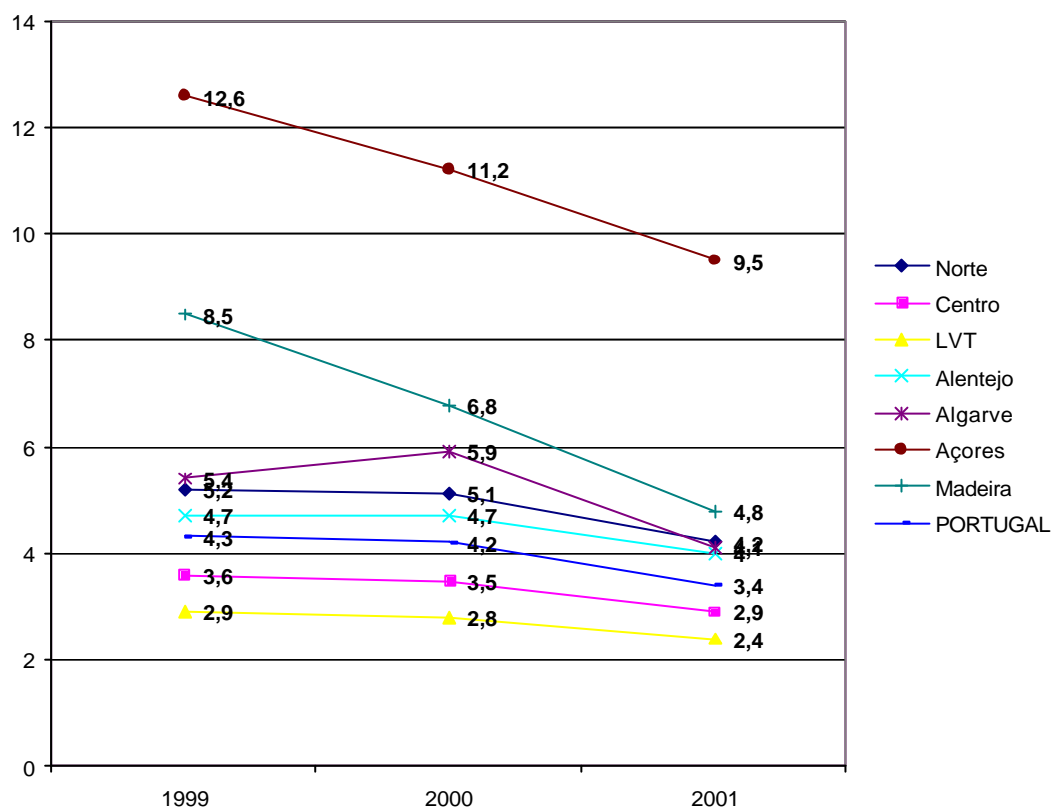
## C.5 - COESÃO SOCIAL

### C.5.2 - Pobreza

#### b) Beneficiários do RMG

Gráfico 50

Beneficiários do RMG face à população total, 1999-2001 (%)



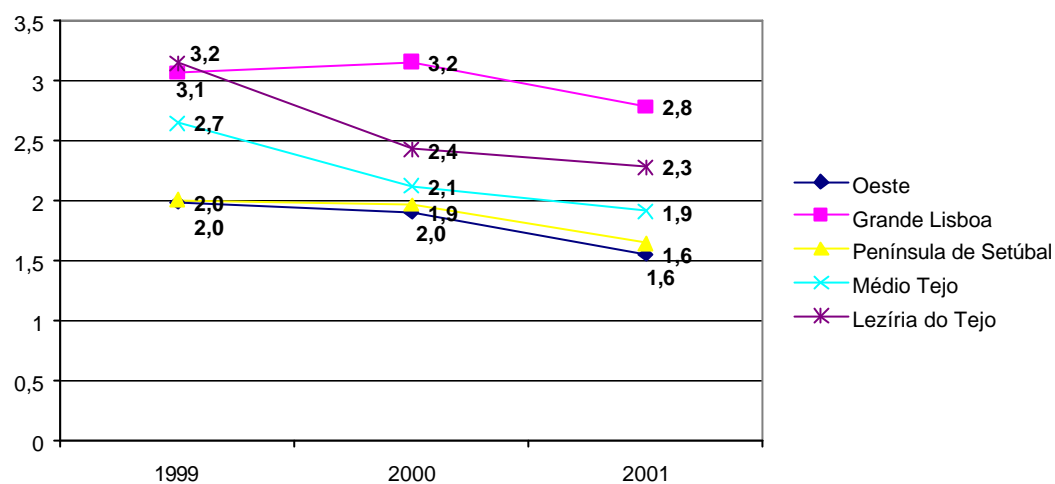
Fonte: IDS-MTS

## C.5 – COESÃO SOCIAL

### C.5.2 – Pobreza

Gráfico 51

Beneficiários face à população total, por sub-região, 1999-2001 (%)



Fonte: IDS-MTS (Nota: Dados calculados com base na população total 2001-  
Resultados Preliminares Censos 2001 INE)

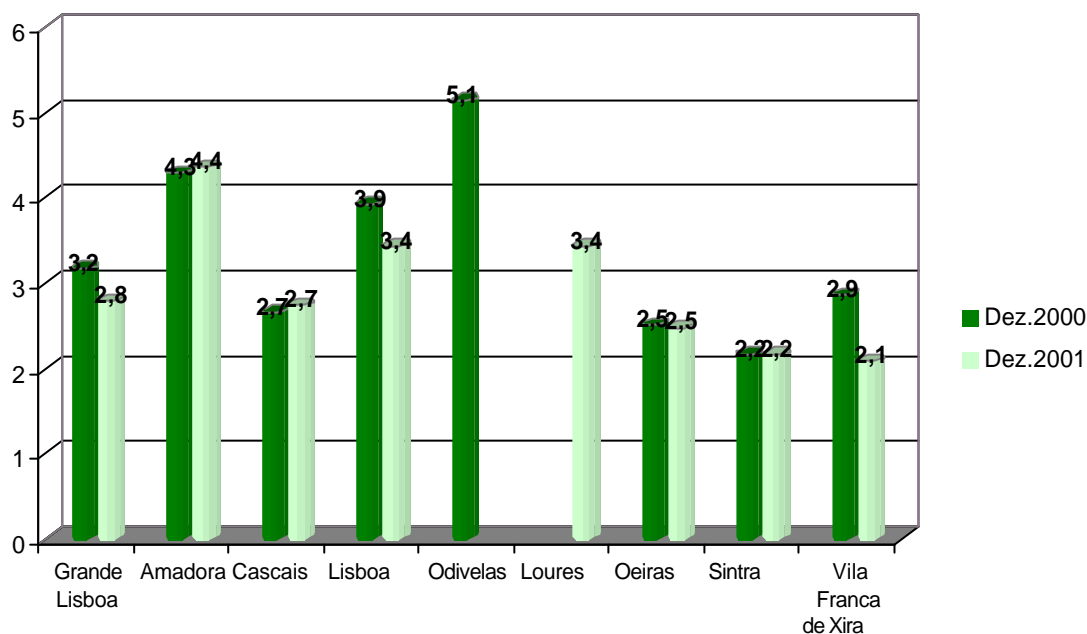


### C.5.3 – Monitorização por Sub-Região Coesão Social na Grande Lisboa

#### a) Beneficiários do RMG

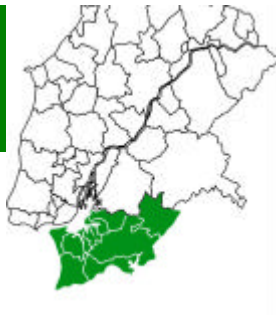
Gráfico 52

Beneficiários do RMG face à população total, 2000 e 2001 (%)



Fonte: MSST

Da análise do único indicador de pobreza passível de ser incorporado na descrição por sub-região - o peso dos beneficiários de RMG face à população total - verifica-se que a tendência geral de decréscimo da **Grande Lisboa** é visível em todos os seus concelhos. Apenas há aumento ligeiro do peso dos beneficiários de RMG na Amadora. Relembre-se que é também, neste concelho que se concentra o maior peso de barracas, o que parece demonstrar que este é o concelho mais frágil nesta dimensão no conjunto da sub-região.

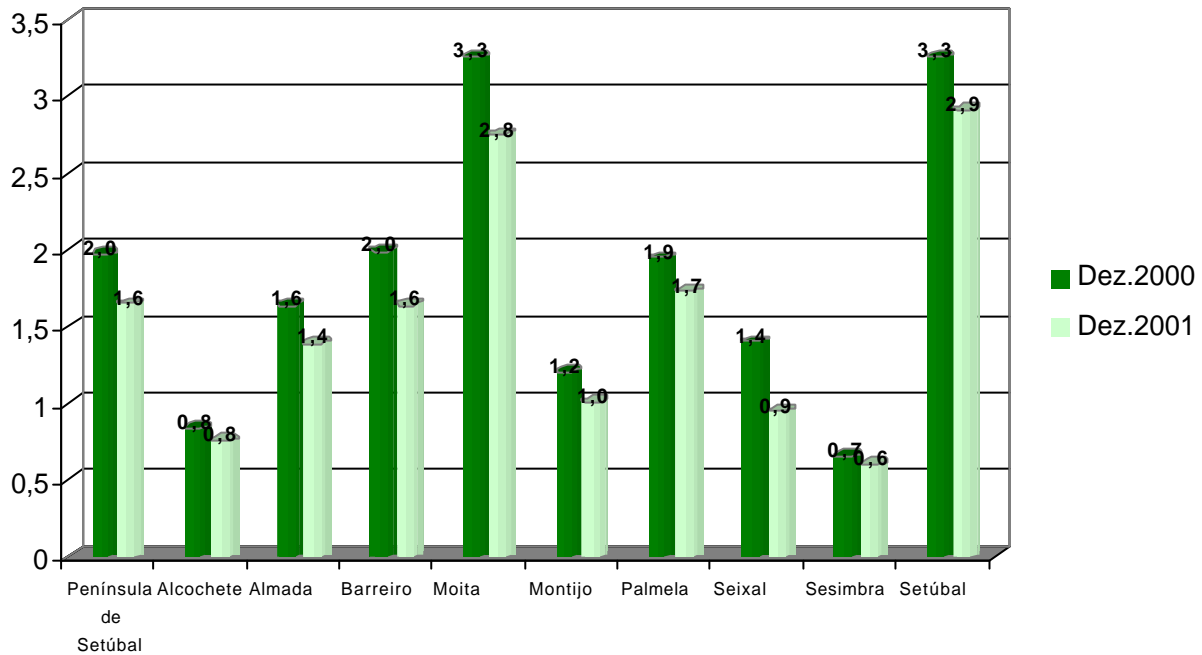


### C.5.3 – Monitorização por Sub-Região Coesão Social na Península de Setúbal

#### a) Beneficiários do RMG

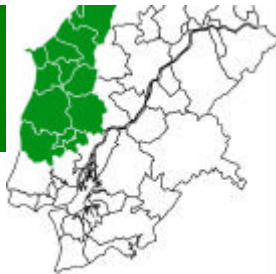
Gráfico 53

Beneficiários do RMG face à população total, 2000 e 2001 (%)



Fonte: MSST

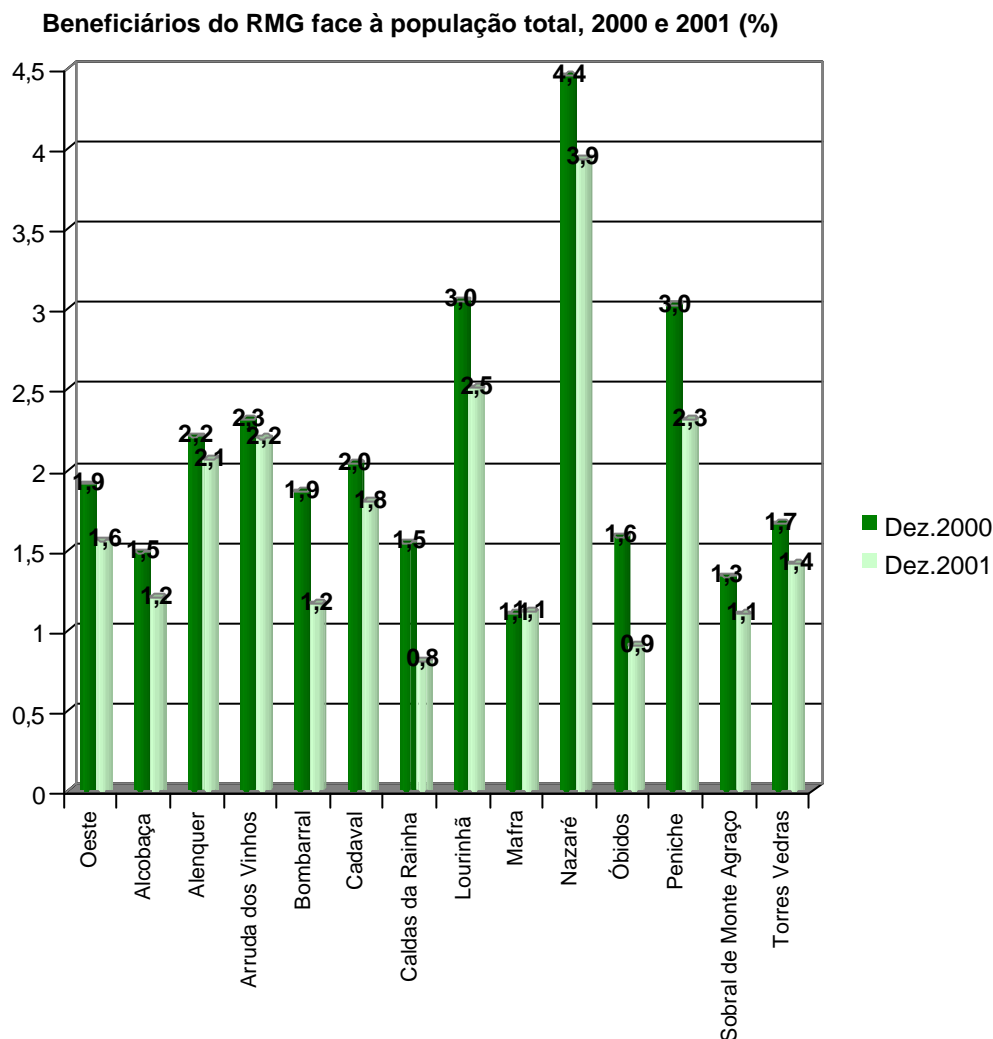
No indicador em análise, todos os concelhos da sub-região da **Península de Setúbal** contribuíram para a diminuição deste indicador de 2000 para 2001. Moita e Setúbal continuam, no entanto, a salientar-se face aos restantes concelhos da Península de Setúbal, tendo em 2001 os valores de 2,8% e 2,9%, respectivamente.



### C.5.3 – Monitorização por Sub-Região Coesão Social no Oeste

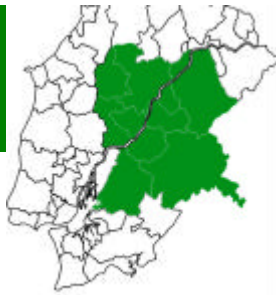
#### a) Beneficiários do RMG

Gráfico 54



Fonte: MSST

Da análise do peso dos beneficiários do RMG face à população total, o **Oeste** mantém as tendências registadas em 2000. Nazaré continua a ser o concelho com valores mais elevados neste indicador. Caldas da Rainha e Óbidos manifestavam, em 2001, valores muito baixos deste indicador, abaixo de 1%. Todos os concelhos da sub-região viram diminuir o peso dos beneficiários do RMG de 2000 para 2001.

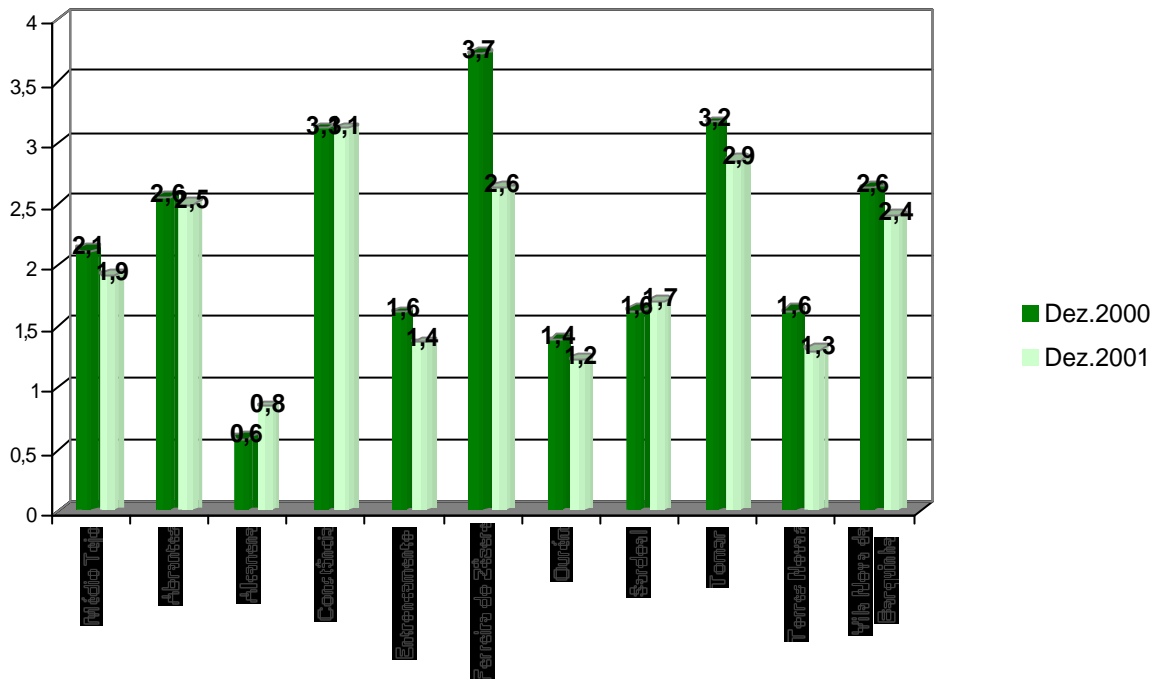


### C.5.3 – Monitorização por Sub-Região Coesão Social na Lezíria do Tejo

#### a) Beneficiários do RMG

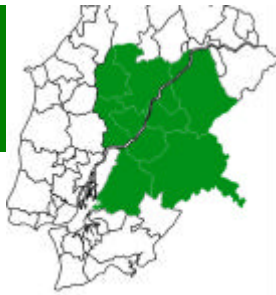
Gráfico 55

Beneficiários do RMG face à população total, 2000 e 2001 (%)



Fonte: MSST

No **Médio Tejo** o peso dos beneficiários do RMG face à população total, tem decrescido à semelhança do que acontece nas outras sub-regiões mas essa descida não é tendência observada em todos os concelhos do Médio Tejo. Registou-se, para esse período, um aumento ligeiro do valor deste indicador para os concelhos de Alcanena e Sardoal. O concelho de Ferreira do Zêzere foi aquele em que a diminuição do valor do peso dos beneficiários do RMG face à população total foi mais acentuada. Em 2001, passa a ser Constância o concelho com valor mais alto neste indicador (3,1%).

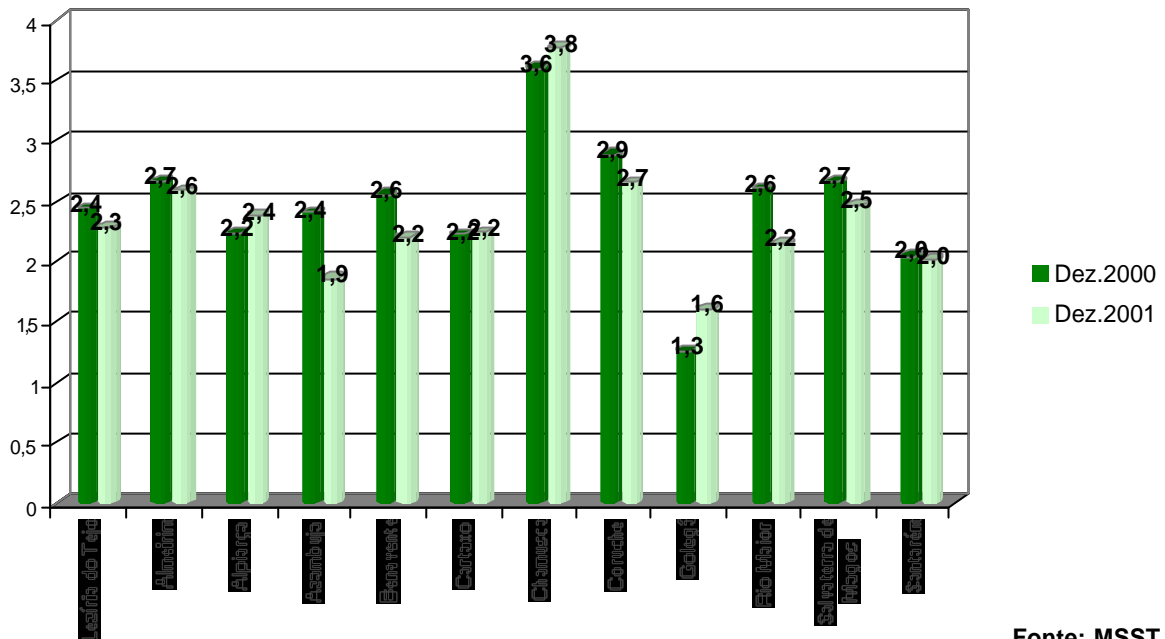


### C.5.3 – Monitorização por Sub-Região Coesão Social na Lezíria do Tejo

#### a) Beneficiários do RMG

Gráfico 56

Beneficiários do RMG face à população total, 2000 e 2001 (%)



Fonte: MSST

Apesar da **Lezíria do Tejo** acompanhar as outras sub-regiões na diminuição do peso dos beneficiários do RMG, é certo que a nível interno há concelhos que não seguem essas tendências. Golegã e Alpiarça são dois dos concelhos em que há um aumento ligeiro do peso dos beneficiários do RMG face à população total. O concelho de Chamusca que em 2000 já liderava o grupo dos concelhos desta sub-região com valor mais elevado no indicador, mantém-se na mesma posição relativa em 2001, agravando-se as disparidades face aos restantes concelhos que, tendencialmente, diminuíram o valor deste indicador e esse concelho ainda aumenta ligeiramente (de 3,6% em 2000 para 3,8% em 2001).

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Taxas de cobertura efectiva e potencial na 1ª infância (2000)	61
2	Taxas de insucesso escolar por ciclo de ensino, ano lectivo de 1999/00	62
3	Peso dos alunos por ciclo de ensino, por sub-regiões (ano lectivo 1999/00)	63
4	Evolução dos alunos matriculados no ensino superior na RLVT, de 1996 a 2000	64
5	Evolução da estrutura de ensino superior por tipo de ensino na RLVT, de 1996 a 2000	64
6	Peso dos alunos em ensino profissional, ano lectivo de 1999/00	65
7	Taxa de actividade média anual, por género, 2001 (em %)	66
8	Evolução da taxa de desemprego, 1994, 2000 e 2001	67
9	Tempo de desemprego, 2001	67
10	Taxas de desemprego por grupos etários, 2001	68
11	Taxas de desemprego por género, 2001	68
12	Taxa de insucesso escolar por ciclo de ensino, ano lectivo de 1999/00 na <b>Grande Lisboa</b>	69
13	Peso dos alunos em ensino profissional, ano lectivo de 1999/00 na <b>Grande Lisboa</b>	70
14	Taxa de insucesso escolar por ciclo de ensino, ano lectivo de 1999/00 na <b>Península de Setúbal</b>	71
15	Peso dos alunos em ensino profissional, ano lectivo de 1999/00 na <b>Península de Setúbal</b>	72
16	Taxa de insucesso escolar por ciclo de ensino, ano lectivo de 1999/00 no <b>Oeste</b>	73
17	Peso dos alunos em ensino profissional, ano lectivo de 1999/00 no <b>Oeste</b>	74
18	Taxa de insucesso escolar por ciclo de ensino, ano lectivo de 1999/00 no <b>Médio Tejo</b>	75
19	Peso dos alunos em ensino profissional, ano lectivo de 1999/00 no <b>Médio Tejo</b>	76
20	Taxa de insucesso escolar por ciclo de ensino, ano lectivo de 1999/00 na <b>Lezíria do Tejo</b>	77
21	Peso dos alunos em ensino profissional, ano lectivo de 1999/00 na <b>Lezíria do Tejo</b>	78
22	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%)	79
23	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%), na <b>Grande Lisboa</b>	80
24	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%), na <b>Península de Setúbal</b>	81
25	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%), no <b>Oeste</b>	82
26	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%), no <b>Médio Tejo</b>	83
27	Despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas (%), na <b>Lezíria do Tejo</b>	84
28	Evolução média da taxa de mortalidade infantil (%)	85

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

29	Número de médicos por 1000 habitantes, 1994, 1998 e 2000	86
30	Peso dos casos de SIDA, por 1000 habitantes, segundo a residência (distrito), em 2002	87
31	Peso das mortes por SIDA, por 1000 habitantes, segundo a residência (distrito), em 2002	87
32	Cobertura à 1ª infância (creches e amas), em 2000 (% da população abrangida)	88
33	Grau de cobertura da população com mais de 65 anos em lugares de Centros de Dia, 1998 e 2000 (em %)	88
34	Cobertura de equipamentos à população idosa, 2000 (% da população abrangida)	89
35	Taxa média de mortalidade infantil, 1996-2000 (em %), na <b>Grande Lisboa</b>	90
36	Número de médicos por 1000 habitantes, 2000, na <b>Grande Lisboa</b>	91
37	Taxa média de mortalidade infantil, 1996-2000 (em %), na <b>Península de Setúbal</b>	92
38	Número de médicos por 1000 habitantes, 2000, na <b>Península de Setúbal</b>	93
39	Taxa média de mortalidade infantil, 1996-2000 (em %), no <b>Oeste</b>	94
40	Número de médicos por 1000 habitantes, 2000, no <b>Oeste</b>	95
41	Taxa média de mortalidade infantil, 1996-2000 (em %), no <b>Médio Tejo</b>	96
42	Número de médicos por 1000 habitantes, 2000, no <b>Médio Tejo</b>	97
43	Taxa média de mortalidade infantil, 1996-2000 (em %), na <b>Lezíria do Tejo</b>	98
44	Número de médicos por 1000 habitantes, 2000, na <b>Lezíria do Tejo</b>	99
45	Poder de compra per capita, 1998 - 2002	100
46	Peso dos pensionistas por velhice face à população residente, por distritos, 1991 - 2001	101
47	Peso dos pensionistas de sobrevivência face à população residente, por distritos, 1991 - 2001	101
48	Peso dos pensionistas por invalidez face à população residente, por distritos, 1991 - 2001	102
49	Peso dos pensionistas face à população residente, por distritos, 1991 - 2001	102
50	Beneficiários do RMG face à população total, 1999 - 2001 (%)	103
51	Beneficiários face à população total, 1999 - 2001 (%)	104
52	Beneficiários do RMG face à população total, 1999 - 2001 (%), na <b>Grande Lisboa</b>	105
53	Beneficiários do RMG face à população total, 1999 - 2001 (%), na <b>Península de Setúbal</b>	106
54	Beneficiários do RMG face à população total, 1999 - 2001 (%), no <b>Oeste</b>	107
55	Beneficiários do RMG face à população total, 1999 - 2001 (%), no <b>Médio Tejo</b>	108
56	Beneficiários do RMG face à população total, 1999 - 2001 (%), na <b>Lezíria do Tejo</b>	109



DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES

D



## SUB-DOMÍNIO

**D1**

Competitividade da Base Económica,  
Dinâmica Empresarial,  
Especialização das Actividades  
e Internacionalização



### ▪ **Apreciação geral**

As actualizações feitas aos indicadores utilizados para a análise do domínio de monitorização “Organizações – Competitividade e Internacionalização” no relatório 0 resultam essencialmente de dois factores: i) disponibilização de uma nova série das Contas Regionais, para o período 1995-1999, da qual resultam correcções sobre os valores anteriormente disponibilizados como provisórios e ii) prolongamento da informação estatística para algumas variáveis até ao ano de 2001, nomeadamente tendo como base a informação mais recente que resulta do Inquérito ao Emprego. Ao nível das comparações estabelecidas no contexto internacional, as principais modificações resultam da informação publicada no 2º Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social, de Janeiro de 2003, nomeadamente em termos de alterações no critério de medição do critério do PIB per capita em paridades de poder de compra.

**1** - Ao nível das principais modificações detectadas, de mencionar, no que concerne à dimensão dinâmica económica – dinâmicas de desenvolvimento e de produtividade, que as alterações no critério de medição do critério do PIB per capita revêem em baixa o índice de PIB per capita apresentado pela Região Lisboa e Vale do Tejo, colocando-o em 90.9% da média da UE 15, em 2000. Ao considerar-se a UE alargada (UE25) as divergências em termos do PIB per capita da RLVT são praticamente inexistentes, dado a Região representar em 2000, 100.2% do mesmo.

**2** - Em termos das dinâmicas sub-regionais, as principais alterações detectadas consistem no facto da sub-região Oeste passar a ocupar o lugar da região Médio Tejo em termos dos níveis de PIB per capita e níveis de produtividade mais reduzidos no seio da região de Lisboa e Vale do Tejo.

**3** - No que se refere à sub-dimensão dinâmica empresarial e de emprego, regista-se em 2001, face ao ano 2000, um ligeiro crescimento na taxa de actividade feminina na região de Lisboa e Vale do Tejo. Por outro lado, a informação mais recente aponta também para uma subida na taxa de desemprego em Lisboa e Vale do Tejo mais acentuada do que a subida média do espaço nacional.

### ▪ **Apreciação específica**

As observações seguintes e os gráficos colocados em anexo permitem uma análise mais pormenorizada relativamente à evolução dos indicadores que foram alvo de actualização de informação.

### **D.1.2 - Dinâmica Económica**

#### **D.1.2.1 - Dinâmicas de Desenvolvimento e Produtividade**

##### **a) Dimensão Económica**

A Região de Lisboa e Vale do Tejo tem seguido uma trajectória de reforço da sua dimensão económica no contexto nacional. De facto, em 1999 a Região de Lisboa e Vale do Tejo representava 44.7% do VAB gerado no espaço nacional, tendo registado entre 1995 e 1999 um ligeiro reforço no peso do VAB do espaço nacional.

##### **b) PIB per capita**

No que se refere ao nível de desenvolvimento observa-se que o PIB per capita da Região de Lisboa e Vale do Tejo é, em 1999, cerca de 33% superior à média nacional. As alterações no critério de medição do critério do PIB per capita, revêem o valor do índice apresentado por Lisboa e Vale do Tejo, de tal forma que segundo a informação anteriormente disponibilizada o PIB per capita da região de Lisboa e Vale do Tejo era bastante próximo da média europeia (era cerca de 100.3% do PIB da UE 15 em 1999) e a informação mais recente revê em baixa o índice de PIB per capita apresentado pela região, colocando-o em 90.9% da média da UE 15 em 2000. Considerando a UE alargada (UE25) as divergências em termos do PIB per capita da região LVT são praticamente inexistentes, dado a região representar em 2000, 100.2% do mesmo.

##### **c) Produtividade**

No que diz respeito à evolução do indicador de produtividade, a região de Lisboa e Vale do Tejo apresentou um ligeiro crescimento face ao espaço nacional no período 1995/1999. A informação estatística mais recente, disponibilizada pelas Contas Regionais, permite verificar que: em 1999 a produtividade de Lisboa e Vale do Tejo era cerca de 26% superior à do espaço nacional; que o crescimento da produtividade de LVT em relação ao espaço nacional foi impulsionado pela evolução positiva da produtividade registada na sub-Região da Grande Lisboa e que nos anos mais recentes, a NUTS III Oeste é a que regista os níveis de produtividade mais baixos comparativamente com o espaço

nacional (ao contrário da informação anteriormente disponibilizada, que colocava o Médio Tejo como a NUTS III com níveis de produtividade mais baixos no seio da região de Lisboa e Vale do Tejo).

Ao nível das NUTS III, observa-se, com base na informação mais recente, que o PIB per capita da sub-região da Grande Lisboa continua como o mais elevado do espaço nacional, sendo também esta NUTS III a que mais contribui para os elevados níveis de produtividade da Região (a Grande Lisboa revelou, em 1999, um nível de produtividade cerca de 37% superior ao da média nacional).

A Península de Setúbal evidenciou, ao longo do período 1995/1999 a existência de um *gap* desfavorável em relação aos níveis de PIB per capita registados na RLVT. No entanto, ao contrário do PIB per capita, os níveis de produtividade da Península de Setúbal revelam-se bastante mais próximos da média da RLVT. (Apesar de a produtividade desta NUTS III ser inferior à do conjunto da RLVT, ela tem-se revelado superior à do espaço nacional).

A região Oeste passa a ocupar o lugar do Médio Tejo em termos da região com os níveis de PIB per capita e níveis de produtividade mais reduzidos no seio da região de Lisboa e Vale do Tejo.

A região do Médio Tejo continua a apresentar um nível de PIB per capita inferior ao da RLVT e ao do espaço nacional, e regista uma tendência de afastamento dos níveis de produtividade da região de Lisboa e Vale do Tejo e do espaço nacional.

E por último, no que se refere à região da Lezíria do Tejo, esta continua a evidenciar níveis de PIB per capita inferiores ao da região LVT e ao do espaço nacional, já que apesar da tendência de convergência face ao espaço nacional delineada até ao ano de 1998, em 1999 regista-se um afastamento da região face aos valores médios nacionais. Apesar dos valores desfavoráveis de PIB per capita evidenciados, a região de Lezíria do Tejo apresenta níveis de produtividade que, mesmo sendo inferiores à região LVT, superam a média nacional.

### D.1.2.2 – Dinâmica Empresarial e de Emprego

#### a) Taxa de Actividade

Em 2001, a taxa de actividade de Lisboa e Vale do Tejo aproxima-se bastante da taxa de actividade nacional. À semelhança do que ocorre no espaço nacional, a região de LVT tem uma taxa de actividade feminina inferior à masculina (45,1% nas mulheres e 56,6% nos homens). Face ao ano 2000, regista-se um ligeiro crescimento na taxa de actividade feminina na região de Lisboa e Vale do Tejo.

### b) Desemprego

No ano 2001, o desemprego na Região de LVT continuou superior ao desemprego registado em Portugal, sendo que neste ano, face ao ano anterior, a subida na taxa de desemprego em Lisboa e Vale do Tejo foi mais acentuada do que a subida média no espaço nacional.

a) Dimensão Económica

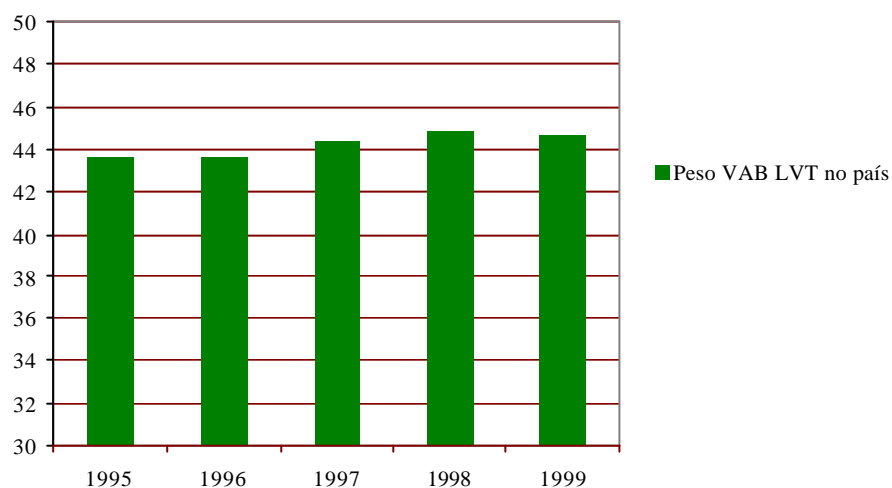
A Região de Lisboa e Vale do Tejo tem seguido uma trajectória de reforço da sua dimensão económica no contexto nacional:

Em 1999 a Região de Lisboa e Vale do Tejo representava 44.7% do VAB gerado no espaço nacional.

Entre 1995 e 1999 a Região de Lisboa e Vale do Tejo registou um ligeiro reforço no peso que representa o seu VAB no total do VAB do espaço nacional.

Gráfico 1

Dimensão Económica da Região (% do VAB nacional)

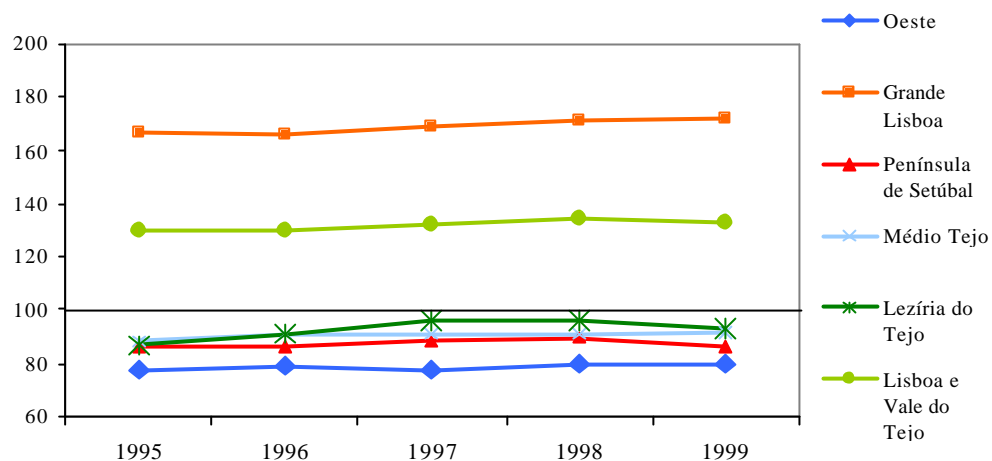


Fonte: INE, Contas Regionais

b) PIB *per capita*

Gráfico 2

Evolução do PIB *per capita* na RLVT  
(País = 100)



Fonte: INE, Contas Regionais eUE, 2º Relatório da Coesão

Nota: (1) o PIBpc, ao ser encarado como um indicador do nível de vida, pode decompor-se da seguinte forma:

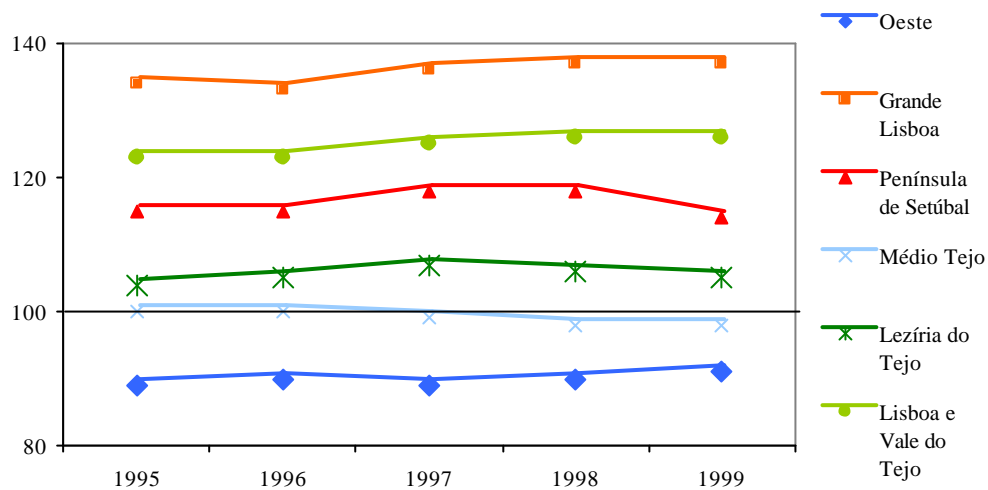
Nível de vida = Utilização de recursos humanos x produtividade

PIB/População = Emprego/População x PIB/Emprego

c) Produtividade

Gráfico 3

Evolução da Produtividade na RLVT (País = 100)



Fonte: INE, Contas Regionais

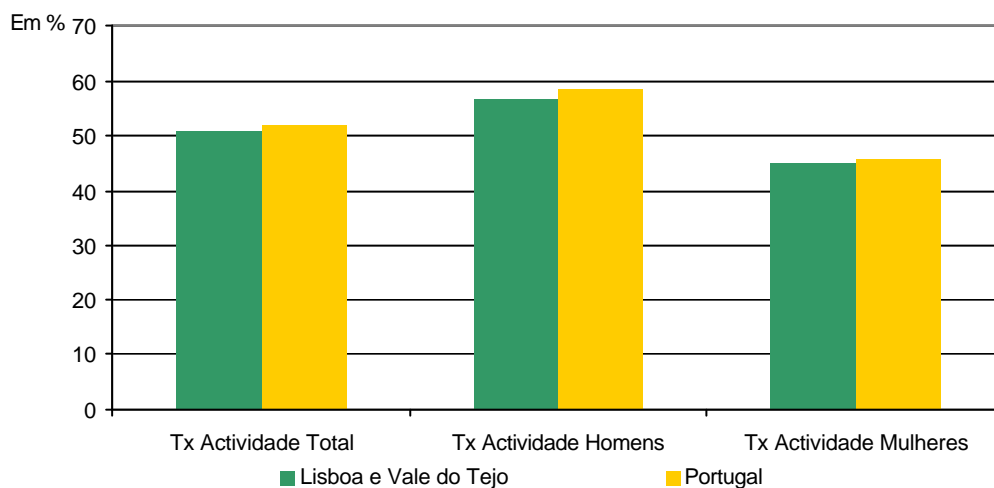
Nota: o indicador produtividade obtém-se:  
$$\text{Produtividade} = \text{VAB} / \text{Emprego}$$

**a) Taxa de Actividade**

A taxa de actividade de Lisboa e Vale do Tejo é muito próxima à taxa de actividade do Continente  
Tal como no Continente, a Região de LVT tem uma taxa de actividade feminina inferior à masculina  
(45,1% nas mulheres e 56,6% nos homens)

**Gráfico 4**

Taxa de actividade na RLVT (2001)



**Fonte: INE, Inquérito ao Emprego**

## b) Desemprego

O desemprego na Região de LVT tem sido superior ao registado em Portugal:

A taxa de desemprego registada na Região de LVT tem seguido a tendência global do território português, mantendo-se, no entanto, sempre com valores acima dos valores médios registados em Portugal

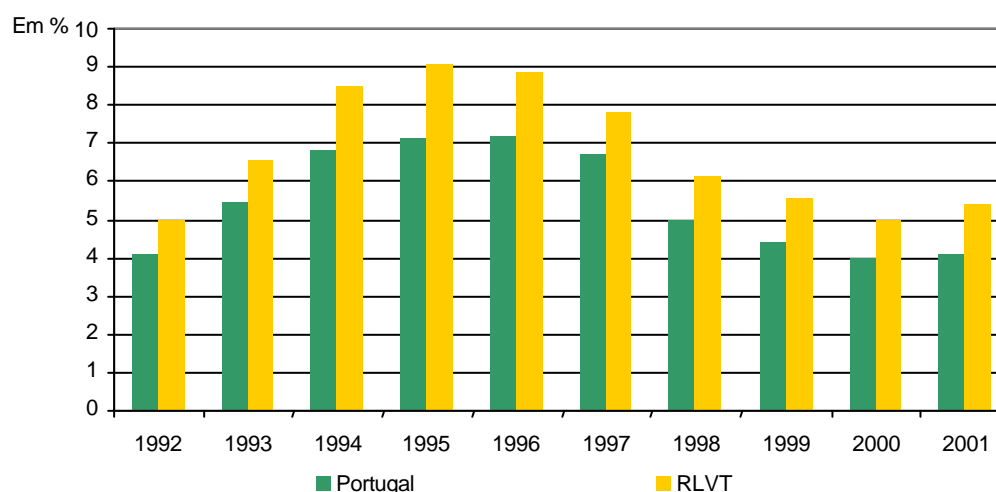
A partir de 1995, altura em que o desemprego em Portugal começa a registar uma tendência de diminuição, o desemprego registado em LVT segue, também, essa tendência, continuando a manter-se com um nível de desemprego cerca de 1,5 pontos percentuais acima da média portuguesa

O cruzamento da taxa de desemprego com a taxa de actividade, observadas a partir do inquérito ao emprego do INE, evidenciam alguma contradição com os valores apurados para a taxa de recursos humanos calculada a partir dos valores utilizados pelo INE nas Contas Regionais

No ano 2001, face ao ano anterior, a subida na taxa de desemprego em Lisboa e Vale do Tejo foi mais acentuada do que a subida média do espaço nacional

Gráfico 5

Evolução do Desemprego na RLVT (em %)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

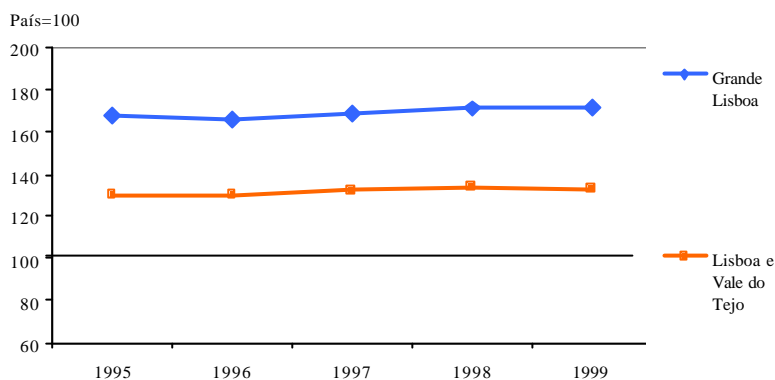


### D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica na Grande Lisboa

#### a) PIB *per capita*

O PIB *per capita* da sub-região da Grande Lisboa é, simultaneamente, superior ao da RLVT e ao do espaço nacional. O nível de PIB *per capita* desta sub-região é inclusive o mais elevado do espaço nacional.

**Gráfico 6**  
Evolução do PIB *per capita* na Grande Lisboa



Fonte: INE, Contas Regionais



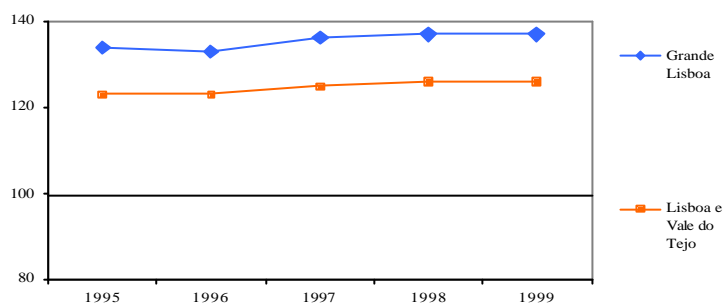
### D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica na Grande Lisboa

#### b) Produtividade

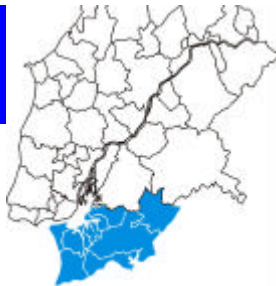
Os níveis de produtividade da Grande Lisboa são os mais elevados da RLVT, sendo esta NUTS III a que mais contribui para os elevados níveis de produtividade da Região.

Considerando o país = 100, a Grande Lisboa revelou, em 1999, um nível de produtividade cerca de 37% superior ao da média nacional.

**Gráfico 7**  
Evolução da Produtividade na Grande Lisboa  
País = 100



Fonte: INE, Contas Regionais



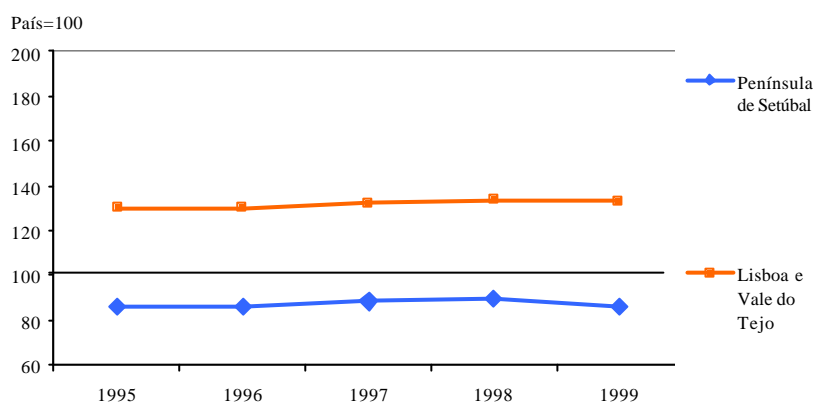
### D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica na Península de Setúbal

#### a) PIB *per capita*

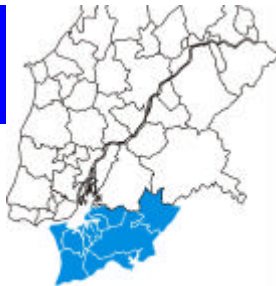
A Península de Setúbal evidenciou, ao longo do período 1995/1999 uma grande discrepância em relação aos níveis de PIB *per capita* registados na RLVT.

Gráfico 8

Evolução do PIB *per capita* na Península de Setúbal



Fonte: INE, Contas Regionais



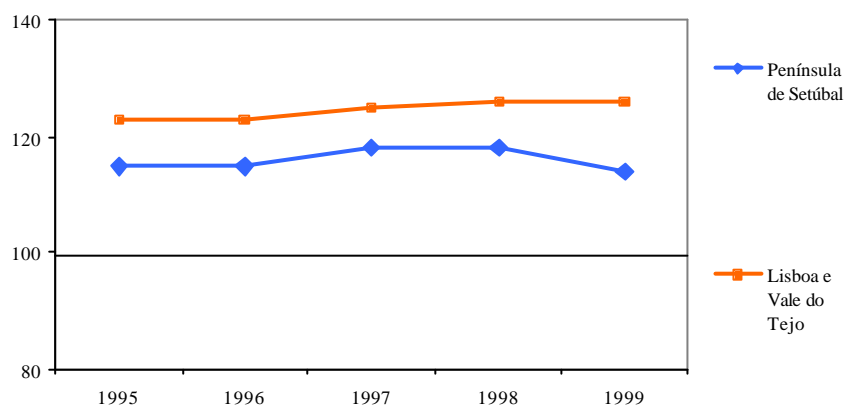
### D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica na Península de Setúbal

#### b) Produtividade

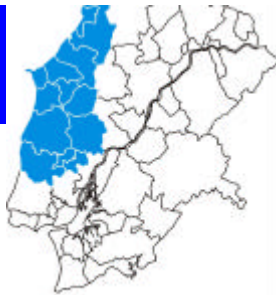
Ao contrário do PIB *per capita*, os níveis de produtividade da Península de Setúbal revelam-se bastante mais próximos da média da RLVT.

Apesar de a produtividade desta NUTS III ser inferior à do conjunto da RLVT, ela tem-se revelado superior à do espaço nacional.

**Gráfico 9**  
Evolução da Produtividade na Península de Setúbal  
País = 100



Fonte: INE, Contas Regionais

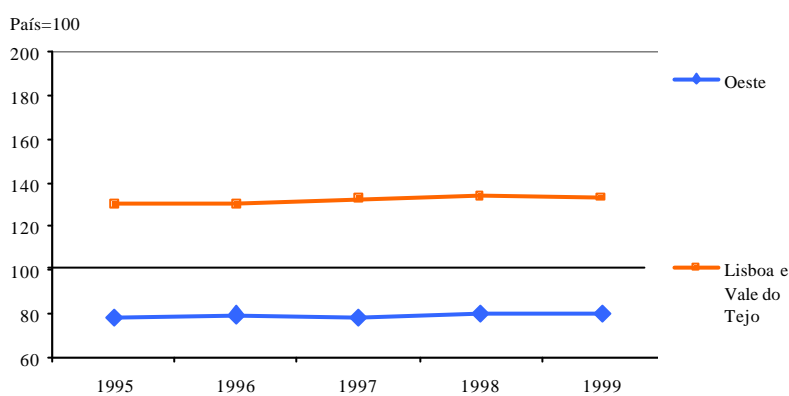


### D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica no Oeste

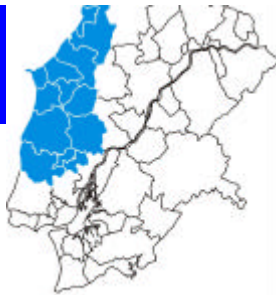
#### a) PIB *per capita*

O nível de PIB *per capita* da sub-região Oeste é, nos anos mais recentes, o mais baixo da RLVT.

**Gráfico 10**  
Evolução do PIB *per capita* no Oeste



Fonte: INE, Contas Regionais

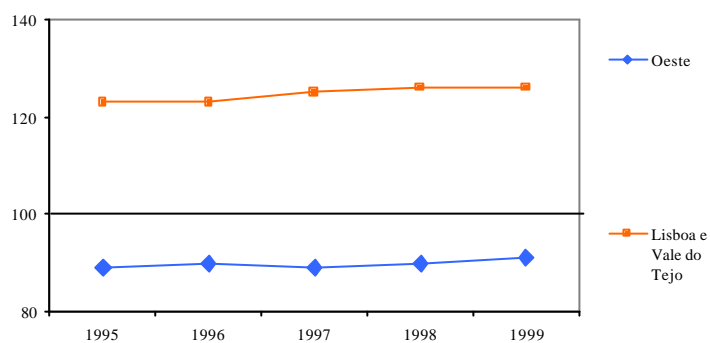


## D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica no Oeste

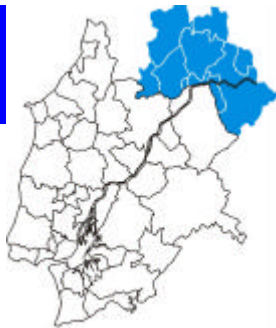
### b) Produtividade

A produtividade da NUTS III Oeste manteve, ao longo do período 1995-1999, uma grande discrepância em relação à RLVT.

**Gráfico 11**  
Evolução da Produtividade no Oeste  
(País=100)



Fonte: INE, Contas Regionais



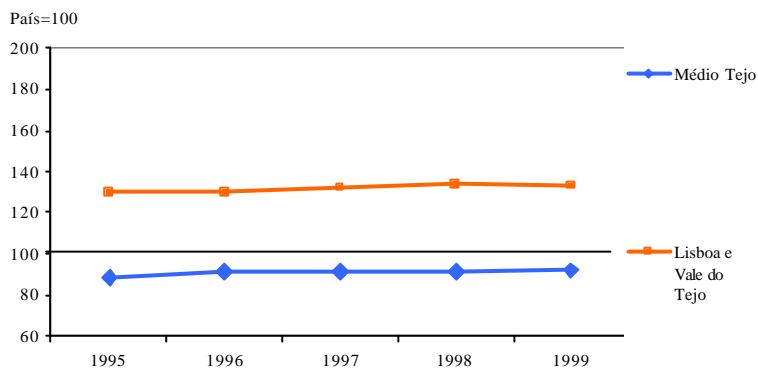
### D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica no Médio Tejo

#### a) PIB *per capita*

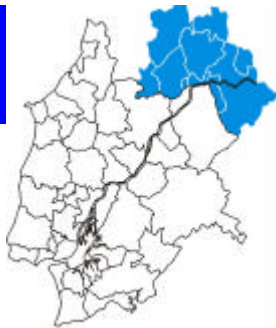
O nível de PIB *per capita* da sub-região Médio Tejo foi, ao longo do período 1995-1999, sempre inferior ao da RLVT e ao do espaço nacional

Gráfico 12

#### Evolução do PIB *per capita* no Médio Tejo



Fonte: INE, Contas Regionais

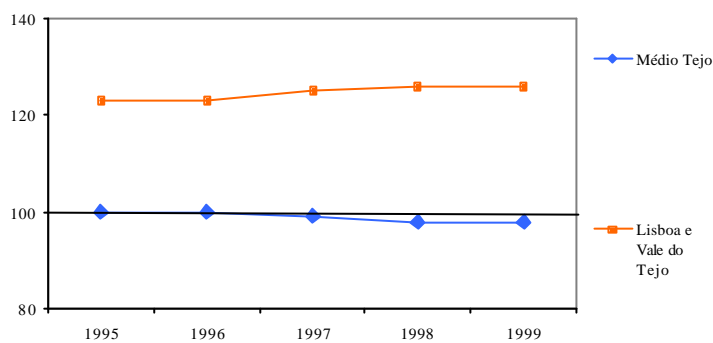


### D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica no Médio Tejo

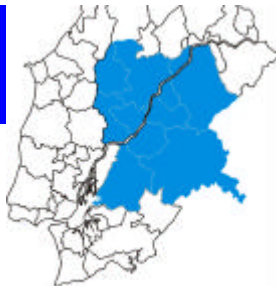
#### b) Produtividade

Nos anos mais recentes, a região do Médio Tejo registou uma tendência de afastamento dos níveis de produtividade da região de Lisboa e Vale do Tejo e do espaço nacional.

**Gráfico 13**  
Evolução da Produtividade no Médio Tejo  
(País = 100)



Fonte: INE, Contas Regionais



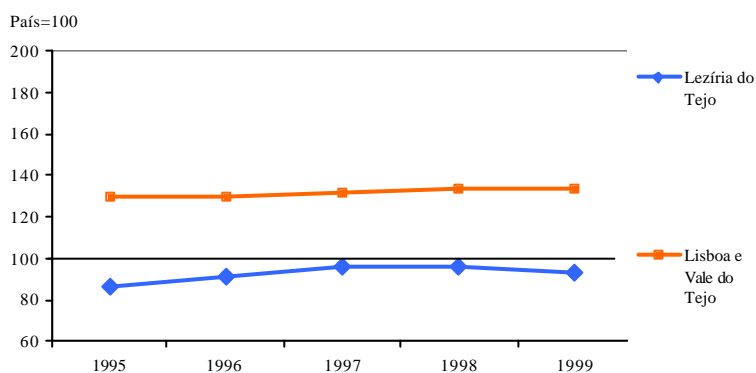
### D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica na Lezíria do Tejo

#### a) PIB *per capita*

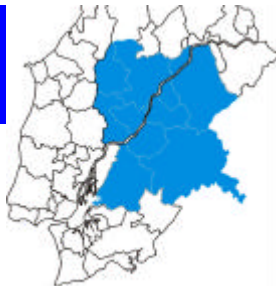
Ao longo do período 1995-1999 o nível de PIB *per capita* da Lezíria do Tejo foi sempre inferior ao da região LVT e ao do espaço nacional.

Apesar da tendência de convergência face ao espaço nacional delineada até ao ano de 1998, em 1999 regista-se um afastamento da região face aos valores médios nacionais.

**Gráfico 14**  
Evolução do PIB *per capita* na Lezíria do Tejo



Fonte: INE, Contas Regionais

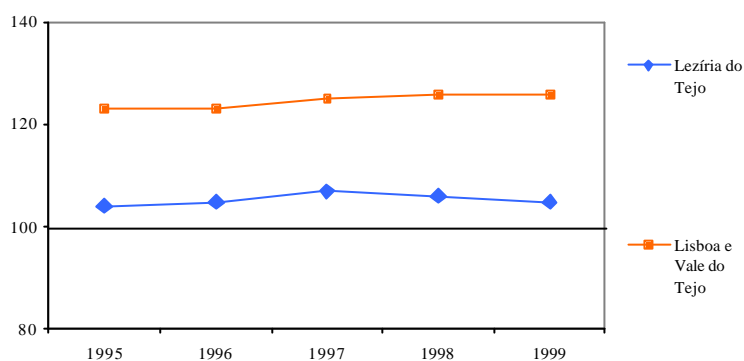


### D.1.3 – Monitorização por Sub-Região Dinâmica Económica na Lezíria do Tejo

#### b) Produtividade

Apesar dos valores desfavoráveis de PIB per capita evidenciados, a região de Lezíria do Tejo apresenta níveis de produtividade que, mesmo sendo inferiores à região LVT, superam a média nacional.

**Gráfico 15**  
Evolução da Produtividade na Lezíria do Tejo  
(País=100)



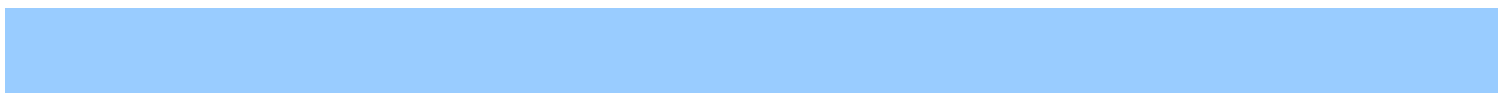
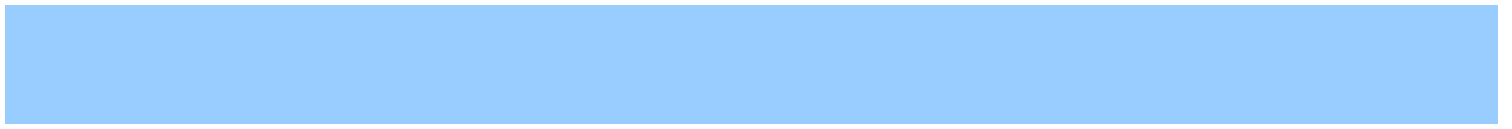
Fonte: INE, Contas Regionais

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Dimensão económica da Região (% do VAB nacional), 1995 - 1999	121
2	Evolução do PIB <i>per capita</i> na RLVT, 1995 - 1999	122
3	Evolução da produtividade na RLVT, 1995 - 1999	123
4	Taxa de actividade na RLVT (2001)	124
5	Evolução do desemprego (em %), 1992 - 2001	125
6	Evolução do PIB <i>per capita</i> na <b>Grande Lisboa</b> , 1995 - 1999	126
7	Evolução da produtividade na <b>Grande Lisboa</b> , 1995 - 1999	127
8	Evolução do PIB <i>per capita</i> na <b>Península de Setúbal</b> , 1995 - 1999	128
9	Evolução da produtividade na <b>Península de Setúbal</b> , 1995 - 1999	129
10	Evolução do PIB <i>per capita</i> no <b>Oeste</b> , 1995 - 1999	130
11	Evolução da produtividade no <b>Oeste</b> , 1995 - 1999	131
12	Evolução do PIB <i>per capita</i> no <b>Médio Tejo</b> , 1995 - 1999	132
13	Evolução da produtividade no <b>Médio Tejo</b> , 1995 - 1999	133
14	Evolução do PIB <i>per capita</i> na <b>Lezíria do Tejo</b> , 1995 - 1999	134
15	Evolução da produtividade na <b>Lezíria do Tejo</b> , 1995 - 1999	135

SUB-DOMÍNIO  
Inovação

D2



### ▪ **Apreciação geral**

A monitorização do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2000-2010), no domínio *Organizações* encontra-se estruturada em torno de dois sub-domínios. No que diz respeito à monitorização do sub-domínio **Inovação e Desenvolvimento Tecnológico** consideram-se as seguintes dimensões de análise: Actividades de I&D; Apoio Tecnológico; e Transferência de Tecnologia, sendo que nesta última se inclui a monitorização do processo de inovação.

Relativamente ao relatório 1 e para a dimensão Actividades de I&D não é possível, para a grande maioria das regiões, incluir dados novos para os indicadores de despesas com I&D e recursos humanos empregues em actividades de I&D. Com efeito, na maior parte dos casos trata-se de estatísticas bienais, ainda não disponíveis na totalidade quer para o ano de 1999 quer para o ano 2001, ao nível NUTSII.

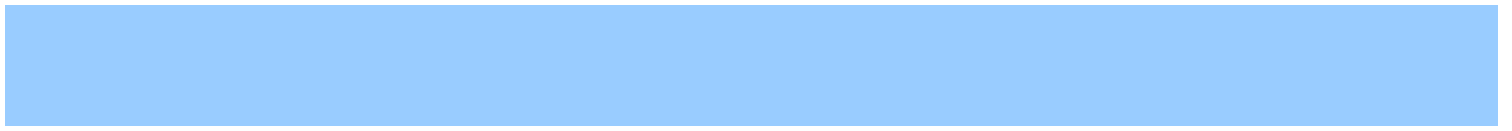
Por outro lado No que respeita à contagem de patentes por milhão de habitantes a informação recolhida para comparação de regiões foi obtida no Eurostat e encontra-se actualizada ao nível das regiões NUTSII. Para a evolução de concessão de patentes e de modelos de utilidade, nas regiões Portuguesas, os dados utilizados foram recolhidos pelo INPI.

No que respeita à dimensão de análise Apoio Tecnológico não foi possível obter o indicador aproximado do número de empresas certificadas por regiões, para anos posteriores a 2000.

No que respeita à Transferência de Tecnologia para o processo de inovação, também aqui a monitorização terá que esperar pelo aparecimento de informação mais recente que permita estudar, de forma compatível com os dados anteriores, a evolução no número de projectos consórcio, e nas taxas de inovação a nível regional.

1 – Quanto à dimensão de análise Actividades de I&D, podemos salientar que, embora desde 1997 tenha havido evolução no esforço que Lisboa e Vale do Tejo faz ao nível das actividades de I&D, o que está a acontecer é que as outras regiões também estão aumentando os seus esforços, mantendo assim a distância relativamente a Lisboa e Vale do Tejo.

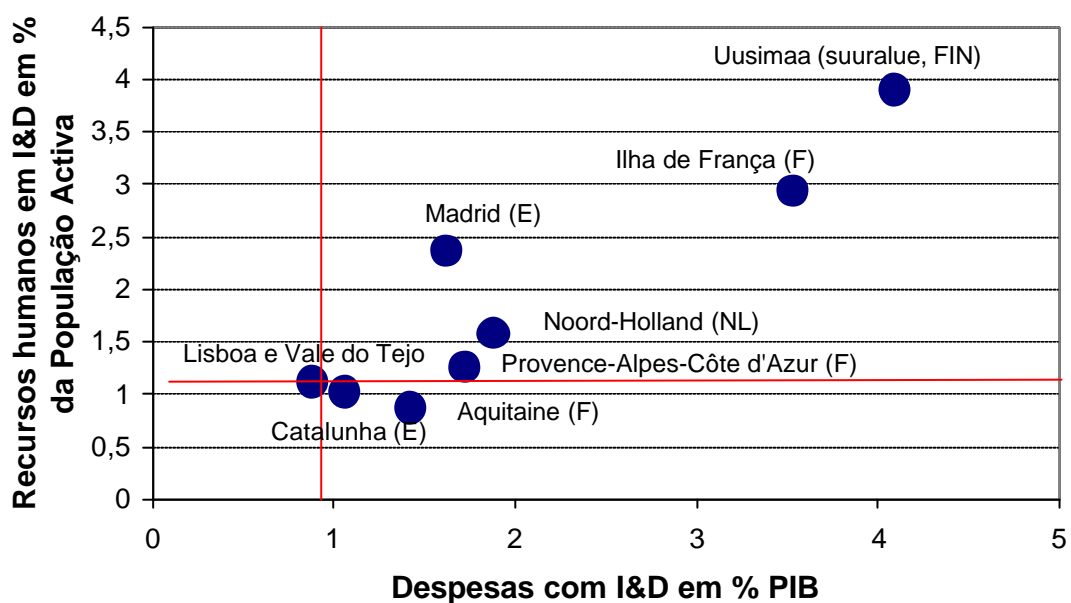
2 - Quanto ao n.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO), a Região de Lisboa e Vale do Tejo, tal como as outras regiões nacionais, continuam a apresentar valores extremamente baixos



## a) Despesas de I&amp;D em % do PIB e Pessoal em I&amp;D em % da população

O indicador pretende mostrar a posição dos recursos regionais empregues em I&D, relativamente a outras regiões. Tal como no anterior relatório, a Região de Lisboa e Vale do Tejo, continua a ser uma das Regiões Europeias que menos recursos dedica a este tipo de actividades.

Gráfico 1  
Recursos empregues com I&D (1999)



Fonte: Eurostat, 2003

**b) Patentes registadas pela Região**

Este indicador pretende mostrar a posição da Região relativamente a outras regiões Europeias no que respeita à utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais. O indicador baseia-se no n.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO) por milhão de habitantes em 1998, 1999 e 2000.

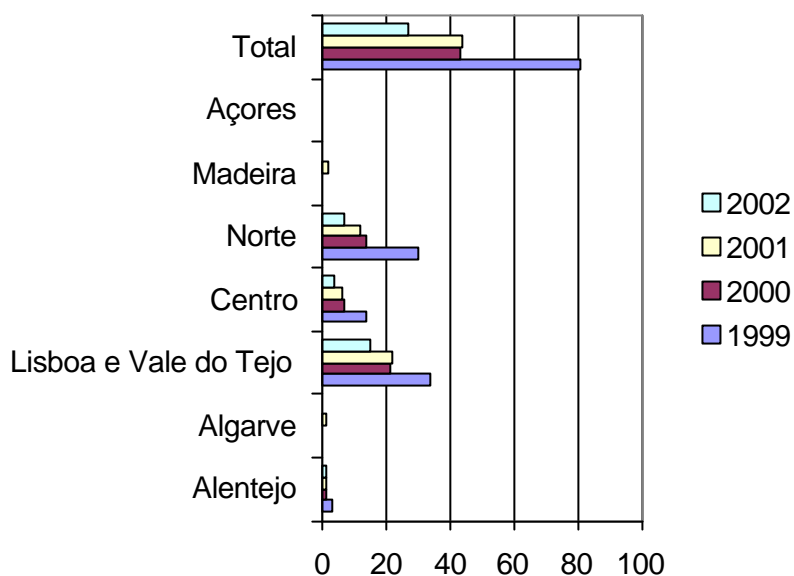
**Quadro 1**  
Nº de patentes registadas no EPO, por NUTS II

	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Dinamarca	139,706	168,46	199,302
Berlim	148,383	171,831	189,975
Leipzig	28,712	33,103	50,132
Atenas	14,156	17,304	12,135
Comunidade de Madrid	31,098	40,449	42,869
Catalunha	47,958	54,637	56,38
Îlha de France	263,603	296,286	319,215
Lazio (Roma)	43,403	49,338	41,813
Luxemburgo	143,474	200,513	198,738
Noord-Holland	114,275	114,705	137,329
Viena	129,492	128,346	153,506
Uusimaa (suuralue)	480,833	533,928	647,648
Londres	168,496	186,997	
Lisboa e Vale do Tejo	3,671	7,247	5,071

Fonte Eurostat, 2003

Gráfico 2

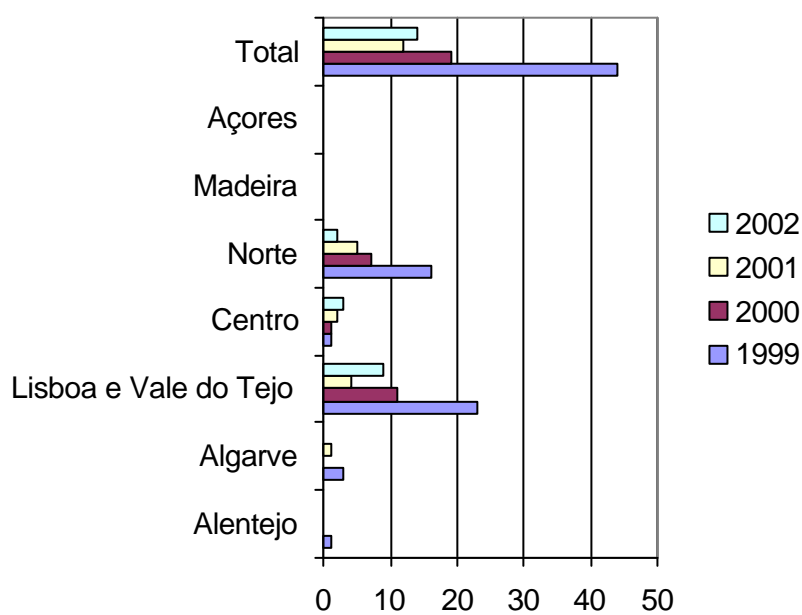
Evolução do nº de patentes por NUTII



Fonte: INPI

Gráfico 3

Evolução do nº de modelos de utilidade, por NUTSII



Fonte: INPI

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Recursos empregues com I&D, por NUTS II (1999)	141
2	Evolução do n.º de patentes registadas por NUTS II, (1999 – 2002)	143
3	Evolução do n.º de modelos de utilidade registados por NUTS II, (1999 – 2002)	143

Quadro nº	Designação	Pág
1	N.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes, por NUTS II (1998, 1999, 2000)	142

